

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

SUBSÍDIOS AO DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO
DO PARANÁ - AGRICULTURA - 2.^a FASE
VOLUME I

CURITIBA
MARÇO/1980

SUMÁRIO

VOLUME I

I - OBJETIVO E ENFOQUE TEÓRICO.....	6
1 - A ECONOMIA BRASILEIRA - UM PRESSUPOSTO.....	12
2 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL X EXPANSÃO AGRÍCOLA.....	19
II - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DE ÁREAS OCUPADAS E EXPLORADAS.....	23
1 - AGREGADOS NACIONAIS.....	23
1.1 - ÁREA ENVOLVIDA NA PRODUÇÃO.....	24
1.2 - INTENSIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	27
1.3 - POPULAÇÃO E PRODUTO REAL.....	30
2 - AGREGADOS REGIONAIS.....	35
2.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	35
2.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL.....	38
2.2.1 - Área de Lavouras.....	40
2.2.2 - Área de Pastagens.....	42
2.3 - RELAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA COM A ÁREA TOTAL DAS REGIÕES.....	47
2.3.1 - Área Total dos Estabelecimentos como Proporção da Área Total das Regiões.....	47
2.3.2 - Área Explorada Total como Proporção da Área Total das Regiões.....	50
2.3.3 - Área de Lavouras e de Pastagens como Proporção da Área Total das Regiões.....	53

2.4 - RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS DE ÁREA EXPLORADA E A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	55
2.5 - A VELHA E A NOVA "FRONTEIRAS AGRÍCOLAS".....	60
3 - AGREGADOS ESTADUAIS.....	66
3.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	67
3.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL.....	70
3.3 - ÁREA DE LAVOURAS.....	73
3.4 - ÁREA DE PASTAGENS.....	76
3.5 - RELAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA COM A ÁREA TOTAL DOS ESTADOS.....	81
3.5.1 - Área Total dos Estabelecimentos como Proporção da Área Total dos Estados.....	81
3.5.2 - Área Explorada Total como Proporção da Área Total dos Estabelecimentos agropecuários dos Estados.....	83
3.5.3 - Área com Lavouras e com Pastagens.....	84
III - EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS POR GRUPOS DE CULTURA, A NÍVEL REGIONAL E ESTADUAL.....	87
1 - CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA - REFERENCIAL TEÓRICO.....	93
1.1 - CARÁTER EXTENSIVO DA AGRICULTURA E SEUS RESULTADOS.....	98
1.2 - A AGRICULTURA COMO PARTE DE UMA ECONOMIA CAPITALISTA EM DESENVOLVIMENTO.....	100
2 - REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	105
2.1 - EVOLUÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO.....	105
2.1.1 - Distribuição Inter-Regional por Grupos de Cultura.....	106
2.1.2 - Composição Interna da Produção Regional.....	108

2.1.3 - Evolução à Base de Índice Simples.....	115
2.1.4 - Conclusões Parciais.....	122
2.2 - ANÁLISE A NÍVEL DE ESTADO.....	124
2.2.1 - Participação dos Estados na Produção Nacional, por Grupos de Produtos.....	124
2.2.2 - Composição Estadual da Produção.....	132
2.2.3 - Evolução Percentual - Por Grupos de Produtos.....	137
2.3 - EVOLUÇÃO DAS CULTURAS.....	147
3 - CONCLUSÕES.....	160

VOLUME II

IV - PECUÁRIA BOVINA NO CONTEXTO DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA.....	172
1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PECUÁRIA BOVINA.....	173
2 - DISTRIBUIÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA POR ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS.....	178
3 - CONCLUSÕES.....	187
V - EVOLUÇÃO INTER-REGIONAL E INTERESTADUAL NAS EXPORTAÇÕES.....	206
1 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	209
2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, NO PERÍODO 1947/75.....	210
3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAL E POR GRAUS DE ELABORAÇÃO, NO PERÍODO 1972/77.....	213
4 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES REGIONAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS.....	219

5 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL, NO PERÍODO 1947/75.....	222
6 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL TOTAL DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO PERÍODO 1972/77.....	225
7 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS.....	231
8 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SEUS SUBPRODUTOS, NO PERÍODO 1972/77.....	234
9 - CONCLUSÕES.....	241
VI - CONCLUSÕES FINAIS.....	251
1 - EXPANSÃO DA AGRICULTURA NO PERÍODO 1940/75.....	251
2 - ANÁLISE REGIONAL.....	267
3 - O PARANÁ NA AGRICULTURA NACIONAL.....	288
4 - A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO PARANÁ.....	296
5 - EXPANSÃO DA PECUÁRIA NO SUDESTE.....	298
ANEXO ESTATÍSTICO.....	303
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	382
EQUIPE TÉCNICA.....	384

I - OBJETIVOS E ENFOQUE TEÓRICO

No primeiro relatório do Diagnóstico, foi dada ênfase à inserção da economia paranaense como um todo na economia nacional. Procurou-se demonstrar que a economia brasileira evoluiu de um "arquipélago" de economias regionais até converter-se em uma economia nacional unificada, o que basicamente já é nos dias atuais, embora deva-se ter atenção às sobrevivências das particularidades regionais.

Ressaltou ainda o primeiro relatório que a unificação da economia nacional havia sido resultado da "nacionalização" do capital industrial desenvolvido no seio do complexo cafeeiro, especialmente em São Paulo. A "nacionalização" do capital industrial do complexo cafeeiro implicou na desarticulação dos "complexos rurais" regionais, que foram convertidos, cada vez mais, em partes de uma agricultura de âmbito nacional em constituição juntamente com a constituição de uma indústria de âmbito nacional. Ao mesmo tempo, a desarticulação dos "complexos rurais", ao subtrair das populações regionais cada vez maior número de atividades não-agrícolas, provocava uma crise que resultava em migrações. Estas migrações, dada a existência de reservas de terras inexploradas, tornaram possível a constituição de novas zonas agrícolas através de um movimento de expansão da "fronteira agrícola", da qual uma das mais importantes neste período foi o Paraná.

A configuração espacial adquirida pela economia nacional unificada resultante deste processo está umbilicalmente ligada às origens históricas das diversas regiões, e se caracteriza por uma indústria nacional extremamente concentrada em uma região e um Estado (Sudeste e São Paulo, respectivamente) e por uma agricultura bastante dispersa. Pode-se dizer que há uma "região industrial" e diversas "regiões agrícolas". Ao mesmo tempo se constatou que a industrialização era um processo de âmbito nacional (por isso é que se pode falar em uma indústria nacional mas concentrada regionalmente), caracterizada por uma certa divisão inter-regional do trabalho industrial. Salvo exceções, a indústria que se desenvolve fora do pólo industrial localizado no Sudeste, é uma indústria basicamente agroindustrial. A própria agroindústria nacional porém, não se dispersou pelo país acompanhando a agricultura, mas permanceu fortemente concentrada no Sudeste. A agroindústria das regiões não-centrais é apenas um segmento da agroindústria nacional, destinado ao primeiro processamento de matérias-primas a serem enviadas ao parque industrial "central", ou ao beneficiamento de produtos de exportação. À parte disto, desenvolvem-se algumas indústrias regionais de grande porte, principalmente ligadas a jazidas de matérias-primas extrativas, vegetais e minerais.

Portanto, a história da industrialização é, ao mesmo tempo, do ponto de vista interestadual, a história da unificação do espaço econômico nacional sob a hegemonia do capital industrial gerado no complexo cafeeiro. Esta unificação implica numa crise das economias regionais preexistentes, e constitui portanto, uma agressão à sua estrutura econômico-social, motivo pelo qual o processo de unificação constitui um processo con-

flitivo do ponto de vista político-social. Do ponto de vista econômico, ele instaura uma certa divisão inter-regional do trabalho, a cuja configuração intersetorial já foi referida acima. Todavia, ele institui também uma divisão intra-setorial, ou seja, dentro de cada setor, do trabalho. Já se verificou que a indústria se desenvolve nas regiões não-centrais predominantemente sob a forma de certo segmento da agroindústria nacional, ou como processadora de matérias-primas extrativas, vegetais e minerais.

O objetivo do presente relatório é examinar a configuração da divisão inter-regional do trabalho dentro da agricultura brasileira. Os passos necessários para esta análise são os seguintes:

- 1) analisar a especialização da produção subjacente ao aprofundamento da divisão social do trabalho;
- 2) analisar as razões teóricas segundo as quais deveria, eventualmente, constituir-se uma agricultura especializada regionalmente (e não apenas por produtor);
- 3) analisar as razões históricas de uma eventual especialização regional, razões estas, portanto, presas às origens históricas de cada região;
- 4) analisar a eventual tendência à especialização regional como decorrência das características particulares do processo de unificação da economia brasileira. Isto corresponde à pergunta: como este processo de unificação influenciou a distribuição regional da agricultura brasileira?

Antes de examinar estes pontos, cabe porém uma observação de ordem geral, que norteia toda a análise. Ela se refere ao fato de que o desenvolvimento da economia brasileira consiste no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e não de um desenvolvimento qualquer. A industrialização e a unificação da economia, assim como a divisão inter-regional do trabalho ou quaisquer aspectos que sejam destacados, só podem ser compreendidos desde que inseridos, conceitualmente, no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O que permite concretizar algo mais à natureza do processo brasileiro é o fato de que se no capitalismo em geral é o capital, em abstrato, que comanda a evolução da economia, no caso brasileiro o desenvolvimento econômico é comandado especificamente pelo capital gerado no interior do complexo cafeeiro.

O significado disto deve ser melhor explicitado. Se o processo de desenvolvimento é desenvolvimento do capitalismo, e se o desenvolvimento do capitalismo é o processo de crescimento do capital em uma formulação abstrata, então todos os aspectos do desenvolvimento são, em última instância, derivados da dinâmica transmitida pelo capital que se acumula. Se, ademais, o desenvolvimento do capitalismo é o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, e estas estão basicamente, na indústria, e especificamente no setor produtor de bens de produção, segue-se que, concretamente, a dominação do capital em geral é a denominação do capital industrial. Portanto, é a dinâmica do capital industrial que comanda, em última instância, a dinâmica da economia como um todo. Ainda mais concretamente, no caso brasileiro, sendo o capital industrial hegemônico àquele que se desenvolve no complexo cafeeiro, segue-se que a dinâ-

mica da economia como um todo é dada pela dinâmica do capital industrial do complexo cafeeiro. Sendo a agricultura uma parte integrante da economia brasileira (e não um apêndice como dinâmica própria), também ela sofre a influência direta, em última instância, da dinâmica do capital industrial do complexo cafeeiro. Finalmente, uma vez completada a unificação da economia nacional, já não há mais necessidade de se referir à origem do capital industrial, pois já então o capital industrial, embora concentrado em uma região, terá um caráter nacional e terá subordinado à sua hegemonia toda a economia do país.

Sendo isto assim, a distribuição regional da agricultura brasileira deve ser analisada como um capítulo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, portanto da industrialização brasileira, portanto da "nacionalização" do capital industrial do complexo cafeeiro. Assim, se neste processo de "nacionalização", o capital industrial hegemônico reorganiza a produção industrial a nível nacional, promovendo a unificação do mercado de manufaturas, ele do mesmo modo opera reorganizando a produção agrícola e submetendo-a, em uma primeira instância, à hegemonia enquanto capital regional que invade as outras regiões econômicas e, finalmente, à sua hegemonia enquanto capital industrial nacional, que já apagou as diferenças inter-regionais em relação ao desenvolvimento industrial.

Das considerações feitas nas seções anteriores, conclui-se que é impossível analisar a agricultura paranaense, e seus principais produtos, em si mesmos, isoladamente. Isto decorre, basicamente, do fato de que não existe uma "economia paranaense", mas uma parte da economia nacional localizada no Paraná. A

agricultura paranaense constitui uma parte apenas — embora significativa — da agricultura nacional.

Como a agricultura nacional é uma parte da economia nacional, ela tem características que decorrem do caráter da economia nacional. Por outro lado, como a economia nacional é constituída, em parcela importante, pela agricultura (ou é uma totalidade que engloba a agricultura), as características desta economia nacional decorrem, em parte não desprezível do caráter da sua agricultura. Sendo a agricultura paranaense uma parcela importante da agricultura nacional, esta é em alguma medida determinada pelas características da agricultura paranaense.

Assim sendo, analisar a agricultura do Paraná é analisar uma parcela importante da agricultura nacional. Analisar a evolução desta parcela implica em ter um conhecimento ou, pelo menos, algumas suposições razoavelmente significativas do todo. Ao mesmo tempo, analisar a agricultura nacional significa analisar uma parte da economia nacional, e implica ter desta um conhecimento pelo menos aproximadamente correto.

Por estes motivos, a análise da agricultura paranaense, em si mesma, é inócua. Os determinantes do seu comportamento não se localizam no Estado do Paraná. Isto não equivale a dizer que a agricultura paranaense é determinada por fatores "exteriores" a ela, simplesmente porque a totalidade de que ela faz parte não é a "economia paranaense" — que não existe, como tal mas a economia nacional. Tudo que é próprio da economia nacional é próprio da agricultura paranaense, e não "exterior" a ela. Do mesmo modo, os fenômenos industriais e o comercial-financeiro que

influenciam a agricultura não são "exteriores" a esta, mas próprios da economia nacional da qual a agricultura é parte, sendo portanto próprios da agricultura mesma. Isto porque a economia nacional não é a simples soma dos "setores" agricultura, indústria e serviços, mas um organismo econômico com uma adiantada divisão social do trabalho, cujos diversos ramos de atividade podem ser agrupados "setorialmente", para fins analíticos.

Todas estas análises e conhecimento presumido referem-se, no caso do diagnóstico, ao período que se inicia após o fim da II Guerra Mundial, portanto, a um período histórico determinado. Assim, todas as afirmações anteriores devem ser qualificadas neste sentido: analisar a agricultura paranaense significa analisá-la como parte da agricultura e da economia nacionais no período histórico 1945-77.

Todavia, tratando-se deste período, deve-se considerar que, no seu início, o caráter "nacional" da economia brasileira ainda não estava definitivamente consolidado. O que marca o período histórico que se inicia em 1945 é exatamente o processo de constituição da economia nacional unificada no Brasil.

Portanto, tratando-se deste período, está-se diante de uma economia constituindo-se em dimensão nacional, ou de uma economia nacional em constituição. Do mesmo modo, defronta-se com uma agricultura constituindo-se em dimensão nacional.

1 - A ECONOMIA BRASILEIRA — UM PRESSUPOSTO

A história do desenvolvimento econômico do Brasil não é

a história de um desenvolvimento econômico qualquer, mas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O capitalismo não se caracteriza apenas por uma forma "existencial" determinada da força de trabalho — o assalariamento —, mas por um certo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho e das forças produtivas sociais. Assim, a industrialização corresponde não apenas a um crescimento das atividades industriais, mas reflete o aprofundamento da divisão social do trabalho (separação cidade-campo, portanto agricultura/indústria, indústria/comércio/finanças, etc.).

Assim, o desenvolvimento da agricultura brasileira é a história do desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, ou do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. A menos que a indústria se desenvolva como "implante" completamente estranho ao restante da economia, ou que se pretenda ressucitar as superadas teorias dualistas, a industrialização brasileira deve ser encarada como fruto do nascimento e expansão do capitalismo, no Brasil, no seio da economia agrário-exportadora e no contexto da constituição de uma economia capitalista mundial na etapa monopolista.

Efetivamente, o relatório preliminar do diagnóstico examina a agricultura brasileira como uma realidade em transformação, que condiciona e é condicionada pelo desenvolvimento industrial. Assim, a agricultura vigente no seio do "complexo rural" é diferente daquela que caracteriza uma economia capitalista desenvolvida. Pretende-se, com isto, indicar a necessidade de romper com a concepção de uma agricultura que não se modificou durante todo o período da industrialização, como se o

crescimento industrial implicasse em adicionar um "setor" industrial moderno a um "setor" agrícola retrógrado recolhido a secular inércia.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil corresponde à paulatina constituição de "setores" agricultura, indústria e serviços, de caráter capitalista, a partir da economia agrário-exportadora antes existente. Portanto, é a economia como um todo que se transforma, e não apenas um setor industrial que é justaposto a uma economia arcaica, mesmo que as transformações da agricultura sejam menos visíveis ou mais difíceis de perceber ou de estudar.

Portanto, a 2.^a fase do "Subsídios ao Diagnóstico Sócio-econômico do Paraná", tem por objetivo analisar a inserção da agricultura paranaense na agricultura nacional, no período posterior ao término da II Guerra Mundial.

Isto implica no estudo da evolução da distribuição inter-regional da produção agrícola brasileira no período em questão, isto é, no estudo da constituição de uma certa divisão inter-regional do trabalho na agricultura, ou da especialização regional da produção agrícola.

A primeira condição para que um estudo deste tipo chegue a bom termo é que seja capaz de identificar os fatores responsáveis pelo dinamismo da agricultura brasileira, isto é, aqueles fatores que imprimem à agricultura brasileira o seu movimento evolutivo. Neste caso, é preciso esclarecer se a agricultura paranaense é uma entidade com autonomia suficiente para

que o seu movimento seja determinado por fatores internos a ela.

Esta questão já foi suficientemente esclarecida na primeira fase do Diagnóstico, e acha-se mais especificamente desenvolvida em seção anterior do presente trabalho. Destas análises decorre a premissa de que a agricultura nacional constitui parte indissociável de uma economia industrializada capitalista de dimensão nacional. Por capitalista entende-se que o processo determinante de todos os movimentos da economia é o de acumulação de capital, por industrializada se entende que é a indústria, e em particular a grande indústria de bens de capital, que constitui a componente dinâmica e dominante da economia.

Com isto não se pretende, evidentemente, sugerir que a evolução da agricultura seja uma consequência passiva de fatores "exteriores" a ela. Entende-se que a subordinação da agricultura passa por processos característicos da própria agricultura, que portanto constituem as condições dentro das quais a agricultura é colocada em subordinação ao conjunto da economia. Ademais, o conjunto da economia não é algo "exterior" à agricultura porque ele é um conjunto que inclui a agricultura.

Assim sendo, a análise da agricultura brasileira, do ponto de vista da sua distribuição inter-regional, no período do pós-guerra, deve partir da explicitação das principais características do desenvolvimento do conjunto da economia neste mesmo período, especialmente, das características do componente dinâmico desta economia, que é a indústria.

Não se pretende, evidentemente, desenvolver uma análise

detalhada do desenvolvimento industrial brasileiro no pós-guerra, mesmo porque os estudos a este respeito já se tornam abundantes. Interessa, apenas, destacar aquelas características mais importantes, especialmente no tocante à distribuição inter-regional da agricultura. Tratando-se, no presente caso, de uma análise que teve poucas condições de atingir a profundidade que seria de desejar, não existe a pretensão de se ter esgotado a lista de características a serem consideradas.

As características mais importantes, do lado da indústria, são: i) a modernização das indústrias de bens de consumo corrente, ou bens-salário, e ii) a implantação de um "novo" setor de departamento de bens de capital.

Na 1.^a fase do Diagnóstico deu-se realce ao fato de que estes processos se deram no contexto de uma economia regionalmente concentrada e contribuíram para reforçar esta concentração. Mostrou-se, ademais que, nas condições dadas, dificilmente tal processo poderia ter seguido curso diferente. Isto não significa dizer, evidentemente, que ele foi um processo desprovido de convulsões sociais por vezes sérias. Mas propriamente, deve-se dizer que as duas características apontadas acima constituem importantes fatores a completarem o processo de unificação da economia brasileira.

Os dois processos apontados acima tiveram, conforme já foi apontado, uma contrapartida político-administrativa na constituição de uma "nova" estrutura federativa, progressivamente mais concentrada na esfera da administração federal. A viabilização desta nova estrutura político-administrativa foi eficaz-

mente instrumentalizada pela progressiva formulação de uma ideologia e de uma estrutura planejamentista, em que o "planejamento" veio a aparecer como o demiurgo da economia centralizada política e economicamente, travestida em panacéia de todos os males nacionais. Já foi ressaltado por outros autores o fato de que a implantação do "planejamento", apresentado como a personificação da "neutralidade técnica", tornava possível a concretização das inovações desejadas sem passar pelas vias institucionalizadas da administração burocratizada e/ou do processo eleitoral . ∴ O papel do planejamento como instrumental de dominação de classe (cf. Francisco Oliveira).

Do ponto de vista regional, os dois processos apontados tiveram como resultado dar um fim definitivo à autonomia dos compartimentos industriais regionais, subordinando-os inteiramente à indústria de dimensão nacional que se constituía no Sudeste. A partir de então o desenvolvimento industrial das diversas regiões passa a integrar-se numa divisão inter-regional de trabalho industrial, perdendo portanto a sua autonomia e caráter regionais. A modernização da indústria de bens-salário atinge mais diretamente a estrutura das indústrias regionais, enquanto a implantação do "novo" setor de bens de capital tem por efeito consolidar os laços inter-regionais da economia unificada, na medida em que reverte antigos fluxos regiões-mercado internacional, para novos fluxos regiões-Sudeste.

Não deve ser esquecido que, juntamente com a reorientação do desenvolvimento industrial das regiões periféricas e o incremento dos fluxos comerciais com as regiões centrais desenvolvem-se as atividades terciárias necessárias à promoção e ma-

nutenção da infra-estrutura exigida para a sustentação deste intercâmbio.

Estes processos conduziram, como já foi esclarecido no relatório anterior, à desarticulação das economias regionais previamente existentes, levando-as a crises de intensidade variável segundo cada região. Estas crises resultaram basicamente de que o processo de desenvolvimento industrial, concentrado no Sudeste, significou a transferência, para esta região, da produção industrial antes existente nas demais regiões, seja nos centros industriais em expansão, seja embutida no "complexo rural" até então nelas constituído. A intensa expansão das atividades terciárias funcionou, do mesmo modo, como um processo de sucção de atividades produtivas do meio rural, concentrando-as seja no Sudeste, seja nos centros urbanos regionais mais importantes para os fluxos comerciais inter-regionais que se implantavam.

Assim, a crise das economias regionais teve como componente das mais importantes a de desocupar uma parte considerável da força de trabalho regional, aquela parte até então dedicada a atividades produtivas não diretamente agrícolas, muito embora embutidas no "complexo rural". Restava como única alternativa econômica a produção agrícola; como isto ocorria com todos os produtores em cada região e como os mercados regionais eram relativamente reduzidos, ocorriam sucessivas crises de superprodução. Comercialmente, o mercado significativo, em termos de dimensão e segurança, era o mercado central, aquele constituído pela região Sudeste. Todavia, como a crise de desocupação e a reversão à agricultura se dava em todas as regiões, a crise se

manifestava sob a forma de surtos recorrentes de superprodução. A queda de preços resultantes originou uma concorrência entre as regiões da periferia pelos mercados centrais, ao mesmo tempo que competia com os produtores agrícolas da própria região central. Este mecanismo é que acabaria conduzindo, progressivamente, à constituição de uma divisão inter-regional do trabalho na agricultura e à especialização regional da produção agrícola.

A competição pelos mercados centrais e com os produtores desta região central introduzira, como importante fator da regionalização da produção agrícola, o mecanismo da renda diferencial da terra, aquela baseada nas diferenças de situação e de qualidade das terras, responsável pela distribuição inter-regional na produção agrícola. Concomitante com esta, e tendo-a como condição indispensável, institui-se a renda diferencial do segundo tipo, decorrente de sucessivos investimentos de capital nas terras já cultivadas há mais tempo, renda esta responsável pelo processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura no período considerado (responsável tanto pela velocidade com que ele se dá como pela profundidade que pode alcançar), sendo o mecanismo que permite explicar as diferenças inter-regionais do progresso tecnológico na agricultura.

2 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL X EXPANSÃO AGRÍCOLA

Como já foi referido, o desenvolvimento industrial no período teve como característica a "nacionalização" da indústria do Sudeste, a instalação de um novo setor de bens de capital e a modernização das indústrias de bens-salário.

Observe-se quais os efeitos desta forma adotada pelo desenvolvimento industrial sobre a produção agrícola. Em primeiro lugar, deve ser destacado o fato de que a constituição de uma indústria nacional concentrada no Sudeste pode ser encarada como a transferência de atividades industriais das regiões periféricas para o Sudeste, conforme já foi dito acima. Ao mesmo tempo a modernização das indústrias de bens-salário, que se dá no pós-guerra, resultou no fechamento de muitas indústrias regionais, que reapareciam sob a forma de escalas ampliadas das indústrias modernizadas no Sudeste.

Estes processos tiveram como resultado, reforçar as taxas de crescimento da indústria do Sudeste em relação às demais regiões do país, assim como o de subordinar o crescimento industrial destas regiões às necessidades da região central.

Como consequência, acentuou-se o processo de urbanização na região central. Do ponto de vista da agricultura, estes movimentos significaram uma maior centralização dos mercados de matérias-primas industriais (em razão da concentração do parque industrial até então existente e de que a expansão doravante se faria também nesta região) e de alimentos. O consumo de alimentos — componente mais importante do custo de reprodução da força de trabalho — cresceria na esteira da expansão do emprego urbano, tanto na indústria quanto na construção civil e nos serviços.

Assim, a produção agrícola para o mercado interno se organizaria, ou melhor dizendo, se reorganizaria, no decorrer do processo de unificação da economia, predominantemente em função

das necessidades deste mercado central em expansão acelerada. Os centros urbanos regionais não conseguiram, até recentemente, constituir-se em mercados alternativos de vulto. Compreende-se pelo que foi dito anteriormente, que tal processo de reorganização nada tem a ver com a procura espontânea de alternativas mais vantajosas por produtores de cada região. Pelo contrário, a industrialização concentrada no Sudeste, entendida ao mesmo tempo como o processo de absorção dos mercados regionais pela indústria central, não deixa às demais regiões outra alternativa que não seja a produção agrícola, acrescida das atividades industriais necessárias, de modo geral, para o primeiro processamento das matérias-primas, e apoiada numa infra-estrutura de serviços necessária para a sustentação e expansão do intercâmbio.

Todavia, se a reorganização da produção agrícola nacional se subordina às necessidades deste mercado central, por outro lado ela parte, necessariamente, de uma estrutura produtiva regional preexistente, estruturada esta diferenciada regionalmente. Isto significa dizer que, se o capital industrial hegemônico, concentrado no Sudeste, reorganiza segundo as necessidades a produção agrícola nacional, ele não está atuando sobre uma "tábua rasa", mas deve submeter-se à mediação das características econômicas regionais preexistentes.

O mercado central atua como a entidade que mediatiza o processo de redistribuição inter-regional da produção agrícola e que direciona os fluxos migratórios. A partir das demandas do mercado central é que se elabora uma hierarquia de rendas da terra — segundo suas qualidades naturais e sua distância ao mercado central predominantemente — e é segundo esta hierarquia

que se organizam as características da nova agricultura nacional, dentre as quais devem destacar-se a composição da produção em cada região, em termos dos tipos e das proporções dos diversos produtos e, em segundo lugar, a articulação íntima entre os processos de expansão da fronteira agrícola e de introdução de novas técnicas nas regiões antigas.

II - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DE ÁREAS OCUPADAS E EXPLORADAS

I - AGREGADOS NACIONAIS

Nesta seção pretende-se avaliar a evolução da base física da produção agropecuária, no Brasil como um todo e nas Grandes Regiões. Para isto serão utilizados, em uma primeira aproximação, alguns poucos indicadores fornecidos pelos Censos Agrícolas e Agropecuários, a partir do de 1940 e até a Sinopse Preliminar do Censo de 1975. Os indicadores inicialmente utilizados são:

- i - Área geográfica total das Regiões e do Brasil;
- ii - Área total dos estabelecimentos agropecuários;
- iii - Área explorada (lavouras e pastagens);
- iv - Área total das lavouras (temporárias e permanentes);
- v - Área das lavouras temporárias;
- vi - Área das lavouras permanentes;
- vii - Área de pastagens (naturais e artificiais);
- viii - rebanho bovino.

Na medida em que esta análise leva em conta apenas, neste passo, extensões geográficas sob exploração, é evidente que os resultados não correspondem exatamente - na comparação inter-regional - aos volumes ou valores comparativos dos produtos obtidos nestas explorações. Isto decorre basicamente de três

fatos:

- a - das diferenças de qualidade das superfícies territoriais (fertilidade natural, clima, erosão, etc.), donde resultam volumes diferentes de produção em áreas iguais, ou volumes iguais em áreas diferentes, supondo idêntica tecnologia;
- b - das diferenças nas técnicas de exploração, das quais resultam que, em áreas de mesma qualidade natural se obtenham volumes diferentes de produção ou, ao inverso, em áreas de diferentes qualidades naturais se obtenham os mesmos volumes;
- c - da diferente composição dos produtos obtidos em cada região.

Ao mesmo tempo, é preciso destacar que a distribuição da base física nada demonstra acerca da distribuição da produção comercializável, ou seja, do nível de desenvolvimento da especialização da produção e, portanto, da produtividade do trabalho.

1.1 - ÁREA ENVOLVIDA NA PRODUÇÃO

São apresentados, inicialmente, os dados que refletem a evolução da superfície geográfica envolvida na exploração agropecuária no Brasil como um todo. Deve-se observar que a área explorada inclui apenas as áreas de lavouras e pastagens.

Possuindo o Brasil uma área geográfica de cerca de 851 milhões de hectares, observe-se como evolui, a partir de 1940, a parcela envolvida na exploração agropecuária.

TABELA 1 - BRASIL ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREAS EXPLORADAS, 1940-1975

ANOS	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	(1.000 ha)		
		ÁREAS EXPLORADAS		
		Total	Lavouras	Pastagens
1940	197 720	106 977	18 835	88 142
1950	232 211	126 728	19 095	107 633
1960	249 862	151 048	28 712	122 335
1970	294 145	188 122	33 984	154 139
1975 ¹	322 621	221 403	38 803	182 600

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940 a 1970
FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1975.

¹A área de pastagem em 1975 foi estimada levando-se em conta o rebanho existente em 1975 e a evolução da capacidade de suporte das pastagens, entre 1940 e 1970, por Região.

TABELA 1 (a) - BRASIL-ÍNDICE SIMPLES DE CRESCIMENTO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DAS ÁREAS EXPLORADAS, 1940-1975; E EVOLUÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIO. (1940=100)

ANOS	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	ÁREAS EXPLORADAS		
		Total	Lavouras	Pastagens
1940	100	100	100	100
1950	117 17,4%	118 18,5%	101 1,4%	122 22,1%
1960	126 7,6%	141 19,2%	152 50,4%	139 13,7%
1970	149 17,7%	179 24,5%	180 18,4%	175 26,0%
1975	163 9,7%	207 17,7%	206 14,2%	207 18,5%

FONTE: TABELA 1.

Os valores absolutos da Tabela 1 serão melhor analisados quando descompostos regionalmente. Por ora, interessa apenas comparar as magnitudes relativas de variação, constantes da Tabela 1(a). Esta tabela mostra que, no período 1940-75, a área total explorada com lavouras e pastagens aumentou substancialmente mais que a área dos estabelecimentos agropecuários. Isto indica que, além de a produção agrícola haver aumentado, no período, através da expansão da área cultivada de modo geral, isto é, pela incorporação de novas "fronteiras agrícolas", ela também aumentou através do uso de maior proporção das terras contidas nos estabelecimentos agropecuários. Assim, enquanto a área total dos estabelecimentos aumentou 63% no período, a área explorada com lavouras e pastagens aumentou 107%. Este segundo fenômeno ocorre especialmente após 1950. Deve ser ressaltado que no quinquênio 1970-75, a taxa geométrica anual de crescimento da área explorada foi maior do que em qualquer decênio anterior.

Comparando o aumento decenal das áreas de lavouras e pastagens, verifica-se que estas crescem 107% e aquelas 106%, ao longo de todo o período. As taxas decenais de variação quando comparadas, apresentam-se da seguinte forma:

ANOS	LAVOURAS	PASTAGENS
1940-50	1,4	22,1
1950-60	50,4	13,7
1960-70	18,4	26,0
1970-75	14,2	18,5
(1970-80)	(30,0)	(40,0)

Verifica-se por estes dados que, após uma grande expansão na década de 1950, a área de lavouras aumentou menos que a de pastagens em todo o período, 1960-75. Além disso, se o aumento do quinquênio 1970-75 se repetir no quinquênio 1975-80, esta década será a de maior expansão da área de pastagens desde 1940. O aumento da área de lavouras - elevado a cerca de 30%, será substancialmente superior ao experimentado na década de 1960.

1.2 - INTENSIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Mostrar-se-á agora como evoluíram as áreas exploradas, como proporção da área geográfica do país e da área dos estabelecimentos agropecuários. Estes dados, contidos na Tabela 2, baseiam-se na Tabela 1. O cálculo da proporção da área dos estabelecimentos agropecuários na área geográfica brasileira refere-se aos 851.196.500 ha de área geográfica do país.

TABELA 2 - BRASIL - PROPORÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS E EXPLORADAS NA ÁREA TOTAL DO BRASIL; E DAS ÁREAS EXPLORADAS NA OCUPADA, 1940-75. (%)

ANOS	PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DOS ESTAB. NA ÁREA TOTAL DO PAÍS	PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS NA ÁREA TOTAL DO PAÍS			PARTICIP. DAS ÁREAS EXPLORADAS NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS		
		Total	Lav.	Past.	Total	Lav.	Past.
1940	23,23	12,57	2,21	10,36	54,11	9,53	44,58
1950	27,28	14,89	2,24	12,65	54,57	8,22	46,35
1960	29,35	17,75	3,37	14,38	60,45	11,49	48,96
1970	34,56	22,10	3,99	18,11	63,96	11,55	52,41
1975	37,90	26,01	4,56	21,45	68,63	12,03	56,60

FONTE: TABELA 1.

Estes dados mostram, em primeiro lugar, a magnitude da expansão da fronteira agrícola do país neste período de 35 anos. Assim, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários passou de 23% para 38%, aproximadamente, da área geográfica do país. Portanto, em 1975, mais de um terço do território do país estava ocupado por estabelecimentos agropecuários. Deve-se lembrar que este número não se refere à apropriação jurídica das terras, mas à sua utilização econômica. Assim sendo, a área dos estabelecimentos agropecuários corresponde à área sob controle de produtores agropecuários, sejam proprietários ou não da área que controlam. Por outro lado, existem propriedades fundiárias que, por não sofrerem qualquer exploração econômica, não comparecem aos censos agropecuários.

Como a área explorada mais do que dobrou no mesmo período, a sua proporção sobre a área geográfica do país aumentou na mesma medida. Assim, enquanto em 1940 apenas 12,6% do território nacional era explorado, em 1975 esta proporção situava-se já em 26,0%, correspondendo, nesta última data, a uma área geográfica de 221 milhões de hectares.

Considerando que a área explorada aumentou mais que a área total dos estabelecimentos, o resultado foi o aumento da proporção das terras exploradas na área total dos estabelecimentos agropecuários. Assim, em 1940 pouco mais da metade da área total dos estabelecimentos era explorada, enquanto em 1970 esta proporção era de 68,6%, portanto mais de dois terços. Deve-se recordar que se está analisando apenas a exploração com lavouras e pastagens, deixando de lado a extração vegetal em geral e a exploração florestal (florestas plantadas).

Assim sendo, a expansão da agricultura brasileira no período analisado deu-se, do ponto de vista exclusivamente territorial, através de duas linhas: a ampliação da área ocupada (expansão da fronteira agrícola), medida pelo aumento da área total dos estabelecimentos agropecuários; em segundo lugar, pela intensificação da exploração destes estabelecimentos, medida pela proporção explorada da sua área total. Neste período de 35 anos, as categorias de área que estão sendo consideradas, obtiveram os seguintes acréscimos, em valores absolutos:

Área total dos estabelecimentos..	125 milhões de hectares
Área exploradas.....	114 milhões de hectares
Área de lavouras.....	20 milhões de hectares
Área de pastagens.....	94 milhões de hectares

Vê-se, assim, que a área explorada aumentou pouco menos que a área ocupada pelos estabelecimentos. O aumento da área explorada, de 114 milhões de hectares ($1.140.000 \text{ km}^2$), corresponde a 75% da área geográfica total das regiões Sudeste e Sul juntas (que somam $1.502.548 \text{ km}^2$), e a cerca de 13% do território nacional total.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à decomposição da área explorada, em lavouras e em pastagens. Verifica-se que a área explorada com lavouras é consideravelmente menor que a de pastagens. As lavouras ocupavam, em 1975, apenas 4,56% do território nacional e 12,03% da área dos estabelecimentos agropecuários, enquanto as mesmas cifras, para as áreas de pastagens, eram de 21,45% e 56,60%, respectivamente. A pequena proporção das áreas de lavouras, por si mesma, ou comparada à área de pastagens, não permite julgar a "eficiência" da agricultura

em relação às necessidades da população ou da economia. Estão sendo tratadas, por ora, as magnitudes territoriais das áreas ocupadas e exploradas, em relação ao país como um todo. A Tabela 3 fornece a participação percentual das áreas de lavouras e de pastagens na área explorada total:

TABELA 3 - BRASIL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE LAVOURAS E DE PASTAGENS NA ÁREA EXPLORADA. (%)

ANOS	LAVOURAS	PASTAGENS
1940	17,61	82,39
1950	15,07	84,93
1960	19,01	80,99
1970	18,06	81,94
1975 ¹	17,53	82,47

FONTE: TABELA 1

¹Cf. observação a Tabela 1.

Esta tabela simplesmente reflete, de outra forma, a inferioridade territorial das áreas de lavouras frente às de pastagens. Não há uma tendência firme de longo prazo indicando a redução ou aumento de participação de qualquer dos dois agregados (considerando a estimativa grosseira da área de pastagens referente a 1975). Pode-se, no máximo, apontar uma tendência de aumento da proporção das pastagens após 1960. Entretanto, esta situação poderá ter mudado no fim dos anos 70.

1.3 - POPULAÇÃO E PRODUTO REAL

A fim de avaliar o significado econômico da expansão

territorial da agricultura, serão introduzidas algumas poucas informações a respeito da evolução da população e do produto real da agricultura no período analisado. A tabela 4 apresenta estes dados, confrontados com os da evolução das áreas exploradas, na forma de índices simples de crescimento. A base de comparação é o ano de 1950, pois a série de índices do produto real disponível começa em 1949.

TABELA 4 - BRASIL - ÍNDICES SIMPLES DE ÁREAS EXPLORADAS, POPULAÇÃO E PRODUTO REAL

ANOS	ÁREAS EXPLORADAS			PROD. REAL	POPULAÇÃO		
	Total	Lav.	Past.		Total	Urb.	Rural
1950	100	100	100	100	100	100	100
1960	119	150	114	154	137	170	118
1970	149	178	143	236	179	277	124
1975	175	203	170	319	206	341	130

FONTES: PARA ÁREAS EXPLORADAS, TABELA 1.
 PARA POPULAÇÃO: CENSOS DEMOGRÁFICOS E PROJEÇÕES PARA 1975 do IBGE.
 PARA ÍNDICE DO PRODUTO REAL: FGV, CONJUNTURA ECONÔMICA, VOL. 30, Nº 3, MARÇO 1976, P. 89. ESTIMATIVAS PRELIMINARES PARA 1970 e 1975.

A tabela revela que, no período 1950-75, o produto real da agricultura cresceu substancialmente mais que as áreas exploradas e as populações total e rural, embora menos que a população urbana.

A produção agropecuária é obtida pelo trabalho da população rural aplicado ao solo agrícola. Se se admitir que são pequenas as imprecisões contidas nesta afirmação (por exemplo, de que a grande maioria desta produção procede do trabalho da

população rural e das áreas exploradas com lavouras e pastagens), pode-se concluir que no período analisado, aumentou o produto real por unidade de área e por habitante rural (nada se pode concluir, de imediato, a respeito da produtividade da hora de trabalho efetivamente empregada na agropecuária). Pode-se concluir, ainda, que houve um maior aumento de produto por habitante do que por unidade de área. Deste modo, o produto real agropecuário por habitante (população total) também aumentou.

Dividindo os índices do produto real pelos índices das áreas exploradas e da população, obtém-se a seguinte tabela:

TABELA 5 - BRASIL - RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DO PRODUTO REAL E OS ÍNDICES DE ÁREA EXPLORADA E POPULAÇÃO, 1950/1975

ANOS	ÁREA EXPL. TOTAL	POPULAÇÃO		
		Total	Urbana	Rural
1950	1,00	1,00	1,00	1,00
1960	1,29	1,12	0,91	1,31
1970	1,58	1,32	0,85	1,90
1975	1,82	1,55	0,94	2,45

FONTE: TABELA 4

O produto real por habitante rural aumentou 145%, enquanto o produto por unidade de área aumentou 82% até 1975. Em relação à população total, o aumento foi de 55% por habitante.

Assim, no período 1950-75, a produção por habitante da população rural aumentou significativamente, de tal modo que o produto por habitante total, no final do período, era 55% supe-

rior ao de seu início. Pode-se dizer, grosseiramente, que aumentou a produtividade da população rural. Mas não se pode afirmar, de imediato, que tenha aumentado a produtividade do trabalho, em termos de produção por hora de trabalho efetivo. Pode ter havido um aumento da produtividade por trabalhador, desde que o seu tempo de trabalho tenha sido ampliado, mesmo que a produtividade por hora de trabalho tenha se mantido constante ou mesmo diminuído.

O processo de unificação da economia, tal como descrito no Relatório Preliminar do diagnóstico, indica que este tenha sido o caso: ampliação do tempo de trabalho dedicado à agricultura pela população rural. Mantidos aproximadamente constantes os níveis técnicos da exploração agrícola (ou com introdução lenta do progresso técnico), o produto agrícola teria que ser ampliado à base do aumento do tempo de trabalho da população rural tornada, compulsoriamente, exclusivamente em agricultores. O trabalho adicional se aplicaria às terras já cultivadas, ou a novas terras para tal fim desbravadas. Tanto a intensificação do trabalho sobre terras já cultivadas, como a contínua ampliação da área de cultivo resultariam em algum incremento do produto por unidade de área: por um lado, o aumento do trabalho por unidade de área apenas se justificaria para obter um incremento ou para impedir uma queda do produto; por outro lado, a expansão da área cultivada implica no uso da fertilidade natural das novas terras, em oposição a terras cuja fertilidade natural já terá sido, pelo menos em parte, exaurida.

A seguir se mostrarã como evoluem as relações entre as diversas categorias de área e os agregados de população total e

rural:

TABELA 6 - BRASIL - INDICADORES DAS RELAÇÕES ENTRE AGREGADOS DE ÁREA E DE POPULAÇÃO, 1940/1975

ANOS	RELAÇÃO DAS ÁREAS COM POPULAÇÃO TOTAL (ha)				
	Área estab.	Área Expl.	Área Lav.	Área Past.	Rebanho Bovino
1940	4,79	2,59	0,46	2,14	0,83
1950	4,47	2,44	0,37	2,07	0,86
1960	3,52	2,13	0,40	1,72	0,79
1970	3,16	2,02	0,36	1,65	0,84
1975	3,01	2,07	0,36	1,70	0,94
	RELAÇÃO DAS ÁREAS COM POPULAÇÃO RURAL				
1940	6,97	3,77	0,66	3,11	1,21
1950	7,00	3,82	0,58	3,25	1,34
1960	6,41	3,87	0,74	3,14	1,44
1970	5,76	4,58	0,83	3,75	1,91
1975	7,49	5,14	0,90	4,24	2,34

FONTE: TABELA 1

Tem-se neste quadro, de modo geral, uma redução de todas as categorias de área por habitante da população total, e um aumento por habitante rural. Isto é, o produto real por habitante total elevou-se 55%, apesar de uma redução da magnitude das áreas exploradas por habitante. O incremento do produto foi obtido tanto por uma ampliação da área por habitante rural, como pelo aumento do produto por unidade de área, que foi de 82%.

Os índices referentes às pastagens e ao rebanho bovino permitem concluir pela intensificação da exploração das pasta-

gens: enquanto a relação rebanho/população total permaneceu constante, a relação pastagens/população total se reduziu consideravelmente. Ao mesmo tempo, sabe-se que o rebanho bovino nacional experimentou melhoria de qualidade pela generalização das raças indianas (zebus) selecionadas no Brasil, pelo aumento da proporção de pastagens artificiais, etc.

Verifica-se, em suma, que a agricultura brasileira se expandiu de modo expressivo, em termos horizontais, ou seja, do território por ela abrangido. A esta expansão territorial correspondeu uma ampliação também substancial do produto real proveniente da agricultura. Todavia, ao longo do tempo foram se reduzindo as parcelas de terra por habitante necessárias para prover o produto per capita ampliado. Ao mesmo tempo, a população rural como um todo foi capaz de elevar a parcela de terras exploradas por habitante do meio rural, aumentando portanto o produto real por habitante rural.

2 - AGREGADOS REGIONAIS

2.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

A distribuição regional da área total dos estabelecimentos agropecuários alterou-se apenas levemente, no período 1940/75 ou 1950/75, conforme mostra a tabela apresentada a seguir:

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975, (%)

REGIÃO	1940	1950	1975
Norte	12,9	10,0	9,2
Nordeste	21,7	25,1	24,7
Sudeste	29,1	26,6	22,6
Sul	16,0	15,3	14,4
Centro-Oeste	20,4	23,1	29,0

FONTE: TABELA A.2

Nesta tabela constam os dados dos censos de 1940 e 1950 porque, durante a década de 40, a julgar pelos dados destes dois censos, houve alterações de alguma importância, mas que não continuaram nas décadas seguintes. Assim, se fossem excluídos os dados referentes a 1950. Poderia resultar a impressão de alterações progressivas em todo o período, quando elas se deram somente no primeiro período intercensitário. Isto se deu principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Antes de passar à análise da tabela, deve-se lembrar que os censos agropecuários destinam-se ao levantamento da produção agrícola, e não da propriedade da terra. Disso resulta que o objeto de levantamento é a terra submetida a algum tipo de exploração econômica, e não a terra sujeita à propriedade jurídica. Em suma, no censo busca-se o estabelecimento agropecuário e não o imóvel rural. Assim, a tabela apresentada acima retrata a evolução das áreas de terras contidas em estabelecimentos agropecuários, independente da natureza jurídica da sua apropriação.

Deve-se notar, também, que as áreas dos estabelecimentos correspondem às áreas de terra submetidas ao controle dos produtores responsáveis por eles. Não há, portanto, nenhuma correlação necessária entre a área dos estabelecimentos e a área efetivamente explorada.

Na tabela se verifica que, na década de 40, apenas as regiões Nordeste e Centro-Oeste elevaram a sua participação na área total dos estabelecimentos agropecuários. A partir de 1950, apenas a região Centro-Oeste experimenta ampliação, enquanto todas as demais perdem posição. Deve-se observar, porém, que somente a região Sudeste sofre perda substancial, enquanto nas demais regiões as variações para menos são pequenas. O exame da série completa de dados censitários (ver Anexo) mostra que somente as regiões Sudeste e Centro-Oeste sofrem tendências bem definidas: a participação do Sudeste cai desde 1940, enquanto a do Centro-Oeste se eleva, sendo substanciais os movimentos de ambas as regiões. A posição da Região Sul mantém-se estável entre 1950 e 1970, caindo apenas em 1975, o mesmo ocorre com o Nordeste a partir de 1950. A região Norte apresenta queda de participação até 1970, sofrendo um aumento repentino em 1975, o que deve estar refletindo o violento processo de ocupação das margens da grande floresta amazônica no Pará, no Acre, em Rondônia e Roraima.

A leve tendência à queda da participação da região Sul é, aparentemente, contraditória com o seu papel de importante fronteira agrícola do país exatamente neste período. Ver-se-á porém, na continuação da análise, que isto se explica tanto pela distribuição inter-regional das atividades de pecuária e lavou-

ras, quanto pelas tendências contraditórias dos Estados da Região.

De qualquer modo, pode-se identificar um crescimento da área total, no Centro-Oeste, maior do que nas demais regiões a partir de 1950. Embora isto se deva, sem dúvida, ao fato de constituir esta região uma importante fronteira agrícola neste período, o mesmo argumento deveria fazer supor um crescimento ainda maior na região Sul a qual, pelo contrário, perdeu participação, embora pequena, na área total nacional. Este fenômeno está ligado, evidentemente, ao fato de que a "fronteira" do Centro-Oeste foi, predominantemente, uma "fronteira pecuária" neste período, enquanto o Sul foi predominantemente de lavouras.

2.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL

A área explorada total constitui a soma, apenas, das áreas de lavouras e das áreas de pastagens. A Tabela 8 resume a evolução verificada no período 1940-75.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA EXPLORADA, 1940-1975, (%)

REGIÃO	1940	1975
Norte	3,0	2,7
Nordeste	17,4	21,4
Sudeste	32,9	30,3
Sul	19,6	16,1
Centro-Oeste	27,1	29,4

FONTE: TABELA A.3.1

Os dados desta tabela indicam tendências que também conflitam com o papel de grande fronteira agrícola representado pela região Sul após a II Guerra Mundial. O que se verifica é uma perda de posição pelas regiões Sudeste e Sul, compensados por uma participação do Nordeste e do Centro-Oeste.

Ora, o processo de divisão inter-regional do trabalho a nível "setorial" (isto é, de concentração da indústria no Sudeste e distribuição da agricultura pelas demais regiões), permitiria esperar um declínio da posição do Sudeste e um aumento nas demais regiões, sendo que os aumentos mais substanciais deveriam corresponder ao Sul e ao Centro-Oeste, inclusive nesta ordem. O que se verifica, todavia, é que, em primeiro lugar, a queda de posição do Sudeste é relativamente pequena e, em segundo lugar, a região Sul, a grande fronteira agrícola do período, ao invés de aumentar a sua participação na área explorada nacional, experimenta uma diminuição.

Deve-se chamar atenção para o fato de que o Centro-Oeste tem uma participação, na área explorada, desproporcionalmente superior à sua participação na geração da renda da agricultura nacional. A tabela 8 revela que cabem ao Centro-Oeste 30% da área total explorada no país em 1975, enquanto sua participação na renda da agricultura, neste ano, era inferior a 10%. No mesmo ano, cabia à região Sul apenas 16% da área explorada, mas cerca de 40% da renda da agricultura.

Esta situação deve-se novamente, ao caráter predominante da "fronteira pecuária" do Centro-Oeste. Este caráter, em oposição à "fronteira lavoureira" do Sul, reflete um fenômeno de

de marcada importância, que é o processo concomitante da divisão inter-regional do trabalho dentro de cada "setor". No caso da agricultura, trata-se do processo de constituição de regiões especializadas em certas explorações. A separação entre pecuária e lavouras é a primeira grande divisão de trabalho dentro da agricultura.

Este fenômeno será melhor esclarecido pela decomposição da área explorada em pastagens e lavouras, que será apresentada a seguir.

2.2.1 - Área de Lavouras

A Tabela 9 apresenta a evolução da distribuição regional da área com lavouras, novamente se inclui os dados de 1940 e 1950, no início do período, devido ao fato de que, em alguns casos, o comportamento na década de 1940 é diferente daquele que se inicia em 1950.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA OCUPADA POR LAVOURAS, 1940-1975, (%)

REGIÃO	1940	1950	1975
Norte	4,9	1,2	2,6
Nordeste	30,6	27,6	27,4
Sudeste	45,0	44,2	26,2
Sul	15,6	23,7	33,2
Centro-Oeste	3,9	3,2	10,7

FONTE: TABELA A.4.1

Nesta tabela se verifica que uma importante redistribuição

buição geográfica do cultivo agrícola se processou a partir de 1940. Neste ano, quase metade da área cultivada do país estava localizada no Sudeste, vindo a seguir o Nordeste, com 30% da área cultivada do país. As duas regiões reuniam, portanto, três quartas partes da área de lavouras do país.

As características principais deste processo de redistribuição da produção de lavouras são a queda pronunciada da posição do Sudeste e, em contrapartida, a elevação das regiões Sul e Centro-Oeste, especialmente a primeira em termos de proporção da área nacional, e a segunda em termos de taxa de aumento de participação, que foi a maior de todas (devido, em grande parte à menor base de que partia).

Tudo indica que, durante a década de 1940, é na região Sul que se localiza o desencadeamento das transformações na distribuição inter-regional da área de lavouras. É somente esta região que sofre uma mudança substancial de posição durante esta década, enquanto as demais regiões sofrem quedas pequenas de participação. É provavelmente durante a década de 1950 que a expansão agrícola do Sul provocará repercussões significativas nas demais regiões, induzindo o início de mudanças na composição da produção de lavouras, que terá como resultado uma modificação na sua distribuição inter-regional.

Pode-se ver, na Tabela 9, que, em 1975, a produção de lavouras, avaliada pela distribuição das suas áreas, é menos concentrada (portanto mais distribuída), do que em 1940. A região Sul tornou-se detidora da maior área cultivada, enquanto a posição do Sudeste caiu abaixo do Nordeste (note-se que a dis-

tribuição da área e do valor não correspondem). O Centro-Oeste, cuja participação era insignificante em 1950, já marca uma presença que não pode ser negligenciada em 1975.

2.2.2 - Área de Pastagens

A Tabela seguinte apresenta a evolução da distribuição da área de pastagens, são adicionados entretanto, os dados da distribuição do rebanho bovino, que é importante porque as duas distribuições não são inteiramente correspondentes.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA DE PASTAGENS E DO REBANHO BOVINO

REGIÃO	1940		1975	
	Pastagens	Rebanho	Pastagens	Rebanho
Norte	2,6	2,9	2,7	2,1
Nordeste	14,6	22,3	20,2	17,7
Sudeste	30,3	34,8	31,2	34,7
Sul	20,5	25,2	12,5	21,2
Centro-Oeste	32,1	14,9	33,4	24,2

FONTE: TABELAS A.5.1 E A.6.1

OBS: Os dados da área de pastagens, referentes a 1975, foram estimados segundo a evolução da relação rebanho/pastagem até o Censo de 1970 e segundo o efetivo do rebanho em 1975.

A primeira observação a ser feita é que o Sudeste mantém firmemente, ao longo de todo o período, a sua participação nos totais nacionais tanto da área de pastagens quanto do rebanho. Este é um fenômeno que contrasta claramente com a perda substancial de posição desta região na área nacional de lavouras. Isto significa que, durante o período em análise, o Su-

deste se torna relativamente mais pecuário do que lavoureiro. O contrário ocorre na região Sul. Esta aumenta rapidamente a sua participação na área nacional de lavouras, tornando-se a primeira do país em 1975, enquanto perde posição na área de pastagens e no rebanho bovino, o que significa que a região Sul tende a tornar-se relativamente "menos pecuária", enquanto concentra a produção de lavouras.

A segunda observação importante diz respeito ao Centro-Oeste. Esta é a região que realmente se destaca, durante todo o período, como uma grande fronteira pecuária. Verifica-se que a participação da região no rebanho nacional dá um salto substancial de 14,9% para 24,2%, enquanto a participação na área de pastagens quase que se mantém estável. Isto apenas reflete o fato de que as grandes reservas de campos naturais características do Centro-Oeste foram, aos poucos, sendo povoadas de gado bovino. Não houve, necessariamente, aumento de produtividade decorrente de inovações técnicas; o que houve é que se passou a "encher" as pastagens antes subpovoadas.

A terceira observação diz respeito ao Nordeste, cuja participação na área de pastagens aumentou progressivamente, enquanto caiu, também sustentadamente, a participação no rebanho. Assim, se a extensão das áreas de pastagens reflete uma tendência de "pecuarização", a evolução do rebanho, em relação ao total nacional, mostra que isto não foi conseguido.

A análise das tendências divergentes das distribuições de lavouras e pastagens no país permite compreender melhor os dados da Tabela 8, onde a região Sul comparacia, numa aparente

contradição com os fatos, com uma redução da participação na área explorada total do país.

A fim de melhor se apreender os dados da Tabela 8, como sendo resultantes da composição de movimentos por vezes contraditórios de dois componentes distintos, mostram-se a seguir as correspondentes aos aumentos percentuais, por região, das diversas categorias de área no período 1940-1975:

TABELA 11 - AUMENTO PERCENTUAL DAS ÁREAS EXPLORADA, DE LAVOURAS E DE PASTAGENS, 1940-1975, (%)

REGIÃO	ÁREA EXPLORADA TOTAL	ÁREA DE LAVOURAS	ÁREA DE PASTAGENS	REBANHO
Norte	88	10	119	110
Nordeste	155	84	187	134
Sudeste	91	20	114	196
Sul	70	338	26	147
Centro-Oeste	172	468	165	378
Brasil	120	106	123	193

FONTE: TABELAS A.3.2, A.4.2 E A.5.2

A região Sul foi a que apresentou menor expansão absoluta de área explorada no período, ficando abaixo da média nacional. Isto se deu, evidentemente, porque o cultivo e a pecuária não estiveram associados no processo de redistribuição da agricultura.

Na Tabela 11 se constata facilmente que a pequena expansão da área explorada total da região Sul se deve ao fato de, no Sul, ter-se expandido o cultivo e não a pecuária que, pelo

contrário, sofreu um incremento insignificante em comparação com o restante do país. Como as áreas de lavouras constituem a menor fração da área explorada total (conquanto constituam a fonte da maior proporção da renda da agricultura), as regiões que se concentram no cultivo aparecem com pequena participação na área explorada total.

O Sudeste apresentou um comportamento exatamente inverso ao do Sul. A área de lavouras sofreu um pequeno incremento de 20% contra enormes expansões de área no Sul e no Centro-Oeste, enquanto sua área de pastagens mais do que dobrava, embora permanecendo abaixo da média nacional. Assim, o Sudeste sofre um processo de "pecuarização" relativa, enquanto o inverso está acontecendo no Sul. O resultado é um aumento relativo da área explorada, no Sudeste, levemente superior ao do Sul, embora ambas as regiões percam posição na distribuição inter-regional de área explorada.

O Centro-Oeste é a região que apresenta a maior taxa de expansão das áreas de cultivo, com 468% de aumento nos 35 anos do período que está sendo analisado. Todavia, apenas agora a sua extensão absoluta de terras cultivadas atingiu dimensões que a tornam significativa a nível nacional. Ao mesmo tempo, apresentando uma das maiores taxas de crescimento da área de pastagens, resulta esta a região que experimentou o maior incremento em área explorada total no período. O Centro-Oeste é uma grande região que começa a ser explorada economicamente, pelas suas dimensões e pela heterogeneidade de ecossistemas que comporta, é ela uma região que tende a abrigar uma parte importante da grande região central pecuária do país, e ao mesmo tempo de consti-

tuir uma importante região de cultivo.

O Nordeste, como já foi dito, foi a região que maior incremento experimentou na área de pastagens, não tendo sido acompanhado por igual ampliação do rebanho bovino. A expansão da sua área de cultivo (partindo de uma base já bastante elevada em 1940), combinada com a grande ampliação das pastagens, fez dela a segunda região em expansão de área explorada total.

Contribuições preliminares para as conclusões - O primeiro resultado deste passo da análise foi o de reconhecer uma primeira grande separação dentro da agricultura, no momento em que ela se redistribuiu pelo território nacional e sofre um processo de divisão intra-setorial do trabalho. Esta é a separação que se dá entre a lavoura e a pecuária.

Embora os limites estaduais não sejam os mais adequados a um estudo da especialização geográfica da produção agrícola, os dados manuseados até este momento, a nível de região, permitem apontar diferenças quanto à composição lavouras/pastagens, que indicam a separação geográfica entre as explorações de cultivo e as de criação. Assim, tomando o Sudeste como um todo, o período posterior a 1945 se caracteriza por uma concentração sempre maior da pecuária e um declínio relativo das explorações de cultivo. Isto ocorre tanto em São Paulo como em Minas Gerais, conforme se verá mais adiante. Ao mesmo tempo, o Estado de Goiás já possui, atualmente, um rebanho bovino maior do que o Mato Grosso, em cuja região Sul, aliás, desenvolve-se uma região agrícola de grande dinamismo.

Considerando que a pecuária de corte do Sudeste se concentra no Oeste de São Paulo e no Triângulo Mineiro e Oeste de Minas, é plausível supor a constituição de uma grande região pecuária, de corte, que se componha destas duas sub-regiões e mais de partes dos Estados de Goiás e Mato Grosso e, eventualmente, no Noroeste do Paraná. Esta última região se caracteriza, nos últimos 10 anos pelo menos, por um acentuado crescimento do rebanho bovino e das fazendas de criação.

Por outro lado, considerando a expansão das lavouras nas regiões Sul e Centro-Oeste, não seria também implausível a suposição da constituição de uma grande região de cultivo, estendendo-se desde o Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina e pelo Paraná e estendendo-se para o Sul de Mato Grosso. Tratar-se-ia de uma região de cultivo comercial, portanto de uma agricultura apresentando um desenvolvimento capitalista mais adiantado do que nas demais regiões, exceto São Paulo, naturalmente.

2.3 - RELAÇÕES DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA COM A ÁREA TOTAL DAS REGIÕES

Far-se-á agora um ligeiro exame da intensidade de ocupação agrícola de cada região, utilizando para tanto as relações percentuais de cada categoria de área com a área total das regiões.

2.3.1 - Área Total dos Estabelecimentos como Proporção da Área Total das Regiões

Em seção anterior, ao se analisar os dados agregados para o Brasil, denominou-se de "intensidade de ocupação" da re-

gião, aos percentuais de participação da área ocupada por estabelecimentos agropecuários e da área explorada na área total do país. O mesmo se faz agora para as diversas regiões, iniciando a análise pelo exame da evolução da proporção ocupada por estabelecimentos agropecuários em cada região.

TABELA 12 - PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA ÁREA TOTAL DE CADA REGIÃO, 1940-1975.(%)

REGIÃO	1940	1975	VARIAÇÕES (%)
Norte	7,1	8,3	16,9
Nordeste	27,7	51,5	85,9
Sudeste	62,1	78,8	26,9
Sul	54,6	80,6	47,6
Centro-Oeste	21,5	49,8	131,6
Brasil	23,2	37,9	63,4

FONTE: TABELA A.2.5

Com exceção da região Norte, onde foi pequeno, o aumento da ocupação por estabelecimentos agropecuários foi geral e substancial nas demais regiões do país. O maior aumento da taxa de ocupação coube ao Centro-Oeste, onde ela mais do que dobrou. A seguir vem o Nordeste onde, conforme se pôde constatar em seções anteriores, a expansão da pecuária se dá com redução da capacidade de suporte das pastagens. As condições desfavoráveis de clima e solo no Nordeste, em relação às que prevalecem em outras regiões do país, são responsáveis tanto pela pequena taxa de ocupação, relativa às outras regiões de ocupação antiga do país, como pelo fato de que a expansão das áreas exploradas se dê mediante rendimentos decrescentes, pelo menos em termos

fisícos.

A região Sul coloca-se em terceiro lugar em termos de magnitude percentual do aumento da taxa de ocupação, enquanto ao Sudeste cabe o quarto lugar. Esta hierarquia decorre, evidentemente, de duas circunstâncias: a taxa de ocupação já alcançada em 1940, e o tipo de exploração (o cultivo ou a pecuária) que tende a predominar. Ambas as razões explicam o destaque do Centro-Oeste e do Nordeste. O Sudeste e o Sul são casos algo mais complicados. No Sudeste, embora a expansão tenha se baseado na pecuária, a base já era bastante ampla em 1940. Na região Sul, embora a base fosse um pouco mais reduzida, a expansão deu-se principalmente pelo lado do cultivo, mas foi de uma escala vertiginosa, daí ter experimentado uma ampliação superior à do Sudeste, em termos percentuais.

Em 1975 todas as regiões, exceto o Norte, já apresentavam pelo menos metade do seu território ocupado por estabelecimentos agropecuários. Se se considerar que a ampliação da área explorada pode dar-se por dois meios, sendo um a ampliação da área explorada dentro dos estabelecimentos agropecuários e outro, a expansão da ocupação de áreas ainda desocupadas ou esparsamente ocupadas, ou pela combinação dos dois, pode-se fazer as seguintes suposições ou hipóteses preliminares.

1 - As regiões Sudeste e Sul praticamente esgotaram as suas reservas de áreas desocupadas produtivas, já que 80% dos seus territórios já estão ocupados por estabelecimentos em produção. Nestas regiões resta a chamada "fronteira interna", ou seja, a exploração mais intensiva das terras dos atuais estabe-

lecimentos agropecuários;

2 - A região Nordeste provavelmente se encontra na mesma situação das duas anteriores. Difere delas, porém, pela baixa qualidade relativa dos seus solos, de modo que o seu potencial produtivo está praticamente esgotado, apesar da taxa de ocupação de apenas metade do território;

3 - As regiões Centro-Oeste e Norte constituem as verdadeiras e potenciais "fronteiras externas" da economia brasileira. No presente momento, porém, a mais importante fronteira de expansão da agricultura é a região Centro-Oeste, enquanto somente agora algumas áreas às margens da floresta amazônica, na região Norte, começam a ser ocupadas, algumas delas incluídas ainda na região Centro-Oeste. A fronteira "interna", no caso destas regiões, principalmente no Centro-Oeste, é algo que na fase atual ainda está em segundo plano, conforme se verá adiante.

2.3.2 - Área Explorada Total como proporção da Área Total das Regiões

A tabela 13 apresenta os dados de evolução deste indicador, que se pode denominar de "taxa de exploração agrícola".

TABELA 13 - PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA TOTAL NA ÁREA TOTAL DE CADA REGIÃO, 1940-1975. (%)

REGIÃO	1940	1975	VARIAÇÕES (%)
Norte	0,9	1,7	88,9
Nordeste	12,0	30,6	155,0
Sudeste	38,0	72,6	91,1
Sul	36,3	61,7	70,0
Centro-Oeste	15,4	42,0	172,7
Brasil	12,6	27,6	119,0

FONTE: TABELA A.3.5

Se forem comparadas, em primeiro lugar o aumento percentual da taxa de exploração agrícola entre os dois extremos do período (dados da terceira coluna) com os aumentos correspondentes da Tabela 12, verifica-se que o aumento da proporção da área explorada excede em muito o aumento da proporção da área ocupada, o que significa dizer que em todas as regiões, sem exceção, a expansão da "fronteira interna", ou seja, a intensificação da exploração dos estabelecimentos agropecuários, desempenhou importante papel na ampliação da área explorada no período 1940-1975. Entretanto, o comportamento destas proporções variou, segundo a região e o período intercensitário, não tendo sido uniforme. Apresenta-se a seguir, uma tabela contendo as variações percentuais intercensitárias da área total dos estabelecimentos e da área explorada total:

TABELA 14 - VARIAÇÃO PERCENTUAIS, INTERCENSITÁRIAS, DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA ÁREA EXPLORADA TOTAL, 1940-1975.¹ (%)

REGIÃO	1950/40	1960/50	1970/60	1975/70
Norte	(9,4) (16,8)	1,5 (0,6)	(1,2) 90,2	28,4 19,3
Nordeste	36,0 19,5	8,0 36,6	18,0 25,7	7,4 24,1
Sudeste	7,4 19,4	4,4 15,2	7,9 12,2	4,8 23,6
Sul	12,2 10,7	10,1 13,6	16,6 23,8	2,4 9,3
Centro-Oeste	33,0 26,1	11,9 18,2	36,2 33,9	14,7 12,5
Brasil	17,4 18,5	7,6 19,2	17,7 24,5	9,7 17,7

FONTE: TABELAS A.2.4 E A.3.4

¹Em cada região as cifras superiores correspondem à área total dos estabelecimentos, e as inferiores à área explorada total.

O que esta tabela permite constatar, em primeiro lugar, é que a região Sudeste já havia esgotado a sua fronteira "externa" em 1940. Em todos os períodos a área explorada aumentou mais do que a área ocupada.

Em segundo lugar, pode-se supor que as décadas de 1940 e 1960 foram décadas de expansão de fronteiras, mais do que a década de 1950. Na década de 1940, em todas as regiões, com exceção do Sudeste, a área ocupada aumentou mais do que a área cultivada. Na década de 50, em todas as regiões sem exceção, a área explorada aumentou mais do que a área ocupada. Não se pode comparar taxas de crescimentos entre as regiões, devido à diferença de exploração principal; por exemplo, as taxas decenais de expansão da área explorada na região Sul são pequenas, mas isto se deve ao seu caráter de fronteira de cultivo, enquanto outras regiões são primordialmente fronteiras pecuárias. Poder-se-ia, talvez, dizer que nos anos 50 se deu a "digestão" da fronteira ocupada no decênio anterior.

Nos 15 anos decorridos entre 1960 e 1975, apenas o Centro-Oeste apresentou uma ampliação da área ocupada maior do que da área explorada, confirmando seu caráter de fronteira "externa" da agricultura brasileira. Deve-se notar, todavia, que em todas as regiões, nos anos 60, o aumento da área ocupada foi maior que no decênio anterior, enquanto o aumento da área explorada diminuiu no Nordeste e no Sudeste (sempre em relação à década anterior), e aumentou no Sul e no Centro-Oeste.

Estes comportamentos diferenciados segundo períodos e regiões deveriam ser relacionados às etapas particulares que a

economia brasileira atravessou em cada um dos períodos e em cada região. Deve-se advertir que os censos são decenais, enquanto os ciclos da economia não coincidem necessariamente com os períodos intercensitários, de modo que as variações intercensitárias não são inteiramente adequadas a este tipo de avaliação. Todavia, pode-se dizer que as décadas de 1940 e 1960 se caracterizaram, por exemplo, por crises de comércio exterior e também de economia como um todo, enquanto a década de 1950 e a primeira metade dos anos 70 foram períodos de auge exportador e também de prosperidade econômica geral (pelo menos do ponto de vista da acumulação do capital, embora tenham variado, nos dois períodos, radicalmente as condições de vida da população).

2.3.3 - Área de Lavouras e de Pastagens como Proporção da Área Total das Regiões.

A Tabela 15, abaixo, apresenta a evolução da proporção representada pelas áreas de lavouras e de pastagens em cada região, nos anos extremos do período:

TABELA 15 - PROPORÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURAS E PASTAGENS NA ÁREA TOTAL DE CADA REGIÃO, 1940-1975. (%)

REGIÃO	LAVOURAS		PASTAGENS	
	1940	1975	1940	1975
Norte	0,3	0,3	0,6	1,4
Nordeste	3,7	6,9	8,3	23,8
Sudeste	9,2	11,0	28,9	61,6
Sul	5,1	22,3	31,2	39,5
Centro-Oeste	0,4	2,2	15,0	39,8
Brasil	2,2	4,6	10,4	23,1

FONTE: TABELAS A.4.5 E A.5.5

Já se constatou anteriormente que o total nacional de lavouras e de pastagens aumentou praticamente na mesma proporção no período que está sendo analisado. Entretanto, devido ao processo de divisão do trabalho, inter-regional/inter-setorial, mas também intra-setorial ao nível das diversas regiões, as proporções atingidas pelas duas grandezas são muito variáveis. Foram as seguintes as diferenças entre as regiões:

As regiões Sudeste apresentou um aumento muito pequeno da ocupação por lavouras, enquanto a ocupação por pastagens se multiplicou por 2,14; o Sul, ao contrário, teve muito pequena expansão da área ocupada por pastagens, mas a taxa de ocupação por lavouras multiplicou-se por 4,4. Para se avaliar a importância da região Sul como área de cultivo, deve-se considerar que o Sudeste, a maior área agrícola do país em 1940, para exportação e mercado interno ocupava apenas 9,2% do seu território com lavouras, enquanto a região Sul, em 1975, apresenta uma taxa de 22%; o Nordeste não chegou a duplicar a sua área de lavouras, mas quase triplicou a de pastagens; finalmente, o Centro-Oeste apresentou grandes aumentos em ambas as taxas, quando comparadas com as das outras regiões. O aumento da taxa de ocupação por lavouras foi muito superior mas com repercussão muito limitada devido à pequena extensão absoluta da área cultivada existente em 1940. Por este motivo, ainda constitui, hoje, uma região com uma predominância muito grande das pastagens. Se considerar porém, que a baixa taxa de suporte das pastagens que esta região apresenta, ainda hoje, é muito mais devida à subocupação dos campos naturais lá existentes do que a uma baixa produtividade destes campos, a significação das áreas de pastagens seria bastante reduzida. Se, por exemplo, a capacidade de su-

porte real possível naquela região, em plena utilização, fosse de 1,8 hectares por cabeça (um índice intermediário entre o Sudeste e o Nordeste), a taxa de ocupação por pastagens cairia dos 39,8 atuais para 23,4%.

2.4 - RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DE ÁREA EXPLORADA E A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

Este item destina-se a analisar a intensidade de exploração da agricultura dentro dos estabelecimentos agropecuários, considerados como unidades de produção agrícola. Será possível neste caso, fazer algumas considerações acerca da evolução, até o presente, daquilo que está sendo chamado de "fronteira interna" da agricultura, e das reservas ainda existentes, presumivelmente, nos dias de hoje. Será apresentada, inicialmente, a evolução da proporção da área total dos estabelecimentos explorada com lavouras e pastagens em cada região.

TABELA 16 - PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA TOTAL NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975. (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	12,6	11,5	11,3	21,8	20,2
Nordeste	43,4	38,1	48,2	51,4	59,4
Sudeste	61,3	68,1	75,2	78,2	92,2
Sul	66,5	65,6	67,6	71,8	76,6
Centro-Oeste	71,9	68,2	72,0	70,9	84,3
Brasil	54,1	54,6	60,5	64,0	72,9

FONTE: TABELA A.3.6

Observa-se que, em todas as regiões, a intensidade de

exploração econômica dos estabelecimentos agropecuários aumentou entre os anos extremos da série. Pode-se dizer que a "fronteira interna" teve algum papel na ampliação da agricultura brasileira neste período.

Deve-se observar que, como na maioria das regiões ainda houve áreas novas por ocupar, após 1940 (exceto, talvez, São Paulo), os valores da tabela acima constituem uma média entre a intensidade de exploração nas zonas de ocupação antiga e as zonas novas. Portanto, as zonas antigas tendem a elevar o índice e as zonas novas a reduzi-los. Isto ocorre porque, enquanto a ocupação jurídica pode ser imediata, a ocupação econômica efetiva, que exige o desbravamento progressivo do território, é um processo mais demorado. Na Tabela 16 as regiões de "fronteira externa" apresentam índices em baixa nos períodos de auge da expansão das fronteiras. Na região Sul, por exemplo, o índice se mantém estável até 1960 (provavelmente até alguns anos depois, o que todavia é impossível comprovar devido ao fato de serem os censos decenais). Já nos censos de 1970 e 1975 se observa elevações sensíveis. No Centro-Oeste, a região que até hoje constitui uma "fronteira" a ser ocupada economicamente, o índice permanece praticamente estacionário até 1970, apresentando uma elevação violenta já em 1975. Mesmo no Nordeste o índice cai em 1950 em relação a 1940, o que talvez se deva à expansão para o interior, em Estados com a Bahia e o Piauí e Maranhão, talvez principalmente este último. O Sudeste manteve o seu índice em crescimento durante todo o período, apresentando também um salto muito grande em 1975.

Evidentemente, o índice de exploração agrícola das uni-

dades produtoras aumentou mais onde a pecuária se expandiu mais. Os aumentos proporcionais mais elevados deram-se, efetivamente, numa escala decrescente no Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Sul. Isto se deve, é claro, ao fato de que a densidade econômica territorial da pecuária é menor do que a das lavouras.

Observe-se que o contraste entre o Centro-Oeste e o Sudeste deve-se a que o primeiro constitui ainda uma região em ocupação, enquanto o segundo continua em processo de ocupação, o que significa que a fronteira "externa", por ter ainda grande importância, deprime o índice médio de ocupação das unidades produtoras, ao mesmo tempo que o índice de ocupação por pastagens não é dado tanto pela extensão territorial mas pela velocidade economicamente viável da expansão da criação de gado (no sentido de que uma extensão muito grande de pastagens naturais não é o único pressuposto necessário para a sua efetiva ocupação integral por rebanhos bovinos. No caso da região Nordeste, o índice relativamente reduzido de exploração econômica deve-se, provavelmente, às condições agroecológicas desfavoráveis (relativamente as que prevalecem em outras regiões do país), retratadas inclusive pela queda da capacidade de suporte das suas pastagens.

Apresenta-se a seguir, as taxas de ocupação das unidades de produção por áreas de lavouras e áreas de pastagens separadamente (cuja soma constitui a tabela anterior).

TABELA 17 - PROPORÇÕES DAS ÁREAS DE LAVOURAS E DE PASTAGENS NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-75. (%)

REGIÃO	LAVOURAS		PASTAGENS	
	1940	1975	1940	1975
Norte	3,6	3,4	9,0	16,8
Nordeste	13,5	13,3	30,0	46,1
Sudeste	14,8	14,0	46,5	78,2
Sul	9,3	27,7	57,2	49,0
Centro-Oeste	1,8	4,4	70,1	79,9
Brasil	9,5	12,0	44,6	60,9

FONTE: TABELAS A.4.6 E A.5.6

Esta tabela permite confirmar o que antes já havia sido concluído ao nível das regiões: em média, os estabelecimentos agropecuários do Nordeste e do Sudeste tornam-se relativamente mais pecuários do que de cultivo, enquanto o inverso ocorre, claramente, no Sul. No Centro-Oeste ambas as proporções crescem, a de lavouras muito mais que a de pastagens. Todavia, pode-se repetir as mesmas restrições já antes apontadas, e que tornam a análise da questão da região Centro-Oeste menos direta do que a das outras regiões.

Deve-se apontar o caráter crescente e acentuadamente de cultivo da região Sul. Os dados mais recentes, dos censos de 1970 e 1975, ainda não permitem antever uma interrupção da intensificação do cultivo nos estabelecimentos desta região. Todavia, a série completa de dados referentes às pastagens mostra que, após uma queda na participação das pastagens, que vai até 1960 (na medida em que, efetivamente, os dados censitários

possam ser aceitos como pontos de uma série uniformemente crescente ou decrescente), verifica-se, em 1970 e 1975, pequenas elevações nesta participação. (Ver-se-á que, ao nível dos Estados da região, há comportamentos diversificados).

A região Sul foi, inclusive, a única em que se registrou queda da participação da área de pastagens na área total dos estabelecimentos.

Isto significa que, no Sudeste e no Nordeste, todo o aumento de áreas exploradas, dentro dos estabelecimentos agropecuários tomados em média, decorreu do aumento da pecuária. No Nordeste incorporam-se à pecuária 16% da área dos estabelecimentos e no Sudeste nada menos que 32%, enquanto nada se acrescentava ao cultivo. No Sul, ao contrário, 18% da área média dos estabelecimentos era incorporada ao cultivo, enquanto se reduzia de 8% a área de pastagens.

Devido aos movimentos inter-regionais diferenciados das áreas de lavouras e de pastagens, alterou-se também a participação percentual destas duas classes de área no agregado das áreas exploradas por região, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

TABELA 18 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA SOMA DAS ÁREAS DE LAVOURAS E DE PASTAGENS, 1940-1975.

REGIÕES	1940		1975	
	Lavouras	Pastagens	Lavouras	Pastagens
Norte	28,8	71,2	16,9	83,1
Nordeste	31,0	69,0	22,4	77,6
Sudeste	24,1	75,9	15,1	84,9
Sul	14,0	86,0	36,1	63,9
Centro-Oeste	2,5	97,5	6,3	93,7
Brasil	17,6	82,4	17,5	82,5

FONTE: TABELAS A.4.7 E A.5.7

Verifica-se que nas regiões de ocupação antiga - Nordeste e Sudeste - a expansão da pecuária refletiu-se em uma ampliação do papel das áreas de pastagens na área explorada total. Nas regiões de fronteiras - Sul e Centro-Oeste, ocorreu exatamente o contrário, expandindo-se a fração ocupada pelas lavouras. É na região Sul que estas atingem a sua maior taxa de participação na área explorada total, perfazendo mais de um terço desta, enquanto a nível nacional, conforme já foi verificado, as áreas de lavouras ocupam menos de um quinto da área total.

Apesar destas importantes alterações regionais, pode-se constatar que a composição da área explorada, a nível nacional, não se alterou, apesar do transcurso de 35 anos.

2.5 - A VELHA E A NOVA "FRONTEIRAS AGRÍCOLAS"

Se não se levar em consideração a região Norte, verifica-se que as regiões Sul e Centro-Oeste constituíram, a partir de 1950, as grandes "fronteiras agrícolas" do país, em termos de lavouras. Na década de 1940, foi apenas na região Sul que aumentou a área de lavouras, numa taxa percentual superior a 50%, enquanto em todas as outras regiões a área cultivada caiu. A partir da década de 1950, as maiores taxas de ampliação da área cultivada estiveram, sempre, com o Centro-Oeste. No quinquênio 1970/75 a expansão da área cultivada, no Centro-Oeste, equivaleu à verificada em toda a década de 1960; se o ritmo de expansão continuar, a área cultivada da região Centro-Oeste, em 1980, terá mais do que duplicado em relação a 1970.

A superioridade das taxas de crescimento do Centro-Oes-

te em relação ao Sul, na área de lavouras, aumenta substancialmente a partir de 1950/60: nesta década a taxa do Centro-Oeste foi 1,56 vezes maior que a do Sul, passando a 2,14 em 1960/70 e a 4,31 no quinquênio 1970/75. Estes dados refletem, em grande parte, o esgotamento da "fronteira agrícola" do Sul e a importância crescente que adquire a região Centro-Oeste. Todavia, não são apenas as elevadas taxas de expansão da área cultivada que definem a importância relativa da região, mas também a sua participação do agregado nacional a magnitude absoluta da sua área.

Deste ponto de vista, o Centro-Oeste pode ser considerado, até 1970, uma fronteira muito mais potencial do que efetiva, uma vez que, a despeito de altas taxas decenais de expansão da área cultivada, as magnitudes absolutas da base e do incremento de área cultivada eram relativamente pequenas ao mesmo tempo a região Sul crescia muito. Já em 1970, porém, como resultado da ampliação anterior a participação da área cultivada do Centro-Oeste no agregado nacional não pode mais ser considerado desprezível, ao mesmo tempo que o esgotamento da "fronteira" do Sul transforma o Centro-Oeste na fronteira "efetiva" atual da agricultura brasileira, ao mesmo tempo que parte da região Norte entra na cena econômico-social como fronteira potencial.

Este processo torna-se razoavelmente claro na tabela apresentada a seguir:

TABELA 19 - INCREMENTOS INTER-CENSITÁRIOS DE ÁREA CULTIVADA, EM HECTARES, E PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO INCREMENTO NACIONAL.

a) Incremento absolutos (1.000 ha)			
	60/50	70/60	75/70
Sul	3 610	2 880	1 840
Centro-Oeste	760	1 040	1 730
Norte	200	180	400
Brasil	9 620	5 270	4 820
b) Participação regional do incremento (%)			
Sul	37,5	54,6	38,2
Centro-Oeste	7,9	19,7	35,9
Norte	2,1	3,4	8,3
TOTAL	47,5	77,7	82,4

A Tabela 19 mostra que as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam tendências inversas claras: os aumentos de área da região Sul decrescem, enquanto os do Centro-Oeste são crescentes, e os da região Norte parecem tomar impulso apenas a partir de 1970 (tendência esta que deve confirmar-se no censo de 1980). Todavia, deve-se considerar que o último incremento é quinquenal, enquanto os dois anteriores são decenais. Assim, se a taxa de aumento observada no quinquênio 70/75 repetir-se no de 75/80, a expansão da região Sul no período 70/80 poderá aproximar-se daquela verificada em 50/60, revertendo portanto a tendência de aumentos decrescentes. Neste caso, porém se os

aumentos quinquenais se comportarem do mesmo modo no Centro-Oeste, o incremento experimentado por esta região será proporcionalmente muito superior ao do Sul. De qualquer modo, a participação desta região nos incrementos intercensitários da área cultivada tem aumentado progressivamente, passando de apenas 8% no decênio 50/60 para 36% no quinquênio 70/75.

A reversão da tendência de aumentos decrescentes da região Sul, na década 1970/80, pode ser relacionada aos ciclos que começam a caracterizar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A década de 50 caracterizou-se, no Brasil, por um grande progresso da agricultura até metade da década e da indústria especialmente a partir de 1956. O surto de exportações agrícolas e a expansão do mercado interno devido à prosperidade industrial tornaram possível uma grande expansão da área cultivada, que sofreu um aumento de quase 10 milhões de hectares.

A primeira grande crise da economia brasileira, no pós-guerra, deu-se a partir de 1961/62 e prolongou-se até 1967/68. Ela foi concomitante com a crise de superprodução da cafeicultura, da qual resultaram dois programas de erradicação de cafezais. A retomada do ciclo ascendente da economia deu-se apenas a partir de 1967/68. Assim, os dados censitários de 1960 referem-se a um ano de prosperidade econômica, enquanto os de 1970 correspondem ao início do ciclo ascendente seguinte. Nestas condições, parece justificada uma expansão de área menor do que a registrada na década anterior.

Já no quinquênio 1970/75 estamos em presença da acele-

ração da fase ascendente do ciclo, até 1974 e, a partir deste ano, do seu auge e do início da fase descendente. Corresponde a este período um grande surto exportador de produtos agrícolas, não somente em volumes mas também em preços, marcado pela recuperação dos mercados de alguns produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil (café, açúcar, milho, algodão, carne, etc), como pela rápida ascensão do Brasil no mercado da soja. Como resultado, a área cultivada do país, neste quinquênio, apresenta um aumento absoluto quase igual ao verificado em toda a década de 60.

Estas considerações poderiam indicar que o aumento da área cultivada varia apenas em função do ciclo econômico, não havendo qualquer tendência de longo prazo que se sobrepujasse aos movimentos cíclicos. Na verdade esta tendência existe e se manifesta pelos seguintes indicadores: a) a população cresce a taxas muito elevadas; b) embora o aumento absoluto da área cultivada possa flutuar em torno de um valor estável; a importância relativa (porcentual) do aumento será sempre decrescente, como é o caso, aliás, do Brasil - o aumento absoluto da área cultivada, na década de 70, poderá igualar-se ao registrado na década de 50, mas a sua magnitude percentual será de apenas cerca de 30%, contra 50% na década de 50; c) o produto real da agricultura tende a expandir-se em ritmo superior ao da área explorada; tornando desnecessário um aumento de área igual da produção; d) as áreas exploradas (total, lavouras e pastagens) per capita da população total cai sustentadamente, conforme já foi mostrado, ao mesmo tempo que as áreas exploradas por habitante rural (equivalente de força de trabalho) aumentam sustentadamente. Estes dois movimentos indicam aumentos

progressivos do rendimento físico por unidade de área e da produtividade do trabalho.

Assim, há uma tendência de longo prazo para o decréscimo da magnitude relativa dos aumentos de áreas de lavouras. Tratando-se de um país que apresenta elevada taxa de crescimento demográfico e de urbanização, a área cultivada deve, naturalmente crescer. O indicador mais apropriado seria, portanto a área explorada per capita da população total. Na presença de técnicos de produção constantes, a área explorada per capita deveria manter-se estável, admitindo a manutenção das qualidades naturais médias do solo (fertilidade, umidade, etc.). Todavia, havendo aumentos substanciais da taxa de urbanização, a produção por trabalhador deverá aumentar para que o produto per capita da população total mantenha-se constante ou até aumente. O aumento de produção por trabalhador pode dar-se na ausência de progressos técnicos significativos, desde que haja reserva de força de trabalho no meio rural (em termos de tempo de trabalho que exceda aquele necessário para a subsistência dos produtores agrícolas). Neste caso, a extensão do tempo de trabalho deve corresponder uma extensão da área explorada. Pode mesmo ocorrer que se esgote o tempo de trabalho disponível e se reduzam os níveis de consumo de subsistência dos produtores rurais, de modo a permitir a comercialização de um excedente aumentado. Todavia, este recurso só é viável e eficaz a curto prazo pois, de modo geral, esgotadas as possibilidades técnicas vigentes, a introdução de progresso técnico torna-se indispensável para que o produto agrícola per capita se mantenha e se eleve. A introdução de progresso técnico torna possível que a área explorada total aumente a taxas decrescentes, portanto que diminua a área explorada per capita, e esta é uma

tendência, necessária em uma economia que se industrializa e uma população que se urbaniza crescentemente.

Portanto, na hipótese de manutenção da base técnica, das qualidades naturais médias do solo e da taxa de urbanização, a área cultivada deveria crescer na mesma taxa da população; como a taxa de urbanização não varia, a população rural cresce à mesma taxa que a urbana, ocupando uma faixa adicional de terras com as mesmas técnicas e a mesma intensidade de trabalho.

Se apenas a taxa de urbanização aumenta, a população rural cresce menos que a urbana. Tudo o mais permanecendo constante, a população rural deve intensificar seu trabalho para que consiga ampliar a área cultivada na mesma proporção do aumento da população. Frente a uma taxa de urbanização constantemente crescente, este recurso atinge seus limites rapidamente.

3 - AGREGADOS ESTADUAIS

Este item se dedicará a uma análise do comportamento dos mesmos agregados de área examinados na análise regional. Entretanto, não se levará em consideração todos os Estados do país, mas, além dos Estados da Região Sul, apenas os mais significativos do ponto de vista agrícola, atual ou potencialmente, que são os seguintes: São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Estes sete Estados detinham, em 1975, cerca de 73% da área explorada com lavouras e pastagens.

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução da posição do Paraná no contexto da agricultura nacional, em termos dos agregados de área disponíveis nos Censos Agrícolas e Agropecuários a partir de 1940.

3.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

A tabela 20 apresenta a participação dos Estados selecionados na área total nacional dos estabelecimentos agropecuários:

TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975. (%)

ESTADOS	1940	1970	1975
Paraná	3,2	5,0	4,9
Santa Catarina	2,5	2,4	2,2
Rio Grande do Sul	10,3	5,1	7,4
São Paulo	9,4	6,9	6,4
Minas Gerais	16,9	14,3	13,9
Goiás	9,9	12,2	13,4
Mato Grosso	10,5	15,6	15,6
TOTAL	62,7	64,5	63,8

FONTE: TABELAS B.2.1

Verifica-se que nas regiões Sudeste e Centro-Oeste os Estados evoluem no mesmo sentido. No Sudeste, tanto São Paulo como Minas Gerais perdem participação, enquanto Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste, elevam-na substancialmente.

Na região Sul, ao contrário, o Paraná e o Rio Grande do

Sul apresentam movimentos opostos.

Em todos os Estados a área dos estabelecimentos agropecuários se expandiu. Todavia, esta expansão deu-se em ritmos diferentes, em virtude das diferentes taxas de ocupação registradas em 1940. Desse modo, a taxa de expansão da área dos estabelecimentos agropecuários pode ser tomada como indicadora do índice de ocupação das regiões de fronteira.

Efetivamente, os Estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso constituíram, no período do pós-Guerra, as mais importantes regiões de fronteira agrícola do país. No caso do Paraná a fronteira se esgota na década de 60. Pode-se observar, na Tabela 23, que a participação do Paraná na área total nacional dos estabelecimentos agropecuários mantém-se inalterada entre 1970 e 1975.

Da tabela 20 ainda se deve ressaltar o fato de que, na região Sul, é o Rio Grande do Sul que detém a maior área em estabelecimentos agropecuários, ultrapassando largamente o Estado do Paraná. Isto se deve, entre outras coisas, ao fato de que a superfície territorial do Rio Grande do Sul é bastante maior do que a do Paraná. (a área geográfica do Rio Grande do Sul é de 282.184 km², enquanto a do Paraná é de apenas 199.554 km²). Atualmente, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul excede a área geográfica total do Estado do Paraná, conforme se pode verificar na Tabela 21.

TABELA 21 - ÁREA GEOGRÁFICA ESTADUAL E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975. (1.000 ha)

ESTADOS	ÁREA GEO-GRÁFICA	ÁREA DOS ESTAB.		VARIÇÃO 1970-75 (%)
		1940	1975	
Paraná	19 955	6 252	15 755	152
Santa Catarina	9 599	4 862	6 969	43
Rio Grande do Sul	28 218	20 442	23 817	16
São Paulo	24 790	18 580	20 762	12
Minas Gerais	58 717	33 476	44 754	34
Goiás	64 209	19 604	43 310	121
Mato Grosso	123 155	20 707	50 182	142

FONTE: TABELAS B.1 E B.2

Pode-se ver que, no período de 35 anos que está sendo examinado, todos os Estados selecionados apresentaram aumento da área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Todavia, os aumentos nos Estados de ocupação antiga foram pequenos, como ocorre em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ao passo que, nos Estados de fronteiras em expansão, o aumento sempre ultrapassou os 100%, em relação à área inicial.

Observe-se que o Paraná somente supera o Estado de Santa Catarina, tanto em área geográfica como em área dos estabelecimentos. Devido a isto, pode-se observar que o acréscimo absoluto da área dos estabelecimentos do Paraná (cerca de 9,5 milhões de hectares), foi bastante inferior, por exemplo, ao acréscimo da mesma categoria de área do Estado de Minas Gerais, que alcançou cerca de 11 milhões de hectares.

Já foi visto, no capítulo anterior, que expansão das

áreas exploradas, analisada nos agregados regionais, refletiu uma das linhas de divisão inter-regional do trabalho no período: a constituição de uma grande região pecuária no Brasil Central, enquanto na região Sul, por exemplo, a pecuária regredia em benefício das lavouras, tanto de exportação como de mercado interno.

É a diferença no uso do solo, em cada região e Estado, que permite que os acréscimos absolutos tenham significados econômicos que não correspondem diretamente aos valores destes acréscimos. Sabe-se, por exemplo que, enquanto a área de pastagem é cerca de 4 a 5 vezes superior à área de lavouras, a renda gerada por estas últimas é cerca de 2 vezes superior a toda a produção animal do país.

3.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL

Será visto agora como evoluiu a distribuição interestadual das áreas exploradas com lavouras e pastagens.

TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA EXPLORADA TOTAL DO PAÍS, 1940-1975. (%)

ESTADO	1940	1975
Paraná	2,6	5,3
Santa Catarina	2,1	1,8
Rio Grande do Sul	14,9	9,0
São Paulo	10,0	8,6
Minas Gerais	20,2	19,0
Goiás	13,3	14,2
Mato Grosso	13,8	15,2
TOTAL	76,9	73,1

FONTE: TABELA B.3.1.

Na Tabela 8, do item anterior, havia sido verificado que, a nível regional, as alterações na distribuição da área explorada total haviam sido muito pequenas ao longo dos 35 anos do período. Na Tabela 22 verifica-se que, quando desagregados a nível estadual, os dados revelam praticamente a mesma situação, com exceção apenas do Paraná e do Rio Grande do Sul. Foi apenas nestes Estados que ocorreram variações significativas na participação na área explorada nacional. A participação paranaense foi duplicada, enquanto a do Rio Grande do Sul reduziu-se em 40%. Nos demais Estados as flutuações foram pequenas, embora não desprovidas de significado: em São Paulo e Minas Gerais houve pequenas quedas de participação, enquanto em Goiás e Mato Grosso ocorreram pequenos acréscimos.

Deve-se observar porém que, apesar da expansão experimentada pelo Paraná, sua participação na área explorada nacional superava apenas o Estado de Santa Catarina, em 1975. O pleno significado da expansão paranaense só pode ser apreendido através dos dados que expressam a evolução das áreas exploradas em valores absolutos, conforme a tabela seguinte.

TABELA 23 - EVOLUÇÃO DA ÁREA EXPLORADA TOTAL, POR ESTADO, 1940-1975. (1.000 ha)

ESTADOS	1940	1975	VARIAÇÃO	
			(%)	(ha)
Paraná	2 808	11 645	314,7	8 837
Santa Catarina	2 289	4 026	75,9	1 737
Rio Grande do Sul	15 885	19 997	25,9	4 112
São Paulo	10 648	19 073	79,1	8 425
Minas Gerais	21 572	42 050	94,9	20 478
Goiás	14 192	31 409	121,3	17 217
Mato Grosso	14 807	33 710	127,7	18 903

FONTE: TABELA B.3

Por esta tabela verifica-se que, embora a participação relativa do Paraná na área total explorada brasileira tenha apenas duplicado, a superfície explorada na realidade mais do que quadruplicou no período. São Paulo e Minas Gerais não chegaram a duplicar sua área, enquanto Goiás e Mato Grosso a multiplicaram por cerca de 2,2. Apesar disto, porém, a área explorada pelo Paraná apenas ultrapassa a de Santa Catarina. Se os demais Estados não reduzirem suas áreas exploradas, em relação aos valores que apresentavam em 1975, o Paraná jamais conseguirá superá-los, uma vez que sua superfície geográfica total é de apenas 20 milhões de hectares. Isto significa que, enquanto a pecuária brasileira tiver como base de sustentação as pastagens, o Paraná não constituirá um grande Estado de pecuária de corte que possa competir com Estados como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e, eventualmente, até mesmo São Paulo. Há indícios, todavia, de que a pecuária de corte que vem se expandindo no Paraná, principalmente a partir de 1960, no Noroeste, conte com vantagens que lhe permitem apresentar uma capacidade de suporte das suas pastagens que é o dobro da nacional. Como resultado, o Paraná possui 6,5% do rebanho nacional em apenas 3,3% da área de pastagens. A se manterem estas condições, o Paraná poderá rivalizar com São Paulo na pecuária de corte e, eventualmente, também na de leite.

Estas diferenças de áreas territoriais por Estado resulta em que o grande crescimento relativo do Paraná, frente aos outros Estados, pareça pouco expressivo em termos absolutos. Assim, por exemplo, o Estado de São Paulo, cuja expansão relativa foi pequena, em confronto com a do Paraná, igualou-se a este em números absolutos. Em Minas Gerais, Goiás e Mato Gros-

so, que também experimentaram aumentos percentuais bastante inferiores ao do Paraná, ocorreram aumentos absolutos da área explorada iguais ou maiores que o dobro dos 8,8 milhões de hectares verificados no Paraná. Isto significa que, em cada um destes Estados, o aumento da área explorada em lavouras e pastagens foi praticamente igual ao total da superfície territorial do Paraná.

3.3 - ÁREA DE LAVOURAS

Se a participação paranaense na área total explorada com lavouras e pastagens no Brasil duplicou entre 1940 e 1975, a sua participação na área de lavouras foi multiplicada por 3,5, portanto mais do que triplicou neste período, passando de 4,1% a 14,3%, conforme se verifica na tabela 24.

TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA TOTAL DE LAVOURAS DO PAÍS, 1940-1975. (%)

ESTADOS	1940	1975	VARIAÇÃO (%) 1940/75
Paraná	4,1	14,3	248,8
Santa Catarina	2,5	3,7	48,0
Rio Grande do Sul	9,0	15,2	68,9
São Paulo	22,9	13,1	(42,8)
Minas Gerais	15,1	9,9	(34,4)
Goiás	1,9	6,2	226,3
Mato Grosso	2,0	4,4	120,0
TOTAL	57,5	66,8	16,2

FONTE: TABELA B.4.1

A primeira observação que se pode fazer, diz respeito

ã diferença da evolução da área de lavouras em relação à área explorada total apresentada na tabela 22. Enquanto naquele caso as únicas variações expressivas ocorreram no Paraná e no Rio Grande do Sul (com expansão no primeiro e retração no segundo), verifica-se que mudanças significativas ocorreram em todos os Estados na distribuição estadual da área de lavouras.

Em primeiro lugar, ocorreu uma "migração" da área de lavouras de São Paulo e Minas Gerais para os Estados do Sul e do Centro-Oeste.

Em segundo lugar, o conjunto dos Estados selecionados perdeu participação na área explorada total mas apresentou um acréscimo substancial de participação na área nacional de lavouras, elevando-a de 57,5% para 66,8%, ou seja: além de uma migração de áreas de lavouras do Sudeste para o Sul e o Centro-Oeste, houve um movimento semelhante a partir das regiões Nordeste e Norte. Todavia, a Tabela 13 já nos permitiu verificar que a queda de participação destas regiões deu-se apenas durante a década de 1940, mantendo-se depois disto a do Nordeste e ampliando-se a do Norte.

Em terceiro lugar, o Paraná e o Rio Grande do Sul aumentam, ambos, sua participação na área de lavouras. A área do Paraná multiplicou-se por 7,3 e a do Rio Grande do Sul por apenas 2,5. Apesar disto o Rio Grande do Sul ainda é, em 1975, individualmente o Estado que apresenta a maior área de lavouras do país. Enquanto em 1940 São Paulo era o maior Estado em área de lavouras, seguido por Minas Gerais, em 1975 o Rio Grande do Sul e o Paraná ocupam os dois primeiros lugares, seguidos por

São Paulo e Minas Gerais. Mantidas as tendências observadas ao longo do período analisado, os Estados de Goiás e Mato Grosso poderão, a médio prazo, ocupar os lugares de São Paulo e Minas.

Finalmente, apresentamos na tabela seguinte os dados em hectares, correspondentes à tabela anterior.

TABELA 25 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS, POR ESTADO, 1940-75.
(1.000 ha)

ESTADOS	1940	1975	VARIÇÃO	
			(ha)	(%)
Paraná	764	5 545	4 781	626
Santa Catarina	471	1 426	955	203
Rio Grande do Sul	1 700	5 897	4 197	247
São Paulo	4 320	5 073	753	17
Minas Gerais	2 837	3 850	1 013	36
Goiás	353	2 409	2 056	582
Mato Grosso	374	1 710	1 336	357
TOTAL	10 819	25 910	15 091	139

FONTE: TABELA B.4

Esta tabela permite verificar quanto foi pequeno, mesmo em termos absolutos, o aumento da área cultivada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A série completa, constante da Tabela B.4 (Vide Anexo Estatístico), mostra que as áreas cultivadas destes dois Estados não variam entre os Censos de 1940 e 1950 apresentando um aumento em 1960, que se mantém no Censo de 1970 e registrando novo aumento em 1975. Deve ser lembrado, porém, que os dados registrados pelos Censos referem-se, sempre, aos fatos observados em um determinado ano agrícola. Sa-

bemos que as áreas exploradas com culturas temporárias podem sofrer variações importantes de um ano para o outro. Assim sendo, não se pode afirmar que, entre os números registrados em dois censos sucessivos, tenha havido uma variação anual linear. Apesar disto, uma série de dados decenais e quinquenal cobrindo 35 anos, permite que cada censo individual seja examinado dentro de um contexto mais amplo.

Nos demais Estados não se verificam interrupções na expansão da área cultivada. Apenas em Mato Grosso registra-se uma queda pronunciada da área cultivada entre os Censos de 1940 e 1950 (de 374 mil ha em 1940 para 143 mil ha em 1950). Desta data em diante, cada Censo registra uma duplicação da área em relação ao Censo anterior. Mesmo nos cinco anos compreendidos entre 1970 e 1975 a ampliação da área cultivada vai a mais do dobro, multiplicando-se por 2,26.

Nos Estados que foram mais dinâmicos no início do período, especialmente o Paraná e o Rio Grande do Sul, a taxa decenal de expansão da área cultivada cai a partir de 1960.

3.4 - ÁREA DE PASTAGENS

A distribuição interestadual da área de pastagens apresenta uma evolução radicalmente diferente, conforme pode ser observado na Tabela 26. Foi acrescentada, tal como na Tabela 10, a distribuição do rebanho bovino.

TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NOS TOTAIS NACIONAIS DE ÁREA DE PASTAGENS E DO REBANHO BOVINO, 1940-1975. (%)

ESTADOS	1940		1975	
	Pastagens	Rebanho	Pastagens	Rebanho
Paraná	2,3	1,4	3,3	6,5
Santa Catarina	2,1	2,1	1,4	2,2
Rio Grande do Sul	16,1	21,7	7,7	12,5
São Paulo	7,2	9,2	7,7	11,3
Minas Gerais	21,3	22,6	20,9	19,7
Goiás	15,7	8,7	15,9	12,5
Mato Grosso	16,4	6,2	17,5	11,7
TOTAL	81,1	71,9	74,4	76,4

FONTE: TABELAS B.5.1 E B.6.1

A distribuição interestadual da área de pastagens sofreu uma única alteração significativa, que foi a drástica queda da participação do Rio Grande do Sul. As demais alterações foram de pequena monta, para mais (Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso) ou para menos (Santa Catarina e Minas Gerais). O conjunto dos sete Estados viu reduzida a sua participação na área nacional de pastagens.

A distribuição do rebanho bovino, todavia, sofreu alterações importantes. Se a região Sul, como um todo, apresentou queda na sua participação, isto se deveu exclusivamente ao Rio Grande do Sul, cuja posição reduziu-se fortemente. A expansão da pecuária paranaense, entretanto, reduziu em muito o impacto do retrocesso gaúcho. É de se notar, aliás, que a expansão da pecuária bovina paranaense foi a mais expressiva, entre os Estados analisados, durante o período 1940-75. Esta ex-

pansão encontra sua explicação no contexto da constituição da grande região pecuária conhecida como Brasil Central Pecuário, composto pelo Oeste de São Paulo e o Oeste e Noroeste de Minas, estendendo-se pelos Estados de Goiás e Mato Grosso. A expansão da pecuária de corte paranaense dá-se principalmente no Noroeste e parte do Norte do Estado, regiões estas limítrofes das regiões pecuárias de São Paulo e Mato Grosso.

Verifica-se, assim, que os Estados de São Paulo e Minas Gerais mantêm-se como núcleo do Brasil Central Pecuário, cuja importância se reforça com o declínio relativo do Rio Grande do Sul e a expansão da pecuária de corte na faixa Noroeste-Norte do Estado do Paraná.

O aumento da participação de São Paulo deu-se entre os Censos de 1940 e 1950, tendo declinado persistentemente a partir de então.

Além do reforço do papel do Brasil Central Pecuário, a composição estadual deste se alterou substancialmente. Se se considerar os Estados de São Paulo e Minas como seu núcleo, e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Paraná como integrantes secundários, ter-se-á a seguinte variação da participação percentual dos dois blocos, no rebanho nacional, no período 1950/75:

	SP/MG	GO/MT/PR
1950	34,8	17,1
1975	31,0	30,7

O uso de dados estaduais, conforme já foi referido, não é o meio mais adequado de aferir a distribuição regional da produção agrícola no Brasil. Também no caso da pecuária ele se revela inconveniente. Na tabela acima, por exemplo, o Estado do Paraná não se incluía na região do Brasil Central Pecuário em 1950, pois naquela época a maior parte do rebanho bovino Estadual localizava-se no Centro-Sul do Estado. Por outro lado, o rebanho mineiro destina-se, em grande parte, à produção de leite.

Mesmo assim, esta tabela permite verificar o aumento significativo da importância das regiões novas no Brasil Central Pecuário, em detrimento do núcleo tradicional.

São apresentados a seguir, os dados da evolução do rebanho por Estado, em número de cabeças, a fim de que se possa avaliar o significado numérico dos valores relativos analisados até este momento.

TABELA 27 - EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-75. (1.000 cabeças)

ESTADOS	1940	1975	VARIÇÃO	
			Abs.	(%)
Paraná	469	6 567	6 098	1 300
Santa Catarina	734	2 227	1 493	203
Rio Grande do Sul	7 461	12 627	5 166	69
São Paulo	3 174	11 348	8 174	258
Minas Gerais	7 768	19 903	12 135	156
Goiás	2 975	12 632	9 657	325
Mato Grosso	2 136	11 761	9 625	451
TOTAL	24 717	77 065	52 348	212

FONTE: TABELA B.6

Vê-se que dentre os grandes Estados pecuários, foi o Rio Grande do Sul que apresentou menor expansão do rebanho, em termos absolutos e relativos, enquanto o maior aumento relativo foi devido ao Paraná. A região Sul tomada em conjunto, acrescentou ao rebanho nacional apenas cerca de 15,6 milhões, das 52 milhões de cabeças que se somaram ao rebanho entre 1940 e 1975.

TABELA 28 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE PASTAGENS NOS ESTADOS SELECIONADOS 1940-75. (1.000 ha)

ESTADOS	1940	1975 ¹	VARIÇÃO	
			Abs.	(%)
Paraná	2 043	6 100	4 050	198
Santa Catarina	1 818	2 600	780	43
Rio Grande do Sul	14 185	14 100	80	-
São Paulo	6 329	14 000	7 670	121
Minas Gerais	18 736	38 200	19 460	104
Goiás	13 840	29 000	15 160	110
Mato Grosso	14 433	32 000	17 570	122
TOTAL	71 384	136 000	64 610	90

FONTE: TABELA B.5

¹Conforme Tabela B.5

A área de pastagem dos 7 Estados cresceu 90%, enquanto o rebanho bovino aumentou 212%. Não se pode dizer, portanto, que a pecuária tenha se expandido apenas através da incorporação de novas áreas de pastagem.

A capacidade de suporte das pastagens experimentou a seguinte evolução:

	HA/CABEÇAS	CABEÇAS/HA
1940	2,888	0,346
1975	1,765	0,567

Isto significa que em 1940, 1 hectare de pastagem suportava apenas uma terça parte de cabeça de gado bovino, ou seja, eram necessários quase 3 hectares para manter uma cabeça. Em 1975 já se conseguia manter, em média, mais de meia cabeça por hectare; portanto, necessitava-se, neste último ano, de menos de 2 hectares por cabeça.

3.5 - RELAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA COM A ÁREA TOTAL DOS ESTADOS

3.5.1 - Área Total dos Estabelecimentos como Proporção da Área Total dos Estados

Iniciar-se-á esta seção analisando a "intensidade de ocupação" agrícola de cada um dos Estados selecionados.

TABELA 29 - PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA ÁREA TOTAL DE CADA ESTADO, 1940-75. (%)

ESTADOS	1940	1975
Paraná	31,3	79,0
Santa Catarina	50,7	72,6
Rio Grande do Sul	72,4	84,4
São Paulo	75,0	83,8
Minas Gerais	57,0	76,2
Goiás	30,5	67,5
Mato Grosso	16,8	40,8
Brasil	23,2	37,9

FONTE: TABELA B.2.2

Verifica-se que, apenas nos Estados que ainda constituem áreas de "fronteira agrícola" - Goiás e Mato Grosso, especialmente neste último -, a taxa de ocupação econômica é inferior a 70%, enquanto nos Estados de ocupação mais antiga e tradição de cultivo - Rio Grande do Sul e São Paulo - estas taxas ultrapassam os 80%.

O Paraná foi, novamente, o Estado que apresentou o maior índice de crescimento da taxa de ocupação, que se multiplicou por 2,5, isto é, mais do que duplicou. No Mato Grosso a expansão deu-se quase na mesma proporção, mas a parcela ocupada do seu território ainda é bastante baixa em 1975, sendo apenas um pouco superior à média nacional deste ano.

A Tabela 29 permite constatar que apenas nos Estados de Goiás e Mato Grosso ainda existem as chamadas "fronteiras externas" em quantidade apreciável, eventualmente disponíveis para ocupação econômica. Embora a taxa de ocupação de Goiás já seja bastante elevada, o significado do que resta ocupar ainda é expressivo em virtude da extensão territorial do Estado. Assim, na Tabela 21 verifica-se que em Santa Catarina (Estado com taxa de ocupação econômica comparável à de Goiás) restam menos de 3 milhões de hectares não incluídos em estabelecimentos agropecuários, enquanto em Goiás - cuja taxa de ocupação é apenas pouco inferior à de Santa Catarina, - a área por ocupar ainda é de 20 milhões de hectares. Esta área equivale, em extensão física, a todo o território do Estado do Paraná. Mesmo em Minas Gerais, cuja taxa de ocupação se aproxima da paranaense, ainda restam 14 milhões de hectares, contra apenas 4 milhões de hectares no Paraná.

É evidente que, para além da mera extensão geográfica, inúmeros outros fatores teriam que ser levados em consideração numa análise mais detalhada das áreas ainda não ocupadas dos Estados brasileiros na presente pesquisa, todavia, pouco mais se pode fazer do que indicar as diferenças que respeitam a mera extensão geográfica da ocupação econômica.

3.5.2 - Área Explorada Total como Proporção da Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários dos Estados

Uma vez apresentados os índices de ocupação econômica dos Estados selecionados, que foram tomados como indicadores grosseiros da chamada "fronteira externa", serão vistas agora as taxas de exploração econômica efetiva dos mesmos Estados, expressas pela relação entre áreas totais exploradas e superfície territorial dos Estados.

TABELA 30 - PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA TOTAL NA ÁREA TOTAL DE CADA ESTADO, 1940-1975. (%)

ESTADOS	1940	1975 ¹
Paraná	14,1	58,4
Santa Catarina	23,9	41,9
Rio Grande do Sul	56,3	70,9
São Paulo	43,0	76,9
Minas Gerais	36,7	71,6
Goiás	22,1	48,9
Mato Grosso	12,0	27,4
Sub-Total (7 Estados)	25,0	49,3
Brasil	12,6	27,6

FONTE: TABELA B.3.2

¹Conforme Tabela B.3

A metade da área territorial dos sete Estados estava ocupada com lavouras e pastagens em 1975. Esta taxa duplicou entre 1940 e 1975. A maior taxa de ocupação encontra-se nos Estados de ocupação mais antiga, que são São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O maior aumento relativo da taxa de ocupação ocorreu, evidentemente, nos Estados de "fronteira": Paraná, Goiás e Mato Grosso. Foi o Paraná, novamente, que mais se destacou, apresentando uma quadruplicação da área explorada.

3.5.3 - Área com Lavouras e com Pastagens

A tabela seguinte decompõe a taxa apresentada na Tabela 31 apresentando a participação de cada uma das componentes da área explorada - lavouras e pastagens - na área total dos estabelecimentos agrícolas de cada Estado.

TABELA 31 - PROPORÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURAS E DE PASTAGENS NA ÁREA TOTAL DOS ESTADOS, 1940-75. (%)

ESTADOS	LAVOURAS		PASTAGENS	
	1940	1975	1940	1975 ¹
Paraná	3,8	27,8	10,2	30,6
Santa Catarina	4,9	14,9	18,9	27,1
Rio Grande do Sul	6,0	20,9	50,3	50,0
São Paulo	17,4	20,5	25,5	56,5
Minas Gerais	4,8	6,6	31,9	65,1
Goiás	0,6	3,8	21,6	45,2
Mato Grosso	0,3	1,4	11,7	26,0
TOTAL	3,3	7,9	21,7	41,4

FONTES: TABELAS B.4.2 E B.5.2

¹Conforme Tabela B.5

Verifica-se que, em todos os Estados, houve um grande aumento da taxa de ocupação com lavouras, exceto em São Paulo e em Minas Gerais, onde os aumentos foram pequenos. Também a taxa de ocupação com pastagens aumentou em todos os Estados, exceto no Rio Grande do Sul, onde não variou.

O Rio Grande do Sul revela, nesta Tabela, a sua despequarização relativa: enquanto a ocupação com pastagens se mantém constante, a taxa de ocupação com lavouras multiplica-se por 3,5.

O Paraná é o único Estado no qual as taxas de ocupação com lavouras e com pastagens praticamente se equiparam. Estas taxas sofreram uma evolução característica, conforme se pode observar na Tabela B.3.1 (Vide Anexo Estatístico). Nos 20 anos decorridos entre 1940 e 1960, a área de pastagens aumentou muito pouco, de modo que a taxa de ocupação com pastagens também aumentou pouco, correspondentemente. Ao mesmo tempo, a taxa de ocupação com lavouras era menor que a de pastagens até o Censo de 1950, ultrapassando-a já no Censo de 1960. No decênio decorrido entre estes dois censos é que se dá, como é notório, a grande expansão da área cultivada com café, resultando em um salto significativo da taxa de ocupação com lavouras, enquanto a de pastagens aumenta pouco. Nos censos de 1960 e 1970, a taxa de ocupação de lavouras é maior que a de pastagens. Todavia, a partir de 1960, a área de lavouras passa a crescer com ímpeto menor do que nas décadas anteriores, enquanto o inverso se dá com a área de pastagens, que sofre uma ampliação cada vez mais rápida. Já em 1975 a área de pastagens supera a de lavouras. Já foi observado, por outro lado, que o rebanho

tem aumentado a taxas bem superiores à área de pastagens.

Em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ou seja, no chamado Brasil Central Pecuário, a área de pastagens multiplica-se por pouco mais do que dois. No tocante à área de lavouras o comportamento dos quatro Estados se divide: em São Paulo e Minas Gerais o acréscimo das áreas de lavouras é pequeno, sendo grande em Goiás e Mato Grosso.

O Estado de Minas Gerais constitui, individualmente, o maior Estado pecuário do país. Não apenas apresenta a maior área de pastagens e a maior taxa de ocupação com pastagens (na da menos de 65% de todo o território estadual estão cobertos com pastagens), como detêm, conforme já vimos, o maior rebanho bovino do país, com 20 milhões de cabeças em 1975, constituindo 20% do rebanho nacional.

III - EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS POR GRUPOS DE CULTURA, A NÍVEL REGIONAL E ESTADUAL

O presente estudo constitui parte do diagnóstico da agricultura paranaense. Não se pretende caracterizar a situação do Estado hoje, mas sim demonstrar como evolui o setor após os anos 40. De outro lado, está-se pressupondo que o Estado não possui uma estrutura agrária própria, mas sim uma parte da estrutura nacional. Em função desta idéia é que se desenvolverá uma análise ao nível da agricultura brasileira, através das suas regiões e alguns estados selecionados. Os problemas hoje vigentes na agricultura do Paraná são semelhantes aos que vigem em outros estados da federação, apesar de suas especificidades locais.

São várias as formas de se fazer um diagnóstico sobre a agricultura. A mais correta e conseqüente é sem dúvida tentar caracterizar o progresso técnico que ora avança no setor. No entanto este é o caminho mais difícil e menos viável, principalmente considerando a exigüidade de prazo (de que se dispõe para uma análise desta natureza) e a inexistência de informações básicas sobre o uso de insumos, equipamentos, maquinários e mesmo sobre as relações de trabalho. Optou-se portanto, por um caminho alternativo através do qual seja possível caracterizar a agricultura em sua evolução e não simplesmente de forma estanque. Este caminho é o comportamento das culturas ao longo de todo este período, a partir do que foi possível extrair algumas

idêias sobre a agricultura, não paranaense, mas sim brasileira, e como esta está se desenvolvendo no Paraná.

O que está sendo pressuposto é que a predominância de determinada(s) cultura(s) corresponde a um nível de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Daí ser possível deduzir o estágio em que se encontra a modernização em alguns estados em função da importância que esta ou aquela cultura assumir. Claro que é necessário levar em consideração outras informações além do simples dado quantitativo sobre área e valor. Estas informações entretanto, não serão buscadas para todos os estados, de forma detalhada, mas sim de maneira genérica através de uma breve caracterização do desenvolvimento da agricultura brasileira.

Na primeira etapa do diagnóstico procurou-se demonstrar a divisão intersetorial da renda interna, ao nível de cada região. Num segundo momento a preocupação do trabalho se concentrará especificamente no setor primário, visando conhecer sua composição interna. Assim, pretende-se nesta parte desenvolver uma análise que indique as tendências na estrutura do subsector lavouras.

Tem-se então uma análise global elaborada para os setores de economia, pretendendo-se detalhar agora mais o estudo no sentido de conhecer o comportamento das culturas, num nível menor de agregação.

A princípio dispõe-se de dados dispersos, que de certa forma dificultam o avanço da análise. Foram selecionadas então

17 culturas, como as mais representativas, em cada região, sendo necessário adotar-se algum critério, para o agrupamento destes produtos. Estabeleceu-se daí a composição do subsetor lavouras com base em três grupos de culturas, segundo o critério da destinação dos produtos.

- Produtos destinados à alimentação, consumidos in natura.
- Produtos destinados à indústria como matéria-prima.
- Produtos destinados à exportação.

As culturas componentes destes grupos ficam assim determinadas:

Produtos Alimentares: arroz, feijão, batata, cebola, tomate e banana.

Matéria-Prima Industrial: algodão, amendoim, cana-de-açúcar, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, trigo.

Produtos de Exportação: café e soja.

Cabe ressaltar ainda que a denominação dada a cada grupo em alguns casos (regiões ou estado) não reúne todos os produtos citados acima. Procedeu-se assim em virtude da pequena importância que alguns produtos têm. As alterações em relação à composição inicial dos grupos são as seguintes:

Centro-Oeste: Produtos Alimentares: arroz e feijão.

Sul: Produtos Alimentares: arroz, feijão, batata e cebola.

Ainda com relação à região Centro-Oeste, foram excluídos do grupo de culturas de exportação os dados relativos ao Distrito Federal, pelo fato de serem pouco significativos e por apresentarem-se incompletos para toda a série. A sua exclusão não afeta as tendências observadas ao nível da região e estado e mesmo sua participação nos agregados nacionais da área e valor.

Dois problemas se colocam para subdivisão destas culturas. O primeiro é o que se refere ao enquadramento do produto neste ou naquele grupo. Assim, pode-se dizer que o milho é um produto mais destinado à exportação do que à indústria interna como matéria-prima. Para classificar as culturas, foi necessário observar sua característica principal segundo seu destino. Um segundo problema se coloca na própria seleção dos produtos, uma vez que um grupo pode ser bastante importante numa região e não o ser em outra. Procurou-se então trabalhar com produtos que no conjunto tenham uma certa representatividade em todas as regiões escolhidas. Será visto a seguir o percentual de participação das 17 culturas escolhidas no subsetor lavouras. Ressalte-se ainda que, tendo em vista um grupo selecionado de estados para o estudo da evolução das culturas, a análise permanecerá numa primeira etapa, apenas ao nível das regiões às quais pertençam esses estados.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DOS 3 GRUPOS DE CULTURAS NO VALOR E ÁREA DO SUBSETOR LAVOURAS

ANOS	SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	99,33	90,35	95,38	86,07	97,87	89,72
53/55	98,90	87,80	95,48	86,95	97,43	91,20
59/61	98,66	96,35	95,24	93,36	97,86	95,63
65/67	98,64	95,24	95,53	88,43	98,63	95,83
67/69	98,48	95,03	96,03	89,71	98,57	95,18
69/71	98,51	-	96,74	-	90,33	-

FONTE: EAPA - AGREGAÇÕES PARA O SUBSETOR LAVOURAS, 47/71 - SUPLAN E SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA - 47/70/ SUPLAN/MA.

Os números da tabela anterior indicam a magnitude do universo com o qual se está trabalhando. Trata-se dos produtos mais representativos (em conjunto) em termos de área e valor.

Este estudo esbarra ainda em algumas dificuldades, que condicionaram a desenvolvê-lo dentro das seguintes limitações e características:

- O setor agrícola apresenta constantes oscilações, tanto devido à influência climática, quanto à disponibilidade insuficiente de dados. Em virtude desta relativa precariedade nas informações necessárias, optou-se por trabalhar com médias triênis, a exemplo dos outros relatórios componentes deste diagnóstico global.

- Os dados tratam apenas da área colhida e valor da produção a preços correntes (não existe um deflator específico para

cada região, produtos, ou mesmo para cada setor de atividade), ao invés de valor real.

- Os produtos apresentam-se em unidades físicas bastante heterogêneas o que torna impossível incluir a variável quantidade produzida. Assim, não se pode agregar frutas com cereais, cachos ou frutos com quilos, etc.

- A manipulação dos dados, a princípio, restringe-se somente a cálculos de participação relativa e evolução à base de índices simples, o que será suficiente para identificar as tendências mais gerais no conjunto dos grupos de cultura, ao nível das regiões e dos estados.

- Os dados referentes ao valor da produção são disponíveis somente até 1973, enquanto a série de área colhida se estende até 1976.

- Tendo em vista o fato do trabalho estar voltado para o Estado do Paraná, prescindiu-se da inclusão no espaço econômico a ser investigado, das regiões Norte e Nordeste.

- Para facilidade de trabalho, e tentando objetivar a análise final, o estudo ficará restrito a apenas três regiões selecionadas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Ao comparar-se com o total do Brasil, considerar-se-á a diferença como sendo resultado do comportamento, basicamente do Nordeste, uma vez que o Norte é pouco representativo na produção agrícola.

Dispõe-se de três tipos básicos de manipulação dos da-

dos, para a identificação das tendências. A primeira mede a participação de cada região e Estado ao longo da série na produção nacional de cada grupo de produtos. A segunda procura mostrar a importância que cada grupo dos produtos tem internamente às regiões e estados e como evolui ao longo da série. A terceira refere-se à evolução percentual de cada grupo de culturas por região.

Além das informações disponíveis, é necessário dispor também de certos instrumentais teóricos para entender, explicar e projetar melhor as tendências verificadas. A base teórica que se apresenta é aquela já delineada na primeira parte do presente diagnóstico. Ou seja, analisar o desenvolvimento da agricultura (e a inserção do Estado neste desenvolvimento) sob a ótica da unificação nacional do espaço econômico. Conseqüentemente este processo desemboca numa possível especialização regional da produção agrícola, configurando uma divisão interna do trabalho, em termos do papel desempenhado por região ou estado.

Por trás desta abordagem teórica, estão dois aspectos de suma importância. O primeiro é o que se refere à expansão do modo de produção capitalista, por toda a economia, inclusive a agricultura. O segundo diz respeito ao caráter histórico da evolução das culturas. Em virtude disto, procurar-se-á abordar o comportamento dos grupos de produtos, durante o período correspondente aos anos posteriores a 1947.

1 - CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA - REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura brasileira tem-se desenvolvido de acordo

com uma distribuição espacial, determinada por alguns fatores, desde os que remontam o passado histórico até os de origem climática. A formação econômica do Brasil permitiu que as regiões (por razões que não cabe aqui relatar) se especializassem na produção de determinados produtos. Assim, pode-se referir à cana no Nordeste, ao café no Sudeste, à pecuária e ao mate no Sul, etc. configurando os chamados ciclos da economia, com a evolução histórica esta distribuição espacial alterou-se em virtude da existência de determinadas condições.

Dentre estas, num nível bastante geral, pode-se citar a ampliação da fronteira agrícola, incorporando novas áreas, inclusive antes inabitadas) e a constituição de um amplo mercado interno, fazendo com que a produção agrícola encontrasse, não só na exportação o respaldo de comércio, mas também nos limites nacionais, na medida em que crescia a população urbana. Além disso as mudanças por que passou a economia foram igualmente importantes para determinar a divisão inter-regional da produção agrícola.

Dentre elas, destaca-se o processo de industrialização que se acelerou nos anos 30 e sofreu várias alterações no transcorrer dos anos 50. É nesta década que o eixo de acumulação começa a se deslocar para uma nova performance industrial.¹ O "Estado" já preparava uma infra-estrutura mais adequada ao novo padrão de desenvolvimento. Na segunda metade dos anos 50 uma das

¹ FUNDAÇÃO IPARDES. Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná. Indústria e agricultura. Análise preliminar. Curitiba, 1978, pgs. 210 a 228.

preocupações centrais do plano governamental (Plano de Metas) era o rompimento de pontos de estrangulamento então detectados, que certamente obstaculizariam o novo surto expansionista. "Em termos mais sumários, o plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia e transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo..."² O que importa captar para este trabalho é que, na medida em que se reestruturava a produção industrial, e que se mobiliza capitais (principalmente do Estado) para viabilizar a implantação de um novo parque industrial, este passa a atuar sobre toda a economia nacional podendo contar, então com um amplo mercado. Tem-se então uma fase em que os mercados regionais passam a fazer parte de um mercado nacional, e perdem seu caráter próprio de isolamento. A nova rede de rodovias foi muito importante neste sentido, independente do respaldo que isto constituía para a indústria automobilística em expansão. O setor agrícola não se isenta deste processo, mas pelo contrário, se subordina da mesma forma aos canais de integração. Se antes o produtor produzia para sua subsistência ou mesmo para um mercado restrito, a partir do momento em que a economia se unifica ele passa a participar dela, tanto no sentido da venda de sua produção, quanto no da compra de bens necessários. "A integração nacional provoca uma destruição de sistemas regionais organizados, o que coloca para certas regiões, novas funções a serem cumpridas nos quadros da economia nacional..."³ A construção de uma extensa rede rodo-

² LESSA, C. 15 anos de Política Econômica-UNICAMP-Pg. 14.

³ RANGEL, I. - Características da integração das economias regionais, Revista do BNDE - pg. 48.

viária foi fundamental para que se desse esta ordem de transformações.

A preocupação teórica a orientar este trabalho está voltada exatamente para este aspecto, descrito acima em linhas bem gerais. A "nacionalização" da economia brasileira tende a proceder uma divisão inter-regional do trabalho. A agricultura está inserida nesta divisão e participa dela de acordo com seus setores de atividade. Isto é, a pecuária, a produção de alimentos, a produção para exportação, o fornecimento de matérias-primas, etc. Da mesma forma estes são os vínculos que o setor primário estabelece com a economia. Ocorre entretanto que a organização da produção agrícola não necessariamente se transforma em toda sua extensão para atender aos requisitos deste mercado em constituição. E aí está um dos pontos mais importantes da análise da agricultura brasileira.

Pelo que se percebe, há uma grande heterogeneidade na estrutura produtiva. No mesmo momento que ocorre um intenso processo de modernização, persistem formas de produção atrasadas participando do mesmo mercado.

Tem-se então dois lados de uma mesma questão. O primeiro se refere à diferenciação regional da produção agrícola. O segundo diz respeito ao processo de modernização da agricultura. Como estes aspectos estão interligados?

A introdução do progresso técnico no setor primário foi acompanhada de um processo seletivo, fazendo com que permanecessem em evidência apenas as atividades capazes de corresponder à

reprodução de capital aplicado. Este processo no entanto, não é homogêneo e obedece a determinadas condições regionais específicas. Assim é que, não é possível adotar um mesmo padrão tecnológico para a mesma cultura e nem para outras, em toda a agricultura. Portanto, se são poucas as culturas capazes de ter seu processo produtivo transformado, através da incorporação de novas técnicas, esta capitalização tende a expandir em detrimento de outras (culturas), nas quais seja impossível introduzir novos padrões. Há portanto um movimento conjunto, no qual a distribuição espacial da produção é acompanhada por uma transformação nas relações de produção, e mesmo na composição do setor.

Isto, no entanto, no limite de uma tendência decorre do fato de que começa a se homogeneizar "a atividade econômica" em termos de sua perspectiva. Isto é, na medida em que toda a produção social estiver sendo obtida para atender a uma margem estipulada de lucro (quer dizer, é necessário produzir para se obter uma remuneração satisfatória ao capital) certos fatores, como qualidade do solo, clima, condições de mercado, escoamento da produção, etc. vão ser determinantes para que algumas áreas se especializem na produção de algumas culturas. Atualmente nem toda produção agrícola é gerada exatamente dentro desta perspectiva. O que significa dizer que ainda persistem na agricultura formas de produção que não se voltam necessariamente para a acumulação de capital na produção. A renda obtida na produção, portanto, destina-se a recompor a força de trabalho do produtor. Em termos gerais, pode-se referir neste caso ao pequeno produtor, arrendatário, parceiro, etc. Este segundo padrão de agricultura permanece na estrutura produtiva, até o ponto em que relações de produção nitidamente capitalistas passem a destruí-las. Esta des-

truição pode levar a dois tipos de alteração. Ou expulsa algumas culturas menos lucrativas, ou transforma suas relações de produção predominantes.

1.1 - CARÁTER EXTENSIVO DA AGRICULTURA E SEUS RESULTADOS

A transformação da estrutura de produção no campo brasileiro, fazendo com que a geração dos produtos agrícolas seja resultado da aplicação de capital, esteve e ainda, em grande medida, está condicionada à disponibilidade de terras na fronteira agrícola. Isto implica em que, a expansão da agricultura tenha se dado predominantemente através da ocupação de terras virgens, tendo em vista seu maior rendimento. Na medida em que haja possibilidade de aumentar a produção pela incorporação de terras novas, a fronteira tende a se expandir, deixando atrás de si áreas velhas, com um grau de fertilidade bem menor do que seria possível obter nas frentes de expansão. Para situar espacial e temporalmente esta afirmação, vide o caso de São Paulo. "Sabe-se que uma das características mais típicas da agricultura de São Paulo e estados limítrofes tem sido a movimentação para o interior em busca de terra nova".⁴ A situação em fins da década de 40 era exatamente de uma concentração da produção agrícola em algumas áreas restritas. A partir daí a exploração é extensiva e se dirige dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para o interior do primeiro e em seguida para o sul de Minas, sul de Goiás, sul

⁴ PAIVA, R.M. - Retorno da Agricultura de São Paulo para as Zonas Velhas: Fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do País; in Agricultura em São Paulo - Boletim da Divisão de Economia Rural - nº 9 - Setembro de 1960 - Pg. 4.

de Mato Grosso e norte do Paraná. "Tem sido esse o processo histórico e constante de nossa agricultura. E através dessa movimentação ocupou-se rapidamente extensas áreas de nosso país e graças a ela vinham se mantendo em níveis satisfatórios as exportações e os suprimentos de alimentos para o mercado interno".⁵

Há que se lembrar, que é também na década de 50 que a expansão da produção agrícola em direção a novas áreas, "coincide" com uma fase em que a industrialização passa por grandes mudanças, afirmando assim o que se denomina processo de integração da economia nacional. Após esta expansão, as áreas novas vão cada vez mais se distanciando do centro industrial da economia, o que faz com que comece a ser necessário o aproveitamento das áreas velhas, outrora ocupadas pelo café. No entanto, para que estas áreas entrassem novamente na órbita da produção agrícola (para mercado) seria preciso a introdução de formas de produção, com as quais fosse possível compensar a perda de fertilidade. Este progresso técnico no entanto não é introduzido de forma automática. "O problema do retorno para as terras velhas resume-se, portanto na maior ou menor dificuldade no emprego da agricultura racional e intensa, pois devido ao desgaste desse solo, não será possível fazer neles outro tipo de agricultura menos técnica. Aliás, já se encontram muitos exemplos de lavradores que fazem com lucro, uma agricultura racional, intensiva, nas regiões velhas, comprovando a possibilidade prática de sua ampliação. Todavia, não é fácil ampliar o número de agricultores que são

⁵ op.cit. Pg. 4

capazes de praticar uma agricultura dessa natureza".⁶ Esta mudança no entanto aparecia como uma necessidade para a reorganização da produção. Necessidade esta colocada pelo sistema econômico em geral, que passou a incorporar novos padrões de desenvolvimento com profundas repercussões na agricultura. Isto significa dizer que o setor se comporta cada vez mais como uma parte componente da economia e deixa de obedecer aos padrões próprios (regionais).

1.2 - A AGRICULTURA COMO PARTE DE UMA ECONOMIA CAPITALISTA EM DESENVOLVIMENTO

A idéia que ficou até agora é de que está em vigência um processo de integração da economia, que tem como decorrência lógica o fato de que no limite todas as unidades estarão se subordinando a um mesmo mercado, logo às mesmas leis e valores. Isto implica considerar antes de tudo que está-se tratando de uma economia capitalista em desenvolvimento. Esta condição no entanto, não é dada em qualquer momento, mas sim corresponde a uma tendência lenta, e condicionada, por outras mudanças ao nível da economia. Assim, compreende-se a distinção entre as fases de expansão da agricultura. Quando o café ocupava as fronteiras do leste paulista e norte do Paraná, algumas características eram marcantes na economia brasileira. Se for tomada como referencial o fim dos anos quarenta, pode-se constatar que a "indústria nacional" era sustentada pela produção de bens de consumo corrente

⁶ MARTINS, José de Souza. — A questão agrária no Brasil — In Capitalismo e Tradicionalismo.

o que não lhe dava o poder de dinamismo que veio ter após a década de 60; a infra-estrutura disponível era bastante precária, se for considerada a dimensão que assumia a fronteira agrícola; a maioria da população encontrava-se na zona rural, fato que se reverteu totalmente (dos sete estados em foco, São Paulo, segundo o censo de 40, era o estado em que menor participação tinha a população rural, com 56%); a produção agrícola para mercado continuava em grande parte concentrada no café, produto de exportação, na medida em que o retorno proporcionado pelo mercado interno urbano não se comparava com o exterior. Do lado do setor primário especificamente, contava-se com uma extensa fronteira agrícola ainda por explorar e também apropriar. A produção de subsistência tinha grande importância na geração do produto; a produtividade do solo era obtida basicamente pela fertilidade natural, uma vez que o uso de adubo e outros insumos era insignificante, mesmo porque a maior parte de sua necessidade era atendida com importações.

Todo este panorama tende a ser radicalmente mudado ao longo dos anos posteriores à década de 50. Do lado dos setores urbanos da economia houve um desenvolvimento industrial baseado em bens de produção e consumo duráveis, além de que o volume de investimentos em infra-estrutura foi um dos pontos centrais da ação do estado neste período. Deve ser lembrado aqui a instalação da indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas nos anos 50/60, que passou a exercer uma influência decisiva na oferta destes produtos ao setor agrícola. Por sua vez o setor primário também apresentou mudanças no sentido de se adequar às transformações gerais. A população rural tende a ser cada vez relativamente menor. O caso extremo é o de São Paulo,

onde a população rural que em 1940 representava 56% decaiu para 14% da população total do estado em 75. Em todos os estados a tendência é de um crescimento maior da população urbana. A decorrência mais explícita disto é que a produtividade por homem empregado na agricultura deverá necessariamente aumentar; e isto implica em que novos elementos deverão fazer parte do processo produtivo visando atender a dois requisitos: o primeiro é o que se refere à perda de fertilidade do solo em uso, e a necessária ocupação de áreas menos férteis (logo menos produtivas) e áreas mais distantes do mercado; o segundo está no crescimento do mercado interno devido ao crescimento da população urbana. Aliado a este processo começa a ser difundida uma tecnologia mais moderna, incorporada por uma parcela cada vez maior de agricultores, além do que monta-se uma infra-estrutura de assistência técnica e pesquisa visando a melhoria dos padrões de cultivo.

Na medida em que a agricultura se incorpore neste panorama de capitalização, determinadas características de sua estrutura tendem a desaparecer por se tornarem inadequadas ao processo de desenvolvimento que se implanta no país. Assim é que a utilização dos meios de produção pelo seu proprietário passa a ser mais evidente. Isto é, a dominação da terra, do trabalho e de todo o maquinário, diretamente pelo proprietário torna-se mais um requerimento do próprio mercado no qual formas atrasadas de obtenção do produto, tendem a perder importância. O número de parceiros, meeiros e pequenos arrendatários vem se reduzindo constantemente, da mesma forma que o espaço territorial ocupado pelos pequenos produtores (que na prática se assemelham muito às categorias citadas acima). Esta tendência tem-se firmado basicamente nos anos 70, quando se verificam mais claramente os

efeitos da modernização agrícola. Por outro lado, tem se destacado nos últimos anos o surgimento dos trabalhadores volantes, como resultado de um processo, no qual formas de produção não compatíveis com a exploração rentável da terra perdem a importância. O outro lado desta tendência está exatamente na concentração da posse da terra, que sem dúvida, é um dos traços mais típicos do desenvolvimento da agricultura brasileira.

Sem querer encarar o problema de forma muito simplória, há que se admitir que todas estas mudanças se deram no bojo de um desenvolvimento necessário da agricultura.

Todas as colocações anteriores servem de base para entender alguns aspectos do desenvolvimento da agricultura. Retomando o ponto inicial, onde é abordada a expansão da fronteira agrícola em dois momentos diferentes, o que se tem inicialmente é que o movimento de ocupação de novas áreas está condicionado ao estágio de desenvolvimento da economia. Isto implica em dizer que a frente de expansão organizada em bases pré-capitalistas através de posseiros e ocupantes, foi até recentemente uma das formas pela qual novas áreas passaram a ser incorporadas no mercado. Entretanto, estendia-se logo atrás a fronteira econômica, sobrepondo-se à frente de expansão. "Os principais conflitos no Brasil rural durante os anos recentes têm ocorrido nos pontos em que a 'frente pioneira' (organizada em bases capitalistas no interior da fronteira econômica) sobrepõe-se à frente de expansão. Essas áreas de superposição estão amplamente espalhadas pelo país!"⁷

⁷MARTINS, J. S. - Capitalismo e Tradicionalismo.

Desta forma é possível afirmar que o movimento de modernização da agricultura brasileira tem-se ampliado também nas áreas de fronteira agrícola, provocando conflitos, devido à luta pela posse real da terra.

Depois desta abordagem geral, é possível pensar numa hipótese geral explicativa sobre o desenvolvimento da agricultura. Assim a idéia que este estudo sugere é a que indica a existência de um processo de distribuição da atividade agrícola por todo espaço nacional. Assim, novas regiões começam ao longo deste período a fazer parte da base produtora voltada para mercado. Há portanto uma integração das unidades produtoras ao mercado nacional perdendo cada vez mais sentido as afirmações que sustentavam a existência de uma agricultura de subsistência entendida como auto-abastecimento.

Nesta primeira parte procurou-se apresentar um diagnóstico do desenvolvimento da agricultura brasileira, o que permitiu que se formasse uma visão geral do seu comportamento, ao longo dos anos posteriores à década de 1940. Esta caracterização fez com que fosse possível a formulação de um marco conceitual, sobre o desenvolvimento da agricultura. Antes de se passar à descrição dos dados referentes à distribuição dos grupos de cultura, convém alertar para o seguinte fato: o objeto deste estudo é o Estado do Paraná. No entanto, para entender sua agricultura é necessário ter uma visão de conjunto, de como evoluiu a agricultura neste período histórico. Mesmo porque, o Paraná constitui uma parte da economia brasileira, aqui localizada.

2 - REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os números a serem apresentados neste segmento demonstrarão as tendências que a produção agrícola regional e estadual assumem ao longo da série em análise. As culturas são tratadas segundo os grupos estabelecidos anteriormente. Num primeiro plano serão traçadas as tendências ao nível regional sendo posteriormente observados os dados referentes aos estados selecionados.

2.1 - EVOLUÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO

Ao observar-se a distribuição regional da produção agrícola nacional (tabela 2) nota-se que as tendências são sensivelmente inversas entre as regiões. Agregando os dados dos três grupos, a região Sudeste diminui sua participação enquanto as demais aumentam. De uma forma geral, o Sudeste, ao longo do período todo, perde a posição de destaque, repassando-a para o Sul e Centro Oeste. Enquanto no triênio 47/49 aquela região gerava 56% do valor das culturas, em 71/73 reduz esta participação para 35%. Houve portanto uma queda na importância desta região. Do ponto de vista da área a redução é ainda maior, passando de 51% para 27%. Por outro lado, enquanto esta tendência decrescente verifica-se no Sudeste, sua compensação dava-se em maior parte na região Sul (até 71/73). Ou seja, dos 24% perdidos pelo Sudeste (em termos de área) 14% foram para o Sul, restando 6 para o Centro-Oeste e somente 4 para o Nordeste e Norte. Estes números indicam a expansão da produção agrícola a partir do Sudeste em direção ao Sul e Centro-Oeste, principalmente. Assim, embora aquela região não reduza sua capacidade produtiva a sua

importância como produtor agrícola diminui consideravelmente.

TABELA 2 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO ÁREA E VALOR (%)

ANOS	REGIÃO SUL		REGIÃO SUDESTE		REGIÃO C.OESTE		REGIÃO NORD. E NORTE	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	21,56	22,47	51,45	55,87	2,36	2,64	24,63	19,02
53/55	26,39	26,45	45,73	53,06	3,44	4,12	24,44	16,37
60/62	28,38	30,71	39,10	40,25	5,40	5,88	27,12	23,16
66/68	30,21	30,15	33,05	37,56	6,57	7,01	30,17	25,28
71/73	36,24	37,99	26,87	35,20	7,56	5,95	29,33	20,86
74/76	41,73	-	23,90	-	9,17	-	25,20	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71 e 72 - SUPLAN/MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

2.1.1 - Distribuição Inter-Regional por Grupos de Cultura

É necessário observar como esta tendência geral verificada nos parágrafos anteriores, se manifesta ao nível dos produtos agrupados. A tabela 3 traz os dados de participação de cada região na área e valor nacionais. Quanto ao Sudeste há apenas a reiteração do que já foi verificado em termos de sua perda relativa de importância. O fato novo que se observa é a violenta afirmação do Sul nos produtos de exportação, enquanto as culturas destinadas à alimentação têm seu maior crescimento no Centro-Oeste.

Na região Sul, embora o comportamento geral seja de au-

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO AGREGADA NACIONAL DO GRUPO DE EXPORTAÇÃO - EM %

ANOS	SUDESTE		SUL		CENTRO OESTE		NORDESTE E NORTE	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	35,56	82,05	8,17	12,79	0,60	1,21	5,67	3,95
53/55	78,24	72,79	16,41	22,14	1,30	1,93	4,05	3,14
60/62	59,64	46,79	32,29	48,36	1,90	2,35	6,17	2,50
66/68	44,82	40,83	49,98	54,85	1,31	1,36	3,89	2,96
71/73	27,30	38,05	68,53	59,60	2,45	1,40	2,63	0,95
74/76	20,25	-	75,30	-	3,33	-	1,12	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

mento de participação, o grupo que se destaca mais é o dos produtos de exportação que passa de 8,17% em 47/49 para 75,30% da área nacional em 74/76. Em termos de valor, a tendência é a mesma, apresentando um aumento considerável. O Centro-Oeste por sua vez, apesar de comportar uma participação reduzida apresenta crescimento em todos os produtos. Os percentuais da tabela anterior parecem indicar uma predominância nesta região dos produtos destinados à alimentação. Embora sua participação no ano 71/73 seja a menor entre todas as regiões, com 13,50%, este percentual resulta de aumento de 6,85% a partir do triênio 47/49. Ao contrário, a região Sudeste diminui de 56,80% para 34,47% no valor deste grupo, e o Sul aumenta sua participação, mas com pequena margem de crescimento.

Por seu lado o Nordeste e Norte, que em 47/49 tinham 20,09% da área e 13,06% do valor do grupo de produtos alimentares, aumentam esta proporção para 29,50% e 24,22% em 71/73 para área e valor, respectivamente. É neste tipo de produção que estas regiões se destacam mais. As matérias-primas apresentam um comportamento com pequena variação durante o período todo. Em virtude de nos produtos de exportação estarem incluídos apenas soja e café, para esta região a participação é quase nula, pois na classificação dos produtos foi prescindida a inclusão de produtos típicos daquela região como é o caso do cacau.

2.1.2 - Composição Interna da Produção Regional

Antes de analisar o comportamento das regiões, observe-se a nível de Brasil a participação dos três grupos.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO AGREGADA NACIONAL DO GRUPO DE PRODUTOS ALIMENTARES = EM %

ANOS	SUDESTE		SUL		CENTRO OESTE		NORDESTE E NORTE	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	53,12	56,80	21,44	25,58	5,35	4,56	20,09	13,06
53/55	47,26	54,46	22,67	25,94	7,34	7,59	22,73	12,01
60/62	38,33	42,24	22,89	25,13	12,83	11,31	25,95	21,32
66/68	32,04	38,01	24,00	22,32	14,30	13,57	29,66	26,10
71/73	28,62	34,47	24,86	29,90	17,02	11,41	29,50	24,22
74/76	25,64	-	24,50	-	22,10	-	27,76	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO AGREGADA NACIONAL DO GRUPO DE MATÉRIAS PRIMAS - EM %

ANOS	SUDESTE		SUL		CENTRO OESTE		NORDESTE E NORTE	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	41,64	47,83	25,05	23,67	1,69	2,05	31,62	26,45
53/55	36,48	42,26	30,56	28,95	2,40	3,05	30,56	25,74
60/62	33,89	39,15	28,34	24,87	3,40	3,71	34,37	32,27
66/68	30,90	36,42	28,85	28,88	4,09	4,13	36,16	30,57
71/73	26,01	34,23	34,04	32,26	4,73	5,04	35,22	29,24
74/76	24,36	-	38,08	-	5,34	-	36,03	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO - BRASIL

ANOS	PRODUT. ALIM.		MAT. PR. IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	23,08	28,55	61,21	55,43	15,71	16,02
53/55	24,46	29,42	59,71	46,96	15,83	23,62
60/62	24,06	31,87	57,63	49,34	18,31	18,79
66/68	27,26	34,43	61,55	52,01	11,19	13,56
71/73	25,45	27,92	61,62	48,34	12,93	23,73
74/76	25,15	-	55,86	-	18,99	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Não ocorrem grandes mudanças na proporção que cada grupo participa. Os produtos de exportação após um descenso até 66/68, voltam a ter relativa importância. Em 47/49 representava 16,02% do valor, em 71/73 passa a 23,73%. Em termos de área, a tendência é também de aumento de seu percentual, apesar da queda ocorrida no período 60/62 a 66/68. Os produtos destinados às indústrias como matéria-prima traçam uma trajetória (embora com pequenas variações) de perda de peso. Os produtos de alimentação praticamente mantêm sua importância relativa, apesar de uma queda sensível no valor, entre 66/68 e 71/73 de 34,43% para 27,92%. O que ainda pode-se extrair da tabela anterior, é que o menor valor gerado por há está no grupo das matérias-primas industriais. A diferença do valor e área aponta uma superioridade desta área, enquanto nos outros grupos ocorre o inverso.

Quanto às regiões, cabe alertar a princípio que serão

excluídas a partir deste ponto o Norte e Nordeste. A razão está na forma como os dados foram obtidos, o que impediu que muitos produtos considerados importantes naquelas regiões não fossem incluídos na classificação. Fica impossível detectar a real importância que cada grupo tem, podendo assim privilegiar alguns produtos em detrimento de outros.

Sudeste - Ao longo do período não se percebe nenhuma tendência de alteração na ordem de peso dos grupos nesta região.

TABELA 7 - REGIÃO SUDESTE - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA GRUPO NA PRODUÇÃO INTERNA - %

ANOS	PROD. ALIM.		PROD. MAT.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	23,83	29,02	49,55	47,45	26,62	23,53
53/55	25,27	30,19	47,63	37,41	27,10	32,40
60/62	23,59	33,45	49,95	47,98	26,46	18,57
66/68	26,43	34,84	57,55	50,42	16,02	14,74
71/73	27,11	27,35	59,65	47,00	13,24	25,65
74/76	26,97	-	56,94	-	16,08	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

As matérias-primas industriais apenas mantêm sua superioridade enquanto os produtos de exportação reduzem sua importância. Entretanto, estes produtos passam a recuperar-se a partir do início dos anos 70. Nos anos 60/62 a 66/68 a queda ocor-

rida de 26,46% para 16,02% em área e de 18,57% para 14,74% em valor teve uma contrapartida verificada nos produtos alimentares e de matérias-primas que aumentam sua representatividade. Para melhor observar esta diferença será interessante manipular com os dados de crescimento à base de índice simples. É importante constatar, que enquanto na tabela referente à participação nacional os três grupos decrescem em relação às demais regiões, nesta (da composição interna) não se destaca um grupo de culturas, o que poderia estar caracterizando uma possível especialização num "padrão" específico de agricultura. Os produtos destinados à indústria continuam se sobressaindo com praticamente 50% da área e valor total das culturas analisadas. Isto no entanto resulta do fato de contarem com um número maior de produtos.

Região Sul - Esta região por sua vez mostra um comportamento bastante diferente do Sudeste.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA GRUPO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA INTERNA

ANOS	PROD. ALIM.		MAT.PRIMA IND.		PROD.DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	22,94	32,50	71,11	58,38	5,95	9,12
53/55	21,01	28,84	69,15	51,39	9,84	19,76
60/62	19,41	25,77	57,55	40,67	23,04	33,56
66/68	21,66	25,49	58,79	49,35	19,55	24,67
71/73	17,46	21,92	57,89	40,95	24,65	37,13
74/76	14,77	-	50,98	-	34,25	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Está bastante clara a tendência que os números demonstram. Num primeiro plano o que se observa é que enquanto por um lado os produtos alimentares e as matérias-primas reduzem sua participação, os produtos de exportação aumentam-na sensivelmente. Embora as matérias-primas industriais continuem mantendo a maior participação, apresenta uma queda razoável nos seus percentuais, indicando uma tendência de perda de peso na geração do valor e ocupação da área. Pode-se estabelecer aqui uma comparação com os percentuais relativos à participação no total nacional. O que se constata agora é uma confirmação do que se depreendeu anteriormente: os três grupos crescem em importância na produção nacional, com destaque para os produtos de exportação. Ao nível da produção regional, estes produtos aumentam sua participação relativa em detrimento dos demais.

O período entre 60/62 e 66/68 marca uma queda na área e valor das exportações permitindo assim que se sobressaiam os outros grupos revertendo a tendência de declínio verificada nos anos anteriores. Este período coincide com a crise ocorrida na economia brasileira. As exportações no entanto acompanham a recuperação da economia a partir de fins da década passada, pois enquanto passam de 24,67% para 37,13% os produtos alimentícios e matérias-primas caem de 25,50% para 21,92% e 49,85% para 40,95%, respectivamente.

Região Centro-Oeste - A comparação entre os três grupos de culturas indica em primeiro lugar uma predominância dos produtos alimentares. Em segundo, esta superioridade tende a aumentar ao longo do período. Em contrapartida os dois outros grupos reduzem sua importância apesar de que isto se verifica mais claramente nos produtos

destinados à matéria-prima industrial.

TABELA 9 - CENTRO OESTE - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA GRUPO
NA PRODUÇÃO INTERNA - %

ANOS	PROD. ALIM.		MAT.PRIMA IND.		PROD.DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	52,24	49,44	43,75	43,18	4,01	7,38
53/55	52,21	54,23	41,78	34,74	6,01	11,03
60/62	57,16	61,36	36,24	31,16	6,60	7,47
66/68	59,32	66,68	38,33	30,68	2,35	2,64
71/73	57,27	53,49	37,37	40,95	4,19	5,56
74/76	60,57	-	32,55	-	6,88	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/
72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Ao comparar-se com os dados de participação na produção nacional, vê-se que apenas os produtos alimentares confirmam a tendência de crescimento de importância. Os demais produtos aumentam ligeiramente sua participação, mas no entanto ao nível da produção regional decrescem seus percentuais.

Tem-se então no Centro-Oeste uma tendência ascendente em um grupo de produtos, que decresce sua importância nas demais regiões. Trata-se dos produtos de alimentação representados nesta região apenas pelo arroz e feijão.

2.1.3 - Evolução à Base de Índices Simples

Poder-se-á medir agora o crescimento dos grupos de pro-

dutos segundo os percentuais relativos. Ao nível da produção nacional é o seguinte o comportamento dos três grupos.

TABELA 10 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURA

(Ano base: 1947/49=100)

ANOS	PROD. ALIM.		MAT.PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	100	100	100	100	100	100
53/55	133,17	320,29	122,58	263,36	126,63	458,19
60/62	172,04	2 270,21	155,32	1 809,79	192,22	2 384,93
66/68	230,32	31 379,54	196,02	24 405,02	138,84	22 027,00
71/73	255,65	96 790,16	233,32	86 290,69	190,70	146 566,29
74/76	277,45	-	232,40	-	307,64	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

O grupo de exportação até 60/62 sustenta o maior crescimento, no valor passando por uma decaída até 66/68, e recuperando-se posteriormente. Neste ínterim o maior índice se desloca para os produtos alimentícios que em 66/68 apresentam a maior variação. Com o ano base móvel percebe-se melhor esta reorientação na produção agrícola.

TABELA 11 - BRASIL - CRESCIMENTO PERCENTUAL - ANO BASE MÓVEL

ANOS	PROD. ALIMENTARES		MAT.PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	133,17	320,29	122,58	263,36	126,63	458,19
60/62	129,19	708,80	126,71	687,19	151,80	2 384,93
66/68	133,88	1 382,23	126,20	1 348,50	72,23	923,59
71/73	110,00	308,44	119,29	353,58	137,35	665,39
74/76	108,53	-	99,61	-	161,32	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Em primeiro plano o que aparece, é um decréscimo da evolução dos produtos alimentares e matéria prima industrial. Esta queda no entanto cessa no período 66/68 voltando à mesma tendência nos anos posteriores. O inverso verifica-se nas exportações que no período de aumento dos outros dois grupos, reduz de 151,80% para 72,23% em área e de 2.384,93% para 923,59% em valor.

O que importa constatar a este nível geral é um ritmo menor de crescimento para determinados produtos e em contrapartida uma evolução superior em outros, apesar de não terem a maior representatividade no total do valor e da área.

TABELA 12 - REGIÃO SUDESTE - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS - ÍNDICE SIMPLES

(Ano Base: 1947/49=100)

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/59	118,47	307,10	107,37	232,69	113,65	406,44
60/62	124,15	1 688,43	126,41	1 481,43	124,64	1 156,11
66/68	138,91	20 996,73	145,46	18 583,31	75,36	10 960,33
71/73	137,72	58 745,43	145,74	61 756,15	60,20	81 796,90
74,76	133,92	-	135,95	-	71,46	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Todos os percentuais da região Sudeste se colocam abaixo da evolução do total nacional. Considerando o período todo de 29 anos, é reduzido o crescimento dos grupos, que fica em torno de mais de 1% ao ano. Os produtos de exportação, após a erradicação promovida no café, na década de 60, sofrem uma decaída considerável, o que permitiu que outras culturas passassem a

despontar. Apesar de uma evolução negativa na área, o valor das culturas de exportação aumentam, a partir de 1966/68, numa proporção maior que os demais grupos que experimentam um aumento na área colhida.

TABELA 13 - REGIÃO SUDESTE - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS - ÍNDICE SIMPLES - ANO BASE MÓVEL

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	118,47	307,10	107,37	232,69	113,65	406,44
60/62	104,79	549,80	117,73	636,65	109,67	2 844,48
66/68	111,89	1 243,57	115,07	1 254,42	60,46	948,04
71/73	99,14	2 797,84	100,19	332,32	79,88	746,30
74/76	97,24	-	93,28	-	118,70	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

A tabela acima apenas vem comprovar o que foi constatado anteriormente. Qual seja, a tendência de redução relativa geral na atividade agrícola, uma vez que não desponta aí nenhum grupo de produtos. Resta entretanto estabelecer uma comparação com outras regiões.

TABELA 14 - REGIÃO SUL - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS - ÍNDICES SIMPLES

(Ano base: 1947/49=100)

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	140,81	324,64	149,57	322,07	254,41	793,18
60/62	183,71	2 229,84	175,75	1 969,10	840,91	10 352,54
66/68	257,78	27 376,47	225,78	29 811,59	897,26	94 477,09
71/73	296,41	113 104,77	317,06	117 6659,97	1 613,67	677 901,31
74/76	317,11	-	353,26	-	2 836,96	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Esta tabela apenas confirma a tendência já verificada de predominância dos produtos de exportação, que se manifesta também sob a ótica presente da evolução percentual. É incomparável o crescimento ocorrido no Sul com o que se deu no Sudeste, em todos os grupos. Da mesma forma esta região supera os incrementos ocorridos a nível nacional.

Outro aspecto que se observa é que a partir do triênio 71/73, as matérias-primas passam a superar o crescimento do grupo de produtos alimentícios tanto em área como em valor. Assim, pode-se lançar a hipótese já aludida anteriormente, de uma perda gradativa de peso dos produtos alimentares na produção agrícola e do crescimento de alguns produtos de matéria-prima em detrimento de outros.

TABELA 15 - REGIÃO SUL - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	140,81	324,64	149,57	322,07	254,41	793,18
60/62	130,45	686,87	117,50	608,28	330,53	1 305,19
66/68	140,32	1 227,73	128,47	1 521,70	106,70	912,60
71/73	114,99	413,15	140,43	394,68	179,84	717,53
74/76	106,98	-	111,42	-	175,81	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Esta tabela é apenas outra forma de ver o decréscimo sofrido pelos produtos alimentícios e as matérias-primas. As exportações apenas continuam mantendo sua superioridade em todos os segmentos da série, com exceção de 60/62 e 66/68, em que apresenta um índice menor, a exemplo da região Sudeste.

TABELA 16 - CENTRO OESTE - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS - ÍNDICES SIMPLES

(Ano Base: 1947/49=100)

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	182,60	532,56	174,44	390,61	273,70	725,96
60/62	412,59	5 624,98	312,36	3 270,86	620,94	4 589,29
66/68	615,55	93 225,67	474,76	49 107,46	317,49	24 744,63
71/73	813,26	241 772,41	401,74	221 941,43	775,75	168 354,76
74/76	1 145,79	-	735,02	-	1 696,59	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Ao longo do período todo, os maiores índices de crescimento localizam-se nos produtos de exportação em termos de área. No entanto em valor gerado, com exceção do primeiro segmento, os produtos alimentícios superam os demais. Salienta-se ainda que os produtos de exportação contam com uma base bem menor que os demais, o que permite uma maior evolução, com pequenas variações absolutas. Como já foi constatado, estes produtos compõem a menor parte do total não ultrapassando em 71/73 os 5,56% do valor gerado, enquanto os produtos alimentares estavam com 53,49% e as matérias-primas com 40,95% da produção interna.

O que se leva em consideração é que os percentuais de evolução são sempre crescentes nos três grupos, havendo entretanto uma predominância dos produtos alimentícios que por sua vez, sustentam um crescimento bem mais constante que os demais. Ao comparar-se com as demais regiões nota-se uma expansão bem maior no Centro-Oeste tanto nos produtos de alimentação quanto

nas matérias-primas enquanto as culturas de exportação localizam-se num nível bem inferior ao da região Sul.

TABELA 17 - REGIÃO CENTRO-OESTE - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DOS GRUPOS DE CULTURAS - ÍNDICES SIMPLES-BASE MÓVEL.

ANOS	PROD. ALIM.		MAT. PRIMA IND.		PROD. DE EXP.	
	área	valor	área	valor	área	valor
53/55	182,60	532,56	174,44	390,61	273,70	725,96
60/62	225,95	1.056,22	179,06	837,37	226,87	632,17
66/68	149,19	1.657,35	151,09	1.501,36	51,13	539,18
71/73	132,21	2.593,41	84,62	431,59	244,34	680,37
74/76	140,89	-	182,96	-	218,70	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Apesar de não ocorrer um destaque para os produtos alimentícios em termos de área, continua mantendo sua maior significância em valor. Pode-se manter uma comparação com as demais regiões, por grupo de cultura. Nos produtos alimentares, o Centro-Oeste supera a média nacional em área e valor. Além disso perde apenas em valor no período entre 66/68 e 71/73 para o Sudeste, sendo mais expressivo portanto que o Sul e Sudeste em períodos anteriores e em área para todos os períodos. Nos produtos destinados à indústria como matéria-prima, supera tanto a média nacional, quanto às demais regiões. Faz-se exceção apenas à evolução da área entre 66/68 e 71/73 quando a evolução do Centro-Oeste é negativa (84,62%). Quanto aos produtos de exportação sua evolução por fração de período é inferior às demais regiões em termos de valor. No entanto, sua área tem evoluído em maiores proporções que o Sudeste e Sul nos últimos anos.

2.1.4 - Conclusões Parciais

Os dados descritos configuram a um nível genérico o que se denomina, distribuição da agricultura pelo espaço nacional. O mesmo dito de outra forma, permitem que se caracterize o processo de constituição de uma agricultura nacional.

O Sudeste aparece como a região que apresenta menor crescimento comparando com as demais regiões, o que se explica pelo fato de que há uma expansão horizontal da produção agrícola, significando a incorporação de novas áreas na produção para mercado. Esta produção "nova" não representa como outrora a expansão de apenas uma cultura como foi o café. Tem havido recentemente uma grande diversificação das culturas, na exploração de áreas novas, demonstrada pelo comportamento dos três grupos na região Sul e Centro-Oeste.

Por outro lado, tem-se que o desenvolvimento da agricultura do Sudeste se dá, ao longo da série, com a contribuição de melhorias técnicas na produção. Em trabalho elaborado em 1954, já se identificava uma certa diferenciação regional quanto ao padrão de atividade agrícola. "A região Central* caracteriza-se por suas fazendas de tamanho médio, com caráter nitidamente comercial em que o proprietário toma as funções de um empresário, preocupando-se com o resultado financeiro da exploração. O investimento em suas propriedades é bem maior que o das demais propriedades do país, o mesmo se dando com seu nível técnico,

*Compreende os Estados de: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo.

que também é melhor".⁸ Dessa forma, "em outras regiões do Brasil, principalmente no nordeste seco e na zona colonial do sul do país o aproveitamento de zonas novas foi feito através de um extravasamento de pequenos agricultores à procura de terras para uma agricultura com grau mais elevado de auto-suficiência. Diferiam pois da região central, cujo fim era o lucro; e o meio a agricultura comercial".⁹ Esta diferenciação regional obedece à ação de determinados fatores, que atuam sobre a economia como um todo. "Assim é que a proximidade de uma área industrial e urbana, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, torna não só viável, como necessária, a modificação constante das culturas, a fim de se adaptarem às necessidades desse mercado".¹⁰

A região Centro-Oeste aparece no cenário nacional como região de fronteira, o que faz prever uma contribuição crescente no fornecimento de alimentos, tendo em vista o grande crescimento da população. Sua agricultura não se isenta do processo de modernização que se manifesta em outras regiões, abrindo possibilidades para que a ocupação de novas áreas permita o ressurgimento de formas atrasadas de produção. Por outro lado, o processo de seleção de culturas tem uma margem muito maior de espaço do que as demais regiões.

Por sua vez a região Sul apresenta-se numa fase de transição entre uma condição de fronteira agrícola e de área antiga. A predominância dos produtos de exportação nesta região indica apenas a grande expansão da soja, acompanhada pelo trigo,

⁸ PAIVA, R.M. Problemas da Agricultura brasileira, pg.51 e 52

⁹ PAIVA, R.M. op. cit.

¹⁰ PAIVA, R.M. op. cit.

fazendo com que o espaço destinado a culturas menos rentáveis vá se reduzindo e deslocando para outras regiões. Neste sentido, o Centro-Oeste apresenta-se como uma região importante na possibilidade de persistir uma agricultura de baixos custos.

As características da produção agrícola não são homogêneas em cada região, o que impõe sérios limites ao tratamento da questão da modernização, devido ao grau de generalidade da abordagem feita até aqui. Há entretanto, que se investigar as tendências ao nível do Estado, com o que será possível diminuir o grau de generalidade observado nas regiões.

2.2 - ANÁLISE A NÍVEL DE ESTADO

Neste ponto pretende-se conhecer as tendências ocorridas nos estados, segundo os mesmos critérios utilizados para as regiões. Os dados se referem apenas aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Em linhas gerais reproduz-se nesta etapa as tendências já verificadas nas regiões as quais pertencem às respectivas unidades.

2.2.1 - Participação dos Estados na Produção Nacional, Por Grupos de Produtos

Tratando as culturas de forma agregada, as tendências da participação dos estados selecionados (vide tabela 18) demonstram uma perda de representatividade de São Paulo e Minas Gerais, a exemplo da região Sudeste. No entanto, a agricultura paulista continua gerando o maior percentual de valor das 17 culturas agrupadas. No triênio 71/73 suas participação

TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NAS AGREGAÇÕES NACIONAIS DE ÁREA E VALOR DA PRODUÇÃO NO CONJUNTO DOS TRÊS GRUPOS DE CULTURAS

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	28,94	33,89	17,63	16,75	6,94	6,92	3,23	3,63	11,40	11,93	0,62	0,83	1,74	1,81
53/55	24,87	32,07	16,46	16,09	9,76	10,46	3,41	3,25	13,23	12,74	0,85	0,99	2,59	3,13
60/62	19,93	24,25	14,67	11,97	12,97	16,72	2,97	2,77	12,44	11,23	1,63	1,81	3,78	4,07
66/68	16,48	22,32	12,72	10,65	14,16	15,20	3,16	3,38	12,88	12,63	1,71	1,66	4,84	5,32
71/73	13,53	22,74	10,36	9,02	15,66	18,84	4,05	4,00	16,52	15,26	2,39	2,44	5,16	4,50
74/76	11,91	-	9,68	-	18,05	-	4,77	-	18,91	-	4,05	-	5,13	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

TABELA 19 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NOS TOTAIS NACIONAIS DE ÁREA E VALOR DA PRODUÇÃO

(%)

ANOS	SÃO PAULO		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. DO SUL		MINAS GERAIS		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	25,06	31,28	8,12	6,52	2,18	2,57	11,13	16,51	24,48	21,15	1,31	1,24	4,04	3,32
53/55	22,18	30,57	10,20	8,46	2,33	2,37	10,14	15,11	21,92	20,32	1,67	1,47	5,67	6,13
60/62	15,92	20,84	10,61	9,80	2,59	2,42	9,83	14,31	19,24	17,93	3,75	2,85	9,09	8,46
66/68	12,70	18,54	12,87	9,86	2,55	3,10	8,58	12,44	15,99	14,13	3,41	2,65	10,85	10,89
71/73	10,79	15,60	14,09	13,95	2,92	2,91	7,85	13,04	14,65	13,41	4,89	4,32	12,11	9,17
74/76	8,74	-	13,89	-	3,23	-	7,38	-	14,30	-	9,76	-	12,33	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

era de 22,74%, no valor, maior portanto que todos os demais estados. Se se observar como evolui esta participação, nota-se que o Paraná é o que apresenta maior incremento desde 47/49. Neste triênio somente os estados de São Paulo e Minas Gerais produziam juntos mais de 50% do valor das 17 culturas selecionadas. Por sua vez os estados mais significativos da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul) eram responsáveis por um pouco mais de 18%. No triênio 71/73 os primeiros diminuem sua participação para 32% enquanto os segundos aumentam para 34%. Olhando esta alteração na distribuição da produção em termos de área plantada, tem-se que no início do período, São Paulo e Minas Gerais exploravam 46,57% da área, reduzindo este percentual em 74/76 para 18,34%, Paraná e Rio Grande do Sul juntos em 47/49 detinham apenas 21,59% aumentando para 36,95% da área nacional das culturas. Quanto aos demais estados, o mais importante é o crescimento da representatividade do Mato Grosso e Goiás, que contam com uma reduzida base no início da série. De uma participação de 2,36% da área em 47/49 passam para 9,18%

É necessário conhecer as particularidades de cada estado desagregando mais os dados de forma a trazer à tona uma possível especialização estadual. Será desenvolvida a análise a partir de agora, levando em consideração a importância dos estados na produção nacional em cada grupo de culturas.

Produtos Alimentícios - Os estados localizados na região Sudeste (onde se concentra a indústria nacional), mais especificamente São Paulo e Minas Gerais, perdem importância constante na geração destes produtos. Estes estados, juntos em 47/49 produziam 52,43% do valor nacional estipulado para estes produtos

e absorviam 49,54% da área. No triênio 71/73 estes números se reduzem para 29,04% e 23,04%, respectivamente. Esta queda no entanto é amplamente explicada pela integração cada vez mais notável de outros estados na produção agrícola nacional. Este é o caso do Paraná que no mesmo período aumenta sua participação no valor deste grupo de produtos, de 6,52% para 13,95%. Assim é o único estado da região Sul que apresenta um crescimento razoável na produção destas culturas, uma vez que o Rio Grande do Sul decresce em valor e área e Santa Catarina apresenta variações pouco significativas. Por sua vez, os estados do Centro-Oeste juntos alcançam um percentual comparável ao Paraná. No entanto, apesar de Mato Grosso e Goiás apresentarem um crescimento constante e se revelarem cada vez mais como produtores agrícolas de produtos alimentícios, o estado de São Paulo ainda é considerado individualmente o responsável (no triênio 71/73) pela maior proporção do valor gerado por estas culturas. Os maiores percentuais em área estão, entretanto, com o Paraná e Minas Gerais, embora o primeiro seja resultado de uma evolução positiva e o segundo de uma negativa. De qualquer forma, pensando em termos da distribuição espacial da produção de culturas destinadas à alimentação, a tendência verificada atribuem aos estados do Centro-Oeste a responsabilidade pela geração destes produtos.

Matéria-Prima Industrial - Neste grupo de cultura a distribuição espacial de sua produção entre os estados indica uma constante redução da participação de São Paulo e Minas Gerais ao contrário dos demais estados.

A redução de alguns estados é explicada num plano geral

TABELA 20 - MATÉRIAS-PRIMAS INDUSTRIAIS - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NOS TOTAIS NACIONAIS DE ÁREA E VALOR DA PRODUÇÃO

(%)

ANOS	SÃO PAULO		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MINAS GERAIS		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	24,25	28,62	6,23	5,47	4,40	5,18	14,42	13,01	13,69	14,32	0,49	0,80	1,20	1,28
53/55	20,02	25,10	8,41	6,46	4,70	5,33	17,46	17,16	13,07	12,67	0,67	1,04	1,73	2,01
60/62	17,84	25,84	8,29	7,59	4,03	3,99	16,02	13,29	12,30	9,46	1,09	1,56	2,30	2,15
66/68	16,39	23,49	10,37	10,41	3,95	4,39	14,54	14,08	11,33	8,93	1,17	1,27	2,91	2,83
71/73	13,92	23,96	12,88	13,51	4,74	5,81	16,43	12,94	9,38	7,35	1,63	2,20	3,10	3,69
74/76	13,13	-	15,73	-	5,50	-	16,85	-	9,14	-	2,02	-	3,33	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

pela redistribuição nacional da produção em direção a outras regiões de fronteira o que permitiu o surgimento de outras áreas agrícolas no cenário da agricultura brasileira. Destas novas áreas, o Estado do Paraná se destaca por apresentar um crescimento de importância maior que os outros que assumem um comportamento ascendente.

Um detalhe que aparece na tabela anterior constitui ponto chave para a análise deste grupo de culturas: o Estado de São Paulo decresce seus percentuais mais em áreas do que em valor, que inclusive aumenta de 66/68 em diante, superando desta forma, ainda, todos os estados. Isto demonstra que dentro deste grupo algumas culturas estão se sobressaindo mais que outras, em função de sua maior rentabilidade. A diferença entre o percentual de valor e área passa a ser cada vez maior neste estado, o que não se verifica da mesma forma nos demais.

Concluindo, pensa-se que nos estados do Sul, Centro-Oeste e mesmo em Minas Gerais (onde as transformações da agricultura não se dão ao mesmo nível de São Paulo) muitas culturas continuam encontrando disponibilidade suficiente de terra e mão-de-obra para seu cultivo, uma vez que em São Paulo e outras áreas do Sudeste, perdem espaço para outros produtos.

Produtos de Exportação - A saída do café de São Paulo para outras áreas possibilitou um crescimento maior na participação do Estado do Paraná, ao passo que o Rio Grande do Sul, contando apenas com a soja (ainda insignificante até fins dos anos 60) apresentava incrementos ainda muito pequenos.

TABELA 21 - PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NOS TOTAIS NACIONAIS DE AREA E VALOR DA PRODUÇÃO

(%)

ANOS	SÃO PAULO		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MINAS GERAIS		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	52,95	56,80	7,98	12,62	0,18	0,16	-	-	22,88	17,30	0,13	0,27	0,47	0,94
53/55	47,32	47,81	14,16	20,92	0,22	0,23	2,03	0,98	20,84	17,60	0,24	0,30	1,06	1,62
60/62	31,79	25,86	30,79	52,40	0,15	0,13	4,78	2,99	16,94	9,93	0,51	0,68	1,44	1,66
66/68	26,18	27,42	38,22	47,09	0,33	0,21	14,22	7,55	12,44	8,41	0,58	0,63	0,80	0,73
71/73	17,06	28,68	32,04	35,44	3,04	1,58	34,01	22,58	6,58	7,25	1,11	0,74	1,34	0,66
74/76	12,52	-	30,40	-	4,67	-	40,23	-	5,16	-	2,46	-	0,87	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Com a crise ocorrida no café, há uma redução geral na sua produção. Assim é que o Paraná evolui significativamente até 66/68, começando a cair sua importância desta data. Por sua vez, o Rio Grande do Sul aumentou irreversivelmente seu peso, em virtude tão somente dos grandes incrementos da soja (que ainda não apresentou nenhuma forte crise conjuntural de mercado). Desta forma, no Paraná o produto que passa a sustentar a importância do Estado neste grupo é a soja, sem desconsiderar a recuperação do café, e sua presença ainda relevante no Estado.

Quanto aos demais estados, cabe lembrar ainda que em São Paulo a crise no café levou a uma redução gradativa de sua produção, havendo uma reorientação para outras culturas, mas com grande peso em outras atividades, principalmente a pecuária. Em Minas Gerais, a queda é também gradativa a exemplo de São Paulo. Nos outros estados ainda é reduzida a importância relativa deste grupo de cultura apesar de crescente.

2.2.2 - Composição Estadual da Produção

Como era de se supor, a importância relativa de cada grupo de culturas é bastante diferenciada entre os estados. Observando esta diferenciação ao longo do período em foco, tem-se por um lado a afirmação de alguns estados na produção de um determinado grupo de culturas e, por outro, um gradativo abandono de certas culturas que passa a se desenvolver em outras áreas. Será mais prático, para efeito de captação das tendências, descrever o processo de distribuição da produção agrícola por grupo de cultura.

Produtos Alimentares - Entre os sete estados, durante todo o período (sem entrar no mérito das variações anuais) há uma predominância nos estados de Mato Grosso e Goiás para este grupo de culturas. O segundo estado mantém superioridade, onde a produção de arroz e feijão representa acima de 50% da produção estadual das culturas selecionadas. Além disso, a evolução ao longo do período indica que é crescente a representatividade destas culturas nos dois estados.

Quanto aos demais, apenas Santa Catarina apresenta percentuais onde aumenta a importância dos produtos alimentares. Apesar disto as variações são pequenas e após o triênio 66/68 inverte a tendência dos anos anteriores.

Embora Minas Gerais se localize no Sudeste (região onde é decrescente a importância dos produtos alimentares) sua composição agrícola interna acusa uma evolução positiva passando de 36,05% do valor das culturas para 41,52% no triênio 71/73. Por sua vez a área, embora em proporção menor, também aumenta seus percentuais. O Rio Grande do Sul é um estado onde é maior a queda destes grupos de culturas. Houve portanto, uma estagnação destes produtos, uma vez que, como se verá mais adiante, as culturas de exportação crescem vertiginosamente.

A representatividade destas culturas por si só é pequena e decrescente em São Paulo e Paraná, apesar de ser reduzida a variação negativa ao longo de todo o período. No triênio de 66/68 as culturas destinadas à alimentação sofrem uma recuperação voltando ao decenso posteriormente. A queda sofrida nas culturas de exportação levam a uma redefinição parcial da ati-

TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NA SOMA DOS 3 GRUPOS NOS ESTADOS

(%)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	19,98	26,35	32,05	36,05	27,01	26,92	15,62	20,13	22,54	39,51	48,43	42,59	53,60	52,59
53/55	21,81	28,04	32,56	47,39	25,56	23,78	16,72	21,37	18,75	34,91	48,16	43,59	53,54	57,60
60/62	19,22	27,39	30,56	45,41	19,69	18,69	20,93	27,92	18,75	36,64	55,46	50,24	57,94	66,31
66/68	21,01	28,61	34,27	45,69	24,76	22,34	21,95	31,62	18,38	33,91	54,28	54,96	61,16	70,47
71/73	20,29	19,15	35,99	41,52	22,90	20,68	18,30	20,35	12,10	23,87	52,08	49,34	59,68	56,88
74/76	18,45	-	37,14	-	19,35	-	17,03	-	9,81	-	60,65	-	60,51	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAM-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

vidade agrícola, o que permite o ressurgimento de muitas culturas destinadas ao mercado interno.

Com relação especificamente ao Estado do Paraná, cabe confirmar sua estrutura produtiva agrícola orientando-se para outras culturas. O que importa não é a pequena participação em si das culturas de alimentação, mas sim a tendência que elas assumem, de perda constante de importância.

Matéria-Prima Industrial - De uma forma geral, devido ao maior número de culturas que este grupo dispõe, é de se esperar uma maior representatividade na distribuição interna intergrupos nos vários estados. No entanto, esta representatividade tende a decrescer em certos estados. É o caso de Goiás (principalmente em área) Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. De outro lado, São Paulo e Minas Gerais se comportam no sentido inverso, apesar de constantes oscilações, São Paulo aumenta em mais de 10 pontos percentuais em área até 74/76, enquanto Minas Gerais aumenta em 5. Quanto ao valor, é decrescente no segundo estado e sua variação não é a mesma para a área no estado de São Paulo. Além disto, o que cabe constatar é que com exceção do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 66/68 há uma recuperação destes produtos, a exemplo dos produtos alimentares.

O que se constata finalmente, é que apesar dos altos e baixos, estes produtos reduzem sua importância na agricultura da maioria dos estados, exceção de São Paulo e Minas Gerais.

Uma ressalva entretanto deve ser feita. Cabe lembrar que

TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS INDUSTRIAIS NA SOMA DOS 3 GRUPOS NOS ESTADOS -

(%)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	51,28	46,80	47,55	47,38	54,92	43,86	83,49	79,10	77,46	60,49	48,26	52,13	42,14	39,06
53/55	48,07	36,75	47,40	47,17	51,46	28,98	82,28	76,94	78,82	63,28	47,38	49,26	39,95	30,14
60/62	51,58	52,57	35,56	39,00	36,83	22,41	78,15	71,22	74,22	58,36	38,77	42,70	35,10	26,03
66/68	61,21	54,72	54,79	43,60	45,04	35,63	76,87	67,53	69,47	57,98	41,96	39,87	36,98	27,67
71/73	63,41	50,93	55,79	39,40	50,65	34,67	72,01	70,29	61,28	41,00	41,90	43,48	36,96	39,66
74/76	61,58	-	52,74	-	48,68	-	64,38	-	49,79	-	27,83	-	36,27	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

este grupo engloba culturas bastante distintas, quanto ao caráter de sua produção.

O que se quer pressupor aqui, é que provavelmente algumas culturas estão proporcionando um ritmo maior de crescimento em São Paulo e Minas Gerais do que nos demais estados. Isto é, alguns produtos estão perdendo espaço em benefício de outros dentro do mesmo grupo.

Produtos de Exportação - Se para os produtos alimentares a principal fonte de crescimento localiza-se em Goiás e Mato Grosso, as matérias-primas em São Paulo e Minas Gerais, os produtos de exportação encontram maior desempenho nos estados do Sul, mais precisamente Paraná e Rio Grande do Sul. É bem salientar novamente a importância que teve a erradicação do café na tendência de cada estado. No entanto, a recuperação nesta linha de produção encontrou respaldo na soja, nos estados do Sul, enquanto não ocorria o mesmo em outras regiões. Apesar da queda verificada na área (com mais frequência) nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, nos dois primeiros o valor, mesmo com certas oscilações, não acompanha a redução da área.

O que importa reter é que neste grupo de produtos, sua maior importância está nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, tendendo inclusive a uma ascensão, em detrimento de outros produtos.

2.2.3 - Evolução Percentual - Por Grupo de Produtos

Para o cálculo da evolução percentual, tomou-se como

TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO NA SOMA DOS 3 GRUPOS NOS ESTADOS

(%)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	28,74	26,85	20,40	16,57	18,08	29,23	0,89	0,76	-	-	3,30	5,28	4,26	8,34
53/55	30,13	35,21	20,05	32,95	22,98	47,24	1,00	1,69	2,43	1,82	4,46	7,15	6,51	12,26
60/62	29,21	20,04	21,13	15,59	43,47	58,91	0,92	0,86	7,03	5,00	5,77	7,06	6,96	7,66
66/68	17,78	16,67	10,94	10,71	30,20	42,03	1,18	0,85	12,36	8,11	3,76	5,17	1,86	1,87
71/73	16,30	29,92	8,21	19,08	26,45	44,65	9,69	0,77	26,62	35,13	6,01	7,19	3,36	3,40
74/76	19,97	-	10,12	-	31,96	-	18,59	-	40,40	-	11,52	-	3,22	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

base no triênio 47/49, havendo uma exceção no grupo de exportação, o que será colocado quando da abordagem deste grupo.

Agregando todas as culturas componentes deste trabalho, percebe-se um crescimento mais lento dos estados de São Paulo e Minas Gerais em relação aos demais.

São Paulo a partir do triênio 60/62 apresentou um acentuado declínio na evolução de sua área plantada em relação ao ano base, passando de 114 para 105 em 74/76. Os destaques ficaram com Paranã e Goiás, sendo que Mato Grosso deu um salto considerável na sua área a partir do triênio 66/68.

Partindo para uma descrição mais detalhada, por grupo de cultura, é o seguinte o comportamento dos estados.

Produtos Alimentares - O maior percentual em evolução fica desta vez com o estado de Mato Grosso, que possui uma ascensão considerável neste grupo. Em área seu crescimento é superior a todos os demais estados. Esta superioridade se acentua entre 71/73 para 74/76 passando de 956 para 2.072. Estes números entretanto são reflexos da pequena base com que contava este estado no início da série. Assim, qualquer variação absoluta significa grande evolução percentual. De qualquer forma, esta evolução maior não deixa de representar a grande importância que este estado passa a assumir como produtor deste tipo de produtor deste tipo de produto. Outro estado que se destaca (como era de se esperar) é Goiás, posicionando-se logo abaixo de Mato Grosso. Esta escala de importância relativa entre os estados repete-se quando se trata também da evolução percentual do valor.

TABELA 25 - TOTAL DOS 3 GRUPOS DE CULTURAS - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR ESTADO - ÍNDICES SIMPLES

(Ano Base: 1947/49=100)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
47/49	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
53/55	108	294	117	234	177	470	133	278	146	332	171	370	187	538
60/62	114	1 455	137	1 453	308	4 914	152	1 547	180	1 914	430	4 418	357	4 580
66/68	111	17 130	141	16 547	397	57 164	191	24 192	220	27 552	536	51 954	541	76 644
71/73	108	66 397	136	53 303	523	269 541	291	108 879	335	126 570	889	291 005	687	246 588
74/76	105	-	140	-	662	-	376	-	442	-	1 654	-	749	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICA DO BRASIL/IBGE.

TABELA 26 - PRODUTOS ALIMENTARES - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR ESTADO - ÍNDICES SIMPLES

(Ano Base: 1947/49=100)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
47/49	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
53/55	118	313	119	307	167	415	142	295	121	293	186	380	187	589
60/62	109	1 515	131	1 830	225	3 412	204	2 146	150	1 775	493	5 211	386	5 775
66/68	117	18 601	150	20 970	365	47 437	268	37 990	177	23 644	601	67 041	618	102 690
71/73	110	48 255	153	61 386	443	207 071	341	110 044	180	76 461	956	337 084	765	266 694
74/76	97	-	162	-	474	-	410	-	184	-	2 072	-	846	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA/71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

São Paulo por sua vez, perde inclusive em termos absolutos, diminuindo sua área no triênio 74/76, em comparação a 47/49. Neste estado portanto há um abandono estas culturas, privilegiando certamente outras, através das quais é mais rentável o uso do solo.

Matéria-Prima Industrial - Em relação à área plantada, o estado que possui maior índice de evolução é o Mato Grosso, crescendo de 47/49 a 74/76 mais de 850%. Comportamento contrário apresenta o estado de São Paulo com o menor índice de crescimento, próximo também de Minas Gerais, que em termos de valor permanecem com os menores incrementos percentuais.

Os estados de Paraná e Goiás se destacam acompanhando Mato Grosso. Quanto aos demais estados do Sul o crescimento não é dos maiores, havendo no entanto uma superação em relação a São Paulo e Minas Gerais.

Produtos de Exportação - Neste grupo, o ano base, para a evolução foi alterado em razão do Estado do Rio Grande do Sul apresentar dados somente a partir do triênio 53/55. Isto se deu em virtude de que no início da série, o produto responsável pela pauta agrícola de exportação era tão somente o café. Como nos estados do Sul esta cultura não é cultivada, sua participação era inexpressiva, mesmo porque a soja ainda era insignificante.

A evolução dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, é em grande parte explicada pelo comportamento da cultura do café, que perdeu importância na década passada como produtos de exportação. Apesar de contar apenas com a soja, o Rio Grande

TABELA 27 - MATÉRIAS-PRIMAS INDUSTRIAIS - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR ESTADO - ÍNDICES SIMPLÉS

(Ano Base: 1947/49=100)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
47/49	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
53/55	101	231	117	233	165	311	131	271	148	347	168	350	177	415
60/62	114	1 634	139	1 196	207	2 510	142	1 393	172	1 847	346	3 620	298	3 052
66/68	132	20 029	162	15 225	326	46 411	176	20 652	197	26 410	466	39 735	475	54 289
71/73	134	72 249	160	44 326	482	213 107	251	96 754	265	85 785	772	242 738	602	250 374
74/76	126	-	155	-	587	-	290	-	271	-	954	-	645	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

do Sul apresenta os maiores índices, embora no último triênio perca para Santa Catarina, que supera todos os estados, apenas em termos de área. Desta forma os estados que mais cresceram foram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás. Dos estados da região Sudeste a evolução é negativa, havendo portanto uma perda absoluta de área, em comparação ao triênio 53/55.

Embora no Estado do Paraná os produtos de exportação têm expandido sua importância relativa em detrimento dos demais grupos de produtos, sua expansão percentual com base em 53/55 não supera os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. No entanto esta evolução (principalmente de Santa Catarina e Mato Grosso) é facilmente explicada pela pequena base da qual partiram alguns estados. Sua participação no início da série era insignificante, refletindo em grandes variações percentuais, qualquer incremento absoluto.

Cabe ressaltar finalmente que esta forma de abordar a distribuição das culturas pelos vários estados, guarda em si uma grande limitação. Ou seja: os Estados ocupados mais recentemente contam com uma grande disponibilidade de terras, portanto permitindo grandes aumentos percentuais, devido à sua inexpressão inicial. Por outro lado, estados como São Paulo e Minas Gerais não podem apresentar grandes incrementos na sua produção, devido ao esgotamento de sua fronteira agrícola. Mesmo que algumas culturas evoluam mais que outras, expulsando-as portanto, não é possível superar a expansão de outras áreas, ainda com um nível de ocupação relativamente menor que das regiões ocupadas antigamente.

TABELA 28 - PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - EVOLUÇÃO DA ÁREA E DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR ESTADO - ÍNDICES SIMPLES

(Ano base: 1947/49=100)

ANOS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		SANTA CATARINA		R. G. DO SUL		MATO GROSSO		GOIÁS	
	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor	área	valor
47/49	88	26	87	21	45	13	66	16	-	-	43	20	35	13
53/55	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
60/62	102	281	123	293	330	1 330	105	281	357	1 588	325	1 177	204	531
66/68	61	2 756	65	2 297	295	1 081	169	4 376	767	37 093	264	1 014	82	2 165
71/73	54	19 185	47	13 180	340	54 176	2 119	215 867	2 521	737 918	700	78 884	189	1 291
74/76	64	-	60	-	521	-	5 255	-	4 810	-	2 497	-	198	-

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Os dados demonstrados até agora sugerem algumas suposições explicativas do desenvolvimento da agricultura em geral.

Em primeiro lugar, reitera-se a afirmação anterior de que ocorreu um processo de distribuição espacial da produção agrícola nacional, no período posterior aos anos 40. Portanto, novas regiões passaram a integrar a produção agrícola para mercado, compensando o que outras regiões deixaram de produzir; em segundo lugar as regiões antigas apesar de continuarem tendo grande importância na produção nacional, não dispõem de recursos suficientes para atender a um mercado crescente e cada vez mais urbanizado; e em terceiro, admite-se que o aproveitamento das terras antigas requer um uso mais intenso de insumos e máquinas, que compense a perda de fertilidade natural. Daí que as atividades selecionadas serão aquelas capazes de proporcionar uma margem de lucro cada vez maior. Desta forma, as transformações de base técnica e social de produção são mais radicais em pontos localizados das áreas antigas próximas dos grandes centros urbanos. "As regiões que preenchem determinadas condições (tais como melhores terras ou proximidade dos centros urbanos mais dinâmicos), favoráveis à capitalização da agricultura, conseguem uma produção rentável em bases capitalistas. Abrem-se, deste modo, para estas regiões e para determinados produtos as possibilidades de acesso às técnicas mais modernas".¹⁰

¹⁰SERVILHA, W. - A Agricultura e acumulação de Capital no Brasil.

2.3 - EVOLUÇÃO DAS CULTURAS

Será demonstrada neste tópico a tendência individual das culturas, recorrendo-se apenas a alguns produtos de cada um dos grupos anteriormente apontados.

O comportamento das culturas tem-se dado de forma bastante diversificada entre os estados. Este fato está condicionado de um lado pela disponibilidade de terras, e de outro, a um mercado urbano crescente que diferencia em muito sua influência nas várias regiões do país.

A agricultura paulista configura o caso mais típico de terras antigas em exploração agrícola (nos limites deste trabalho). Também é onde mais tem-se modernizado a produção através do uso de insumos modernos, técnicas e equipamentos mais sofisticados. Estas constatações decorrem do fato de que o aumento de produção deixou de ser obtido pela incorporação de novas áreas, ou seja, pela fertilidade natural do solo. De outro lado, é neste estado que mais tem aumentado a população urbana, ampliando o mercado de produtos alimentares básicos.

No Estado de São Paulo tem sido este o comportamento das culturas em termos de participação relativa na produção interna no total da área das 17 culturas.

Cana-de-açúcar é o produto que mais se destaca acompanhada pela soja, laranja, e numa escala menor o tomate, em termos de tendência de aumento. Como se pode observar, são os

produtos que sustentam uma prática de produção moderna, portanto capitalizada, diferenciando-se dos produtos típicos alimentares, como o arroz, o feijão, o milho, etc., que simplesmente mantêm sua representatividade com pequenas variações. Não é possível desenvolver agora, uma análise que esgote a explicação das tendências verificadas, mesmo porque as ocorrências localizadas na agricultura paulista têm muito a ver com o comportamento de outras áreas. Assim é que cabe observar o comportamento dessas culturas em termos de participação na área nacional.

TABELA 29 - SÃO PAULO - PARTICIPAÇÃO DE CADA CULTURA NA ÁREA TOTAL DOS 3 GRUPOS

									(%)
ANOS	CAFÉ	CANA	LARAN- JA	ARROZ	FEIJÃO	TOMA TE	MILHO	SOJA	ALDO- DÃO
47/49	2,83	0,42	12,40	5,83	0,06	18,80	28,74	-	24,92
53/55	4,69	0,32	13,68	5,97	0,14	19,10	30,09	0,04	18,69
60/62	4,69	0,77	11,47	5,49	0,17	20,46	29,14	0,07	13,38
66/68	9,70	1,45	13,78	4,92	0,28	25,82	17,32	0,46	10,17
71/73	12,13	3,72	11,27	5,06	0,41	27,04	13,86	2,54	11,17
74/76	14,42	5,36	11,14	5,31	0,54	25,48	12,14	7,83	6,90

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Alguns produtos em São Paulo, perdem importância relativa internamente e perdem também em relação ao total nacional. Outros comportam-se inversamente, ganhando aumentos percentuais de participação tanto na composição da lavoura paulista, como no total do país.

TABELA 30 - SÃO PAULO - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL, POR CULTURA

										(%)
ANOS	CAFÉ	CANA	LARAN- JA	ARROZ	FEIJÃO	TOMA- TE	MILHO	SOJA	ALGODÃO	
47/49	52,96	16,21	24,35	33,43	15,94	23,67	19,49	-	46,80	
53/55	48,37	22,36	20,54	28,75	13,72	31,42*	17,32	2,59	35,84	
60/62	33,44	27,31	33,26	18,83	10,86	29,03	15,19	1,49	21,58	
66/68	30,88	29,41	43,42	16,38	7,04	34,13	14,20	3,69	13,39	
71/73	30,94	32,63	57,32	11,60	6,40	44,01	12,91	4,83	12,34	
74/76	31,98	33,65	67,59	9,86	6,18	56,46	11,17	6,44	9,16	

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

*Média feita apenas para dois anos (53/54), por não constar o dado a nível para 1955.

Se estes números não indicam uma certa especialização daquele estado na produção de algumas culturas, ao menos demonstram uma tendência de que passem a predominar certas culturas que comportam um nível de tecnologia mais avançado. De outro lado, há que se admitir que o recuo de certas culturas como é o caso de feijão e arroz, implica numa maior participação de outras regiões no seu fornecimento.

Cabe constatar aqui, e caracterizar melhor, o processo de capitalização que atingiu a agricultura deste Estado. Já no início dos anos 50, a fronteira de produção do café estava localizada no Estado do Paraná. Em trabalho elaborado em 1963 constatava-se que "...a posição do Estado de São Paulo é de um decréscimo da importância relativa quanto à agricultura. São Paulo não mais se constitui num estado eminentemente agrícola

e neste setor, sua posição perante os demais estados já não é tão destacada como o foi no passado". Outros estados localizados na linha de frente da fronteira agrícola nacional passaram a contribuir também para o abastecimento de mercado.

Por outro lado, o estado de São Paulo começava uma fase de transição de sua produção agrícola. "O encarecimento da terra motivado por uma série de causas (extinção da oferta de terras virgens, influência do crescimento das cidades, situação inflacionária da economia do país, melhoria dos sistemas de transportes, etc.) a ampliação do consumo de gêneros alimentícios e outros produtos de comercialização interna, as maiores ofertas de veículos, maquinários, adubos, inseticidas, e outros agentes de produção, aperfeiçoamento do sistema de transporte e armazenagem e muitas outras causas mais, provocaram ou favoreceram a entrada da agricultura paulista numa fase de transição".

Estas constatações indicam manifestações de mudanças na organização da produção que chegaram nos demais estados mais tarde, com exceção talvez, do Rio Grande do Sul. Estas alterações não destituíram São Paulo da posição de grande produtor agrícola, mas pelo contrário, sua participação na produção nacional decresce em função da crescente importância de outros estados na agricultura nacional.

Não se pretende abordar detalhadamente a evolução de todos os estados. Apenas recorrer-se-á a um e outro caso, para caracterizar o que se denominou inicialmente de uma distribuição da atividade agrícola.

Os estados de fronteira, representados neste trabalho por Mato Grosso e Goiás, aparecem como áreas recém incorporadas na produção nacional. O comportamento das culturas na estrutura interna de produção nesses estados é o que segue:

TABELA 31 - MATO GROSSO - PARTICIPAÇÃO DE CADA CULTURA NA ÁREA TOTAL DOS 3 GRUPOS

								(%)
ANOS	ARROZ	FEIJÃO	CAFÉ	SOJA	MANDIOCA	MILHO	ALGODÃO	AMENDOIM
47/49	33,96	14,48	3,30	-	11,99	28,96	0,58	0,37
53/55	29,32	18,78	4,46	-	8,22	31,70	2,05	0,13
60/62	41,89	13,57	5,66	0,11	6,77	23,12	5,27	0,25
66/68	43,20	11,09	3,35	0,41	5,24	22,89	7,30	2,64
71/73	45,25	6,84	1,37	4,64	3,80	18,34	7,82	6,82
74/76	56,94	3,71	-	11,52	3,87	13,48	3,84	2,69

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

TABELA 32 - GOIÁS - PARTICIPAÇÃO DE CADA CULTURA NA ÁREA TOTAL DOS 3 GRUPOS

								(%)
ANOS	ARROZ	FEIJÃO	CAFÉ	SOJA	MANDIOCA	MILHO	ALGODÃO	AMENDOIM
47/49	39,48	14,12	4,26	-	4,29	25,43	3,28	0,12
53/55	34,90	12,72	6,51	-	5,80	23,13	5,04	0,11
60/62	49,06	8,88	6,96	-	4,86	23,57	2,07	0,11
66/68	51,99	9,17	1,86	-	5,01	26,86	2,05	0,08
71/73	50,61	9,07	0,59	2,25	3,49	23,92	7,73	0,14
74/76	50,18	10,33	-	3,22	1,98	30,98	2,07	0,09

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Em ambos os estados, o arroz destaca-se com a maior participação na produção interna. Por outro lado, produtos típicos de subsistência naquela região (como a mandioca, o feijão e o milho) perdem importância na produção interna, além de que a soja aumenta sua participação relativa.

O que deve ser levado em consideração a princípio, é que ao contrário do que se verificou no caso de São Paulo, a expansão de um produto não implica necessariamente na redução absoluta de outros. Isto corre pelo simples fato de que a extensa disponibilidade de terras tem permitido nesta região um crescimento de todos os produtos. Nos últimos anos, tem sido crescente a apropriação jurídica das terras de fronteira, o que surge como um elemento emperrador da ocupação generalizada da terra (permitindo que outros, que não o proprietário, façam uso da mesma). Portanto, perspectiva das áreas de fronteira, para o ressurgimento de uma agricultura de "pequeno produtor", já começa a encontrar os primeiros impedimentos, provocados pela presença cada vez mais evidente de grandes empresas agropecuárias. Esta situação, porém aparece mais como o resultado de uma tendência apresentada pela agricultura, do que como características das formas pela qual ela vem se integrando no processo de desenvolvimento da economia. Convém ainda demonstrar os dados referentes à participação desses estados na área nacional das mesmas culturas.

De uma forma geral, nos produtos apresentados, nos dois estados, há uma tendência de aumento generalizado de participação. Há portanto um aumento de importância de Mato Grosso e Goiás na produção agrícola nacional, o que vem confirmar as su-

posições iniciais, sobre o processo de distribuição da produção agrícola por novas regiões. Dessa forma, tendo em vista o comportamento de outras regiões, o Centro-Oeste comporta ainda um espaço muito maior para o crescimento geral da atividade agropecuária. Todavia, para os dois estados, a cultura que mais tem se desenvolvido é o arroz (dentre as apresentadas acima). De outro lado, algumas diferenças entre os dois estados podem ser destacadas. No estado do Mato Grosso, alguns produtos sobressaem mais do que em Goiás, como é o caso do amendoim, mandioca e soja. Sem pretender caracterizar estas diferenças como importantes para demonstrar um possível processo de especialização regional, pode-se entendê-las apenas como a indicação de que esteja havendo crescimento de algumas culturas maior que outras. Por outro lado, a presença da soja é a indicação de que está ocorrendo uma diferenciação técnica na produção, se bem que esta mudança é mais notória no estado de Mato Grosso.

TABELA 33 - MATO GROSSO - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL, POR CULTURA.

								(%)
ANOS	ARROZ	FEIJÃO	CAFÉ	SOJA	MANDIOCA	MILHO	ALGODÃO	AMENDOIM
47/49	1,97	0,84	0,13	-	1,27	0,65	0,03	0,33
53/55	2,10	1,47	0,24	-	1,25	0,98	0,14	0,14
60/62	5,58	2,19	0,53	0,18	2,04	1,39	0,67	0,26
66/68	5,38	1,64	0,62	0,35	1,45	1,32	1,00	2,14
71/73	8,22	1,53	0,54	1,39	1,60	1,55	2,17	8,96
74/76	17,13	1,47	-	3,22	3,04	2,01	1,73	12,11

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

A questão da fronteira deve ser abordada de uma forma um pouco mais exaustiva, independente dos dados apresentados anteriormente. O que se quer dizer, é que há uma situação contraditória nesta região. Por um lado há a persistência de algumas culturas, que herdaram formas de produção que hoje caracterizam uma agricultura atrasada. Por outro lado, há a introdução de um progresso técnico que em alguns casos leva consigo atividades inovadoras (como foi o caso da soja) e em outros pode transformar a forma de produção de culturas da própria região (como é o caso do arroz em Goiás). Assim, considerando que a economia brasileira sustenta um nível de unificação de mercado cada vez mais evidente, pode-se afirmar que, respeitadas as diferenciações regionais, a modernização da agricultura evidencia-se tanto nos estados de áreas antigas, quanto nos de área de fronteira, embora nestes últimos a conotação seja bastante diferente, em função de suas condições locais próprias.

TABELA 34 - GOIÁS - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL, POR CULTURA.

(%)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	CAFÉ	SOJA	MANDIOCA	MILHO	ALGODÃO	AMENDOIN
47/49	6,40	2,31	0,47	-	2,22	1,58	0,35	0,29
53/55	8,91	3,02	1,09	-	2,69	2,17	1,01	0,14
60/62	15,17	3,32	1,51	-	3,41	3,30	0,62	1,20
66/68	18,10	3,85	0,98	-	3,92	4,34	0,80	0,17
71/73	19,88	4,37	0,50	1,72	3,17	4,36	4,57	0,40
74/76	19,12	5,17	-	1,14	1,96	5,85	1,18	0,53

FORNE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Não se pretende (como já afirmado anteriormente) abordar todos os estados detalhadamente. Apenas vê-se necessário através das culturas incluídas nos quadros, caracterizar de um lado o processo de modernização da produção (pela sobrepujança de alguns produtos) e de outro, um movimento de distribuição da produção agrícola, pelo espaço nacional. Desta forma, serão abordados ainda, somente os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, em função de que o primeiro representa a expressão mais avançada de agricultura moderna na região Sul; e o segundo por se constituir o objeto final do presente diagnóstico. Não se deixará de apresentar os dados referentes aos outros estados (Santa Catarina e Minas Gerais).

TABELA 35 - RIO GRANDE DO SUL - PARTICIPAÇÃO DE CADA CULTURA NA ÁREA TOTAL DOS 3 GRUPOS

								(%)
ANOS	SOJA	TRIGO	MILHO	ARROZ	FEIJÃO	BATATA	MANDIOCA	CEBOLA
47/49	-	21,97	44,19	11,89	7,81	2,46	4,15	0,38
53/55	2,43	32,15	36,50	10,91	5,39	2,11	5,64	0,34
60/62	7,03	23,92	39,84	11,09	5,54	1,83	6,05	0,42
66/68	12,36	16,55	41,59	9,70	6,45	1,58	6,83	0,44
71/73	26,62	27,13	27,37	6,98	3,80	1,01	4,62	0,31
74/76	40,40	24,12	20,37	6,27	2,46	0,82	3,33	0,26

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Os percentuais indicam a predominância da soja e num nível menor (embora oscilante) o trigo também se destaca. As demais culturas, perdem, irredutivelmente, sua importância. Tem

havido uma tendência à predominância de poucas culturas, refletindo o que tem-se denominado de processo de modernização. Dito de outra forma, é na soja e no trigo que se tem permitido maior respaldo em termos de rentabilidade do capital. Tendo em vista a importância dada vez menor das outras culturas, há que se deduzir que a incorporação de maior extensão de área por uma prática agrícola moderna, tem impedido a persistência de outras culturas (menos rentáveis, por conseguinte).

O outro lado da questão está na participação do estado na área nacional das culturas.

TABELA 36 - RIO GRANDE DO SUL - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA

									(%)
ANOS	SOJA	TRIGO	MILHO	ARROZ	FEIJÃO	BATATA	MANDIOCA	CEBOLA	
47/49	-	75,72	18,02	12,63	8,38	33,14	11,69	27,94	
53/55	94,50	78,80	17,62	12,25	6,61	32,69	13,36	29,52	
60/62	93,99	79,05	18,45	11,33	6,83	30,17	13,97	32,74	
66/68	80,73	77,81	17,91	9,03	7,19	29,08	14,22	34,93	
71/73	64,66	76,17	15,93	8,78	5,85	30,32	13,42	36,78	
74/76	52,81	61,23	14,19	8,82	4,54	31,99	12,20	35,56	

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Os dados anteriores demonstram acima de tudo, uma perda relativa de participação geral do estado, com algumas exceções (como a cebola, a mandioca). Isto implica em que outros estados estão adquirindo gradativamente maior peso na produção dos de-

mais produtos. Diferentemente do Estado de São Paulo, as culturas que maior importância têm internamente, não necessariamente destacam-se a nível nacional. Assim, outros estados (como o Paraná) têm assumido progressivamente a função de contribuir também para o suprimento do abastecimento interno e as necessidades de exportação.

Finalmente, serão apresentados os dados referentes ao Estado do Paraná, no que será possível situar nosso objeto de estudo neste marco conceitual geral que indica o processo de constituição de uma agricultura nacional. Observe-se a princípio, o comportamento das principais culturas no estado.

TABELA 37 - PARANÁ - PARTICIPAÇÃO DE CADA CULTURA NA ÁREA TOTAL DOS 3 GRUPOS

								(%)
ANOS	SOJA	TRIGO	CAFÉ	CANA	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	ALGODÃO
47/49	-	3,44	18,08	0,80	5,77	19,25	44,15	4,51
53/55	0,00	3,77	22,98	0,68	6,46	17,39	40,59	4,97
60/62	0,22	2,45	43,25	0,88	6,87	11,65	26,43	5,56
66/68	1,97	2,30	28,22	0,91	8,67	15,00	30,61	6,57
71/73	9,50	6,31	16,70	0,80	8,09	13,96	32,81	6,13
74/76	23,30	12,48	8,67	0,63	7,44	11,18	28,66	3,50

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Não se constitui grande revelação o avanço que teve a soja nos últimos anos, da mesma forma que o recuo do café, já a partir do início da década de 60. Dentre as culturas apresen-

tadas anteriormente, as que apresentam variação positiva são soja, e trigo, e num plano inferior o arroz. As demais apresentam uma participação decrescente. Mesmo assim o Paraná continua sendo um grande fornecedor para o mercado nacional destes produtos que internamente vêm perdendo peso. No entanto, é importante salientar o fato de que o crescimento de determinadas culturas (tendo em vista o esgotamento da fronteira dentro do estado) tende a comprometer a possibilidade de que o estado continue fornecendo produtos de alimentação básica (mercado interno). Esta tendência, no entanto, só se efetivará com a necessária transformação da base produtiva, removendo toda a gama enorme de pequenos produtores voltados para uma produção não capitalista.

TABELA 38 - PARANÁ - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL, POR CULTURA

								(%)
ANOS	SOJA	TRIGO	CAFÉ	CANA	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	ALGODÃO
47/49	-	7,13	7,96	1,10	3,72	12,40	10,95	2,03
53/55	0,04	6,94	14,37	1,27	5,33	15,67	14,41	3,74
60/62	3,00	8,82	32,32	1,93	7,29	14,97	12,76	5,84
66/68	13,73	11,84	43,47	2,38	8,87	18,41	14,46	7,44
71/73	21,37	16,92	43,16	2,50	10,34	20,39	18,14	7,84
74/76	29,08	30,26	34,60	2,24	9,99	19,72	19,05	7,04

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA 71/72/SUPLAN-MA E ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE.

Apesar de que o ritmo de expansão das culturas chamadas de subsistência é menor do que as demais, o estado continua

tendo grande peso na sua produção. Se se admitir um crescimento ainda maior de culturas como a soja, a condição mínima para que não haja um abalo no abastecimento interno é que outras regiões do país comecem a produzir produtos destinados a cobrir o aumento de população, principalmente urbano. E isto, em alguma medida, vem ocorrendo nos estados do Centro-Oeste. Não se quer alegar aqui que o Paraná deixa de ter importância como produtor de alimentos. Pelo contrário, sua participação para muitos produtos é até crescente. E isto decorre não simplesmente da variada iniciativa dos produtores, mas da grande heterogeneidade da base de produção. Assim, não se pode caracterizar a agricultura paranaense atualmente, como um setor único (homogêneo). Neste, está embutida uma estrutura, na qual convivem produtores de subsistência (produzindo para mercado) e produtores, que se preocupam com a margem de lucro, portanto voltados para uma produção mais capitalizada, permeada por uma gama heterogênea de produtores intermediários.

A persistência de uma agricultura atrasada no Paraná, cobrindo ainda extensas áreas do estado, reflete em grande parte a incapacidade de avanço de um sistema de produção moderno. Daí que resta portanto um grande espaço ainda a ser ocupado pelo modo de produção capitalista.

As tendências que os dados demonstraram ao longo deste trabalho, refletem um processo de transformação na agricultura do Estado, transparecido na predominância gradativa de determinadas culturas, quais sejam, os produtos de exportação. Esta reordenação das culturas carrega em seu bojo uma série de mudanças na estrutura produtiva, impossíveis de serem captadas com

este nível de informação. Apenas está-se presupondo, que hoje, a incorporação de novas áreas pela soja e trigo é um sinal evidente de que está havendo uma expansão da modernização na agricultura do Paraná.

O pequeno aumento do percentual das outras culturas (em relação à área nacional), apesar de que internamente elas reduzem sua importância, é por outro lado, um indicador de que ainda persiste uma estrutura de produção diversificada no Estado. Esta diversificação, entretanto, assume um caráter contraditório, pois implica na coexistência de formas de produção diferentes. Não se trata de uma mesma ótica na obtenção do produto, como já foi explicitado anteriormente. Entretanto, isto não quer dizer que a expansão das culturas modernas leve a um desaparecimento das demais. O que está na linha desta evolução é uma transformação destas culturas também em "modernas", na medida em que o retorno do mercado interno, leve a uma equiparação com o mercado internacional. Isto é, a unificação do mercado processa-se aliada a uma homogeneização da base de produção.

Não há como caracterizar melhor este processo nos moldes como se desenvolveu este trabalho. Além de tudo, pode-se alimentar sugestões para novos trabalhos a serem desenvolvidos, cuja preocupação central deve ser a investigação mais profunda de como vem se dando no Paraná este movimento de modernização que caracteriza a agricultura brasileira.

3 - CONCLUSÕES

Procurou-se desenvolver neste estudo algumas idéias que

permitted apontar a linha de desenvolvimento da agricultura no período de 47 a 76, de forma a poder equacionar dois pontos básicos. Um referente ao processo de modernização, e o outro, denominado de distribuição da atividade econômica pelo espaço nacional. Não existe uma correlação muito direta entre a predominância de uma (ou algumas) atividades e a vigência de uma determinada forma de produção. Ainda dentro da mesma cultura residem padrões diversos de cultivo, colheita, comercialização, etc. E estas são especificidades da estrutura agrária que precisam ser melhor conhecidas.

De outro lado, foi possível caracterizar o processo que constitui a nossa hipótese central inicial. Qual seja, a de que está havendo uma expansão horizontal da produção agrícola, implicando em que novas regiões tenham se integrado gradativamente no mercado nacional. Há portanto, uma íntima correlação entre o que se denominou inicialmente (na primeira fase deste diagnóstico) de "unificação da economia" e o que se constatou nesta etapa como sendo a redistribuição da atividade agropecuária entre as regiões produtoras.

Os dados analisados durante este trabalho foram suficientes para indicar a validade da idéia baseada no processo de distribuição da atividade agrícola, que no limite estará caracterizando uma divisão regional do trabalho. Este aspecto, no entanto, permanece a nível de generalidade, que não permite apontar os rumos possíveis para a agricultura futuramente. No entanto, depois desta investigação histórica é possível lançar algumas suposições sobre o caminho a ser tomado pela agricultura nos anos futuros. Pode-se, portanto, projetar as tendên-

cias verificadas de forma que seja possível caracterizar alguns aspectos do desenvolvimento futuro da agricultura brasileira:

Em relação às áreas de fronteira:

1 - A fronteira agrícola tende a se expandir, tendo como instrumento cada vez mais o capitalista e menos o posseiro. Reduz-se assim o conflito entre as frentes de expansão e frente econômica pioneira. A fronteira de posse jurídica de terra está em grande parte se esgotando no Brasil. Este aspecto serve como respaldo para o segundo ponto.

2 - A população que se desloca para as frentes de expansão, já está comprometida, ou pelo menos condicionada, a uma estrutura de posse da terra baseada no grande latifúndio com vastas áreas inexploradas.

3 - Para fechar a questão, admite-se finalmente que a forma de ocupação representada pelo café nos anos 50, não repetirá sua experiência nas novas fronteiras de Goiás, Mato Grosso, Amazonas, etc. E isto simplesmente pelo fato de que as relações capitalistas de produção têm-se expandido por todo o espaço econômico, e que está pressupondo a apropriação da terra em grandes extensões.

Os pontos levantados acima configuram o aspecto do desenvolvimento da agricultura relacionado com a ocupação de novas áreas. Há que se ver entretanto, também os movimentos ocorridos nas áreas de ocupação antiga. Ressalte-se, que nestas áreas é menor a disponibilidade de terras, além do que a manu-

tenção da fertilidade do solo será conseguida através de uma alteração na base técnica. Outro ponto associado diretamente a estas regiões é o desenvolvimento de uma economia urbana constituindo assim um mercado próximo. Assim sendo supõe-se que:

1 - A agricultura nas áreas de exploração antiga, localizada nas regiões Sudeste e Sul (basicamente nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio grande do Sul e Santa Catarina) encontra um espaço muito menor para se expandir (em comparação com as áreas de fronteira). Desta forma a agricultura baseada numa prática moderna tende a se orientar para as atividades mais rentáveis economicamente.

2 - Ao longo de qualquer tendência, este processo não se vincula estruturalmente a nenhuma cultura em específico. Com isto quer se afirmar que a predominância desta ou daquela cultura, ou mesmo de um grupo qualquer, representa nada mais além do que uma distribuição conjuntural entre as culturas. Entretanto, na base deste processo, está em evolução o que se denomina modernização do setor. Este no entanto, não é um processo avassalador que transforma de uma só vez a base produtiva. O que se afirma é que, este processo obedece às "necessidades de economia", num determinado momento. Compreende-se assim a persistência de relações de produção atrasadas, em grande parte da agricultura brasileira. Por outro lado, esta sobrevivência de relações atrasadas corresponde a uma certa fragilidade do modo de produção moderno, incapaz portanto de promover estas alterações, que se está considerando necessárias.

3 - O avanço das relações capitalistas de produção é

irreversível. O agricultor, quando passa a se comportar como empresário, não reverte suas técnicas de cultivo ao mudar de uma cultura para outra, mas sim aproveita suas condições e seu capital disponível, além das técnicas já incorporadas. De outro lado, a escolha de uma outra atividade rentável condiciona também o uso de seu potencial produtivo.

Estas suposições indicam alguns aspectos que marcam o futuro desenvolvimento do setor, de uma forma geral para a agricultura brasileira. Com relação ao Estado do Paraná é possível, com base nos dados demonstrados, levantar algumas suposições a respeito do que poderá ser sua agricultura nos próximos anos. Antes porém, cabe apresentar sumariamente as linhas gerais da evolução da agricultura do Estado durante o período 47 a 76.

Num primeiro plano, não constitui novidade a expansão da cultura da soja (e de forma subjacente, o trigo) que sustentou a grande importância do Paraná como Estado exportador, após a queda relativa do café. Por outro lado, são estas culturas que estão na linha de frente de um sistema de produção mais moderno. No entanto, o Paraná ainda mantém a condição de produtor de alimentos, contribuindo significativamente para o abastecimento do mercado nacional. Esta condição por sua vez está sendo sustentada por uma agricultura em grande parte atrasada, não absorvida portanto pela empresa moderna e capitalizada. Os dados referentes ao feijão, arroz, milho, etc., indicam o nível de importância relativa que este Estado ainda tem na produção nacional destas culturas. Sabe-se além disso que o pequeno estabelecimento tem grande peso no fornecimento dos produtos de mercado interno.

A situação, portanto que se coloca para o Paraná é a seguinte:

- A sua agricultura pode se desenvolver baseada em dois pontos alternativos: ou sua produção se baseia em algumas culturas, ou a modernização do setor implica na empresarialização de todos os produtos que hoje compõem a estrutura agrícola do Estado. A primeira alternativa fica em grande parte condicionada pelo comportamento que outros estados passem a ter na produção das culturas hoje consideradas de uma agricultura atrasada. A segunda alternativa aparece como resultado do esgotamento da fronteira em outros estados, o que faz com que os mecanismos de preços vigentes no mercado passem a determinar a rentabilidade de culturas, antes produzidas sem estímulos localizados fora da órbita da produção. Isto é, pensa-se numa modernização mais abrangente, em que a ótica do lucro passe a constituir a razão de ser da produção de todas as culturas. É claro que esta é a via menos provável para o desenvolvimento da agricultura do Estado.

O que se tem como mais certa é a permanência deste equilíbrio estrutural entre a produção moderna de um lado e a atrasada de outro, se sujeitando e se retraíndo em função do avanço da primeira. Assim sendo, embora a política do Estado seja de tentar incorporar a pequena produção numa agricultura moderna, esta só se efetivará quando forem incorporados os padrões da empresa rural. Daí a necessidade de acumular lucros e de determinar as atividades mais rentáveis, que certamente no momento, não serão o feijão, milho, arroz, mandioca, etc., mas sim as culturas que, ao nível dos novos custos, lhe dê uma margem sa-

tisfatória de lucro (o que antes não existia). Entretanto uma estrutura de pequena produção ainda continuará mantendo a coexistência com a agricultura moderna, embora sua perspectiva de continuar como pequeno produtor, seja bastante reduzida. Por sua vez a produção moderna (hoje baseada na soja) dispõe de todas as condições para manter sua supremacia e seu avanço. Estas condições estão na política econômica de crédito, exportação, preços, e na infra-estrutura disponível, além de toda tecnologia moderna, etc.

Por fim, cabe afirmar que hoje o Estado do Paraná caracteriza-se como um Estado intermediário entre a área de fronteira e uma região de exploração antiga. Suas fronteiras de expansão horizontal estão se extinguindo definitivamente, restando apenas lembrar que a fronteira que se coloca para o avanço de uma agricultura moderna ainda é grande. Entretanto, a sua concretização pressupõe um custo social elevado, devido as características que este processo vem assumindo nos últimos anos: qual seja, de contar com a proletarização crescente de antigos produtores independentes de um lado, e de uma concentração constante da posse da terra, de outro.